



ANGOLA

1 de Junho de 2018

CONSULTAS DE 2018 AO ABRIGO DO ARTIGO IV – COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR DO FMI PARA ANGOLA

Nos termos do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os países membros, normalmente uma vez por ano. No contexto das consultas de 2018 com Angola, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que resume as opiniões do Conselho de Administração conforme expressas durante as deliberações de 18 de Maio de 2018 sobre o relatório do corpo técnico que concluiu as consultas ao abrigo do Artigo IV com Angola.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa do corpo técnico do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 18 de Maio de 2018, após as discussões encerradas em 16 de Março de 2018 com as autoridades angolanas sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 25 de Abril de 2018, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo corpo técnico do FMI.
- **Análise da Sustentabilidade da Dívida**, elaborada pelo corpo técnico do FMI.
- **Declaração do Administrador** do FMI para Angola.

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

Temas Seleccionados

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telephone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Price: \$18.00 per printed copy

**Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.**



INTERNATIONAL MONETARY FUND



Comunicado de Imprensa n.º 18/89
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
21 de Maio de 2018

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D. C. 20431 USA

Conselho de Administração do FMI conclui a consulta de 2018 com Angola ao abrigo do Artigo IV

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu, em 18 de Maio de 2018, a consulta com Angola ao abrigo do Artigo IV.¹

A quebra dos preços do petróleo desde meados de 2014 pôs a economia angolana sob pressão. As autoridades reagiram inicialmente ao choque dos preços do petróleo com contenção orçamental e ajustamentos da taxa de câmbio, conjugados com restrições cambiais quantitativas. O conjunto de políticas no período que antecedeu as eleições de Agosto de 2017 – expansão orçamental e taxa de câmbio fixa – levou a uma erosão adicional dos amortecedores fiscal e externo. O Governo do Presidente João Lourenço está a concentrar a sua atenção em melhorar a governação e restaurar a estabilidade macroeconómica. O programa de estabilização macroeconómica do governo visa: consolidação orçamental imediata, maior flexibilidade cambial, reduzir o rácio dívida pública/PIB para 60% no médio prazo, melhorar o perfil da dívida pública, regularizar os pagamentos internos em atraso e reforçar o quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) e assegurar a sua efetiva aplicação.

Avaliação do Conselho de Administração²

Os Administradores concordaram com o teor da avaliação do corpo técnico e louvaram o programa de reforma do Governo, que visa abordar os desafios do desenvolvimento no período pós-conflito, restaurar a estabilidade macroeconómica e melhorar o ambiente de negócios.

¹ Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração.

² Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos: <http://www.imf.org/external/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

Acolheram com satisfação as melhorias recentes nas condições económicas e observaram que a perspectiva mais favorável para os preços do petróleo apresentava uma oportunidade única para abordar os desequilíbrios macroeconómicos, incluindo a erosão dos amortecedores fiscal e externo, e para reduzir a dependência do petróleo. Nesse contexto, os Administradores salientaram a necessidade de prosseguir com determinação na implementação do programa de estabilização macroeconómica do Governo e nas reformas estruturais para diversificar a economia e apoiar o crescimento inclusivo.

Os Administradores apoiaram a redução do défice orçamental prevista no orçamento de 2018 e salientaram que eventuais receitas tributárias extraordinárias devem ser usadas para eliminar os atrasados internos e reduzir a dívida pública. Dada a previsão de descida dos preços do petróleo no médio prazo, os Administradores vincaram a necessidade de uma nova consolidação orçamental gradual para colocar a dívida pública numa trajetória claramente descendente. Enfatizaram que a consolidação fiscal deve assentar na mobilização de mais receitas internas não petrolíferas, inclusive através de melhorias no cumprimento das obrigações tributárias e da introdução planeada de um IVA, bem como na maior racionalização da despesa pública e melhoria da qualidade do investimento público, em simultâneo ao alargamento dos programas sociais bem direcionados.

Os Administradores concordaram que as políticas monetária e cambial devem desempenhar um papel vital no reequilíbrio do mercado cambial e no controlo da inflação. Consideraram positiva a transição para uma maior flexibilidade cambial e para um novo quadro de política monetária ancorado numa meta para a base monetária coerente com o objetivo de inflação. Destacaram a necessidade de eliminar progressivamente as vendas diretas de divisas pelo BNA e de definir um prazo e uma estratégia clara para eliminar as restrições cambiais e as práticas de taxas de câmbio múltiplas.

Os Administradores salientaram a importância de preservar a saúde do setor bancário, o que requer também medidas concretas para concluir as avaliações da qualidade dos ativos e para reforçar os quadros de gestão de crises, cedência de liquidez de emergência e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT). Apoiaram os esforços em curso para reforçar os amortecedores de capital e de liquidez em paralelo ao fortalecimento da governação dos bancos estatais.

Os Administradores observaram que a agenda de reformas estruturais do novo Governo concentra-se acertadamente em melhorar a governação e o fraco ambiente de negócios e combater a corrupção. Instaram pela união dos esforços para assegurar a implementação das reformas para que Angola colha os benefícios esperados. Salientaram a necessidade de continuar a construir instituições sólidas para assegurar que as reformas em curso tenham um impacto positivo na vida do povo angolano.

Espera-se que a próxima consulta a Angola ao abrigo do Artigo IV seja realizada no ciclo normal de doze meses.

Tabela 1. Angola: Principais Indicadores Económicos, 2010–19

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
						Prel.	Prel.	Est.		Proj.
Economia real (variação percentual, salvo indicação em contrário)										
Produto interno bruto real	3,5	3,9	5,2	6,8	4,7	3,0	-0,8	1,0	2,2	2,5
Setor petrolífero	-2,8	-5,6	4,3	-0,9	-2,6	6,5	-1,7	0,5	2,3	0,1
Setor não petrolífero	7,6	9,5	5,6	10,8	8,0	1,6	-0,4	1,2	2,1	3,5
Produto interno bruto nominal	26,6	28,9	11,2	10,9	3,3	-1,1	26,6	32,4	40,8	18,1
Setor petrolífero	27,8	36,5	7,3	-3,3	-10,7	-33,0	9,6	28,4	82,5	8,9
Setor não petrolífero	25,7	22,8	14,7	22,8	12,6	15,7	31,8	33,4	30,5	21,3
Deflador do PIB	22,4	24,1	5,7	3,8	-1,3	-4,0	27,7	31,0	37,8	15,3
Deflador do PIB não petrolífero	16,8	12,2	8,6	10,8	4,3	13,9	32,4	31,8	27,9	17,2
Preços no consumidor (média anual)	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	10,3	32,4	31,7	27,8	17,1
Preços no consumidor (fim de período)	15,3	11,4	9,0	7,7	7,5	14,3	41,9	26,3	24,7	15,0
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	7.585	9.780	10.876	12.056	12.458	12.321	15.603	20.656	29.073	34.348
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de kwanzas)	3.401	4.641	4.981	4.818	4.304	2.884	3.162	4.061	7.409	8.069
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	4.184	5.139	5.895	7.239	8.154	9.436	12.440	16.595	21.664	26.278
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	82,5	104,1	113,9	124,9	126,7	102,6	95,3	124,5	119,1	121,0
Produto interno bruto per capita (USD)	3.602	4.412	4.687	4.989	4.914	3.863	3.485	4.418	4.102	4.048
Governo central (percentagem do PIB)										
Total da receita	43,4	48,8	46,5	40,2	35,3	27,3	18,6	15,8	18,2	18,1
<i>D/q:</i> Petrolífera	33,0	39,0	37,7	30,1	23,8	15,4	8,8	8,4	11,7	10,8
<i>D/q:</i> Não petrolífera	7,8	7,3	6,6	8,1	9,1	9,3	7,9	5,8	5,6	6,4
Total da despesa	40,0	40,2	41,8	40,5	41,9	30,6	23,4	21,8	20,2	20,5
Despesas correntes	28,6	30,0	29,4	28,5	29,4	24,7	19,2	16,2	16,2	15,6
Despesas de capital	11,4	10,2	12,5	12,0	12,5	6,0	4,1	5,5	4,0	5,0
Saldo orçamental global	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,6	-3,3	-4,8	-6,0	-2,0	-2,4
Saldo orçamental primário não petrolífero	-26,2	-26,9	-29,5	-28,2	-28,1	-15,9	-10,2	-10,8	-8,8	-8,3
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-47,4	-51,1	-54,5	-47,0	-42,9	-20,8	-12,8	-13,4	-11,8	-10,8
Moeda e crédito (fim de período, variação percentual)										
Massa monetária (M2)	11,0	35,7	7,9	14,2	16,1	11,8	14,4	-0,1	14,4	21,3
Percentagem do PIB	35,3	37,6	35,4	36,5	41,0	46,4	41,8	31,6	25,7	26,3
Velocidade (PIB/M2)	2,9	2,7	2,8	2,7	2,4	2,2	2,4	3,2	3,9	3,8
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,6	1,4	1,5	1,6	1,6	1,7	1,9	2,5	2,9	2,9
Crédito ao setor privado (variação percentual em 12 meses)	19,2	28,8	24,2	15,0	1,1	17,6	-1,8	1,3	27,2	22,8
Balança de pagamentos										
Balança comercial (percentagem do PIB)	41,1	45,2	41,6	33,5	24,1	12,2	14,7	13,5	17,4	16,5
Exportações de bens, FOB (percentagem do PIB)	61,3	64,6	62,4	54,6	46,7	32,3	28,9	26,2	33,4	31,0
<i>D/q:</i> Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	59,8	63,0	61,2	53,6	45,5	31,1	27,5	25,1	32,2	29,7
Importações de bens, FOB (percentagem do PIB)	20,2	19,4	20,8	21,1	22,6	20,2	14,2	12,7	16,0	14,5
Termos de troca (variação percentual)	19,3	24,4	5,6	-1,5	-8,5	-41,5	-14,8	21,7	16,8	-7,4
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	9,1	12,6	12,2	6,7	-3,0	-10,0	-5,1	-4,5	-3,5	-2,5
Reservas internacionais brutas (fim de período, milhões de USD)	19.679	27.517	32.156	32.231	27.795	24.419	24.353	17.938	14.338	15.238
Reservas internacionais brutas (meses de import. do próximo ano)	5,4	7,2	7,8	7,2	8,8	10,7	9,2	6,0	5,2	5,8
Reservas internacionais líquidas (fim de período, milhões de USD)	18.797	26.323	30.828	31.172	27.276	24.266	20.807	13.300	9.700	10.600
Taxa de câmbio										
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	120,1	163,7	165,9
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	92,6	95,3	95,8	97,6	102,9	135,3	165,9	165,9
Dívida (percentagem do PIB)										
Total da dívida (bruta) do setor público ¹	44,3	33,8	29,9	32,9	40,7	64,6	79,8	64,1	72,9	69,9
<i>D/q:</i> Sonangol	9,1	9,5	7,9	10,9	12,5	14,2	9,9	3,9	4,5	4,2
Petróleo										
Produção de petróleo (milhões de barris por dia)	1,758	1,660	1,730	1,716	1,672	1,780	1,744	1,757	1,798	1,800
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	49,4	65,6	69,7	66,9	57,6	31,9	26,2	31,2	38,3	36,0
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	77,8	108,7	110,9	107,7	96,9	50,0	40,9	51,6	62,5	58,5
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril)	79,6	111,0	112,0	108,8	98,9	52,4	44,0	54,4	64,7	60,7
Preço do petróleo bruto (média dos 3 preços spot, USD por barril)	79,0	104,0	105,0	104,1	96,2	50,8	42,8	52,8	62,3	58,2

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui a dívida da empresa petrolífera pública, Sonangol, que não é diretamente garantida pelo governo.



ANGOLA

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A CONSULTA DE 2018 AO ABRIGO DO ARTIGO IV

25 de Abril de 2018

PRINCIPAIS TEMAS

Contexto e perspetivas. A quebra dos preços do petróleo desde 2014 colocou a economia angolana sob pressão. As autoridades reagiram inicialmente ao choque dos preços do petróleo com contenção orçamental e ajustamentos da taxa de câmbio, conjugados com restrições quantitativas à compra de divisas. O conjunto de políticas no período que antecedeu as eleições de Agosto de 2017 – expansão orçamental e câmbio fixo – levou a uma erosão adicional dos amortecedores fiscal e externo. O Governo do Presidente João Lourenço está a concentrar a sua atenção em melhorar a governação e restaurar a estabilidade macroeconómica. O programa de estabilização macroeconómica do governo, lançado no início de 2018, visa: consolidação fiscal imediata, maior flexibilidade cambial, reduzir o rácio dívida pública/PIB para 60% no médio prazo, melhorar o perfil da dívida pública, regularizar os pagamentos internos em atraso e reforçar o quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) e assegurar a sua efetiva aplicação.

Foco da consulta. Com a melhoria das perspetivas para os preços do petróleo, as discussões se concentraram no alinhamento da política fiscal para consolidar a sustentabilidade da dívida pública, na atualização do quadro de política monetária em apoio a uma maior flexibilidade cambial e a contenção da inflação, no reforço do sistema bancário e na aceleração das reformas estruturais para melhorar a governação e promover a diversificação e o crescimento inclusivo liderados pelo setor privado.

Principais recomendações de políticas

- Implementar a consolidação fiscal em 2018 para conter o aumento da dívida pública.
- Realizar uma consolidação gradual e sustentada do saldo orçamental primário não petrolífero no médio prazo para colocar os rácios da dívida pública/PIB numa trajetória claramente descendente.
- Adotar um quadro fiscal de médio prazo (QFMP) centrado em regras de despesa e num fundo de estabilização orçamental bem concebido para reduzir a pró-ciclicidade dos gastos.
- Tomar medidas para alcançar uma taxa de câmbio de equilíbrio de mercado – apoiadas por políticas fiscal e monetária rigorosas para conter os efeitos secundários da depreciação cambial na inflação – enquanto as restrições cambiais e as práticas de taxas de câmbio múltiplas são eliminadas gradualmente
- Fortalecer a resiliência do setor financeiro mediante a adoção de novos requerimentos mínimos de capital, a recapitalização e a reestruturação dos bancos públicos e a melhoria dos quadros de gestão e resolução de crises.
- Promover o crescimento e a diversificação liderados pelo setor privado, reduzindo os custos no setor não petrolífero e melhorando a governação e o ambiente de negócios.

Aprovado por
**Anne-Marie Gulde-
 Wolf e Mary
 Goodman**

As discussões decorreram em Luanda, entre os dias 1 e 16 de Março de 2018. A equipa foi formada pelos Sr. Velloso (chefe), Sr. Chawani, Sr. McGregor, Sr. Munguambe, Sr. Sobrinho (todos do AFR) e Sr. Visconti (MCM). A missão teve a assistência do Sr. Alier (Representante Residente) e do Sr. Miguel (economista do Gabinete do Representante Residente). O Sr. Tivane (OED) participou da missão por alguns dias. A missão reuniu-se com o Ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, o Ministro das Finanças, Archer Mangureira, o Ministro da Economia e do Planeamento, Pedro da Fonseca, o Ministro do Comércio, Van-Dúnem Júnior, o Ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Faria Maiato, o Governador do Banco Nacional de Angola, José Massano, e altos quadros do executivo. A missão teve ainda encontros com membros da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional e com representantes dos setores financeiro e privado não financeiro, da empresa estatal de petróleo Sonangol, do Fundo Soberano de Angola, da comunidade diplomática e de instituições financeiras internacionais e de organizações não governamentais. Na preparação desse relatório, O Sr. Mengistu contribuiu com assistência de pesquisa e a Sra. Vibar e a Sra. Tawiah contribuíram com assistência administrativa.

ÍNDICE

CONTEXTO	4
DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES, PERSPETIVAS E RISCOS	4
DISCUSSÕES DE POLÍTICA	7
A. Política Fiscal: Ajustamento Imediato Seguido de Gradualismo	7
B. Políticas Monetária e Cambial: Modernizando os Quadros	11
C. Setor Financeiro: Corrigindo Vulnerabilidades	12
D. Apoio à Diversificação Económica e ao Crescimento Liderado pelo Setor Privado	14
E. Questões Relativas aos Dados	16
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	17

FIGURAS

1. Indicadores de Alta Frequência Seleccionados, 2008–18 _____	19
2. Indicadores Monetários Seleccionados, 2010–17 _____	20
3. Projeções Fiscais, Reservas Internacionais e Taxa de Câmbio, 2011–17 _____	21
4. Evolução Fiscal, 2007–18 _____	22
5. Evolução Monetária, 2012–18 _____	23
6. Evolução do Setor Externo, 2005–18 _____	24
7. Matriz de Avaliação do Risco (janeiro de 2018) _____	25
8. Principais Recomendações da Consulta de 2016 ao abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação	26
9. Medidas de Política Cambial e o Convénio Constitutivo do FMI _____	29

TABELAS

1. Principais Indicadores Económicos, 2010–23 _____	31
2a. Demonstrativo de Operações do Governo Central, 2010–19 (Em mil milhões de kwanzas) _____	32
2b. Demonstrativo de Operações do Governo Central, 2010–19 (Em percentagem do PIB) _____	33
2c. Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2010–19 (Em percentagem do PIB não petrolífero) _____	34
3. Contas Monetárias, 2010–19 _____	35
4. Balança de Pagamentos, 2010–19 _____	36
5. Indicadores de Estabilidade Financeira, dezembro de 2013–dezembro de 2017 _____	37

ANEXOS

I. Avaliação do Equilíbrio Externo _____	38
II. Desenvolvimento Humano e Gasto Social _____	42
III. Estratégia de Desenvolvimento das Capacidades para o Ano Fiscal de 2019 _____	45

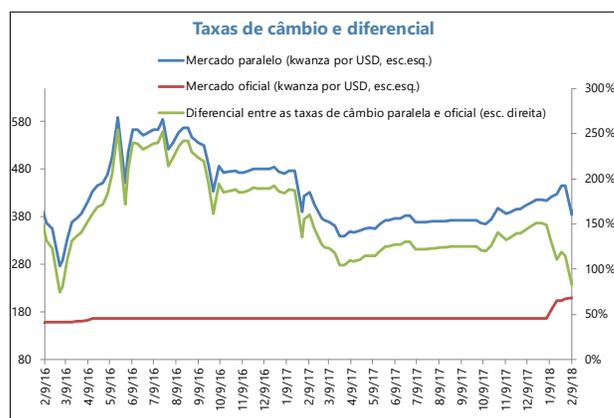
CONTEXTO

1. **A quebra dos preços do petróleo e um conjunto de políticas insustentáveis às vésperas das eleições de Agosto de 2017 colocaram a economia angolana sob pressão.** Angola é a terceira maior economia e o segundo maior exportador de petróleo da África subsariana, com reservas de petróleo estimadas em 9,5 mil milhões de barris em 2016. A sua economia é altamente dependente do petróleo, tanto para as exportações (mais de 95%) como para a receita orçamental (cerca de metade). As autoridades reagiram inicialmente ao choque dos preços do petróleo, que começou em 2014, com contenção orçamental e ajustamentos da taxa de câmbio, conjugados com restrições quantitativas à compra de divisas. Contudo, o conjunto de políticas insustentáveis às vésperas das eleições do ano passado — expansão orçamental e câmbio fixo — aprofundou a erosão dos amortecedores fiscal e externo.
2. **O MPLA, que está no poder desde a independência em 1975, saiu-se vitorioso nas eleições, com um mandato firme.** Embora com resultados menos expressivos em comparação a eleições anteriores, o MPLA obteve uma maioria confortável na Assembleia Nacional (dois terços) e manteve o controlo do executivo. O General João Lourenço foi eleito Presidente da República, substituindo o Presidente José Eduardo dos Santos, que deixou o cargo após 38 anos no poder, mas que continua a ter alguma influência enquanto líder do MPLA.
3. **O Presidente João Lourenço está a enfrentar grupos de interesse e a dedicar-se à melhora da governação e ao combate à corrupção.** Depois duma série de demissões de quadros de alto nível ligados à administração anterior, foram iniciadas investigações sobre possíveis ilegalidades em diversas entidades públicas. Mais recentemente, o Presidente anunciou a criação duma unidade anticorrupção especializada.
4. **O governo está a implementar um programa de estabilização macroeconómica (PEM) para resolver os desequilíbrios da economia.** O programa visa: consolidação fiscal imediata, que limite o défice orçamental global a 3,5% do PIB em 2018 num cenário conservador para o preço do petróleo, maior flexibilidade cambial, a redução do rácio dívida pública/PIB para 60% no médio prazo, a melhoria do perfil da dívida pública através de operações de gestão de passivos, a regularização de atrasados internos e a garantia da aplicação eficaz da legislação de CBC/FT.

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES, PERSPETIVAS E RISCOS

5. **A economia está a recupera-se ligeiramente, mas subsistem desequilíbrios significativos:**
 - Houve uma ligeira recuperação do *crescimento*, estimado em 1% para 2017, sustentado pelo crescimento de 1,25% do PIB não petrolífero, devido à disponibilidade adicional de divisas e a uma despesa pública mais elevada. Os indicadores de confiança dos negócios estão a melhorar gradualmente desde o começo de 2017.

- A *inflação* (homóloga) caiu para 26,25% em 2017, como reflexo da moderação dos preços dos alimentos devido ao kwanza mais estável, de preços internos dos combustíveis inalterados e de condições monetárias mais restritivas.
- A *política fiscal* foi expansiva e o *défice* orçamental global *subjacente* aumentou para 7% do PIB em 2017,¹ enquanto o saldo orçamental primário não petrolífero deteriorou em 0,75% do PIB. A dívida pública, incluindo a dívida da empresa estatal de petróleo Sonangol, alcançou 64% do PIB em 2017. Não se avançou muito na regularização do saldo de atrasados internos (4,5% do PIB).
- O *défice da conta corrente* diminuiu para 4,5% do PIB em 2017. As exportações aumentaram 19,5%, devido à melhoria dos preços do petróleo, e as importações foram contidas devido, entre outros fatores, a um sistema ineficiente e invasivo de afetação de divisas aplicado pelo BNA.
- A *política monetária* foi restritiva durante a maior parte de 2017. A base monetária contraiu-se, em média, 9% em 2017 em termos homólogos, refletindo perdas de reservas internacionais líquidas (RIL). Apesar das condições de liquidez restritivas, os efeitos pontuais de operações do Tesouro no final de 2017 resultaram num aumento temporário e forte variação na liquidez.
- A fraca atividade económica nos últimos três anos corroeu a *solidez da banca*. A qualidade dos ativos ainda é fraca, com empréstimos malparados a alçarem 28,75% do crédito total no final de 2017 (quatro quintos do crédito malparado do sistema bancário concentram-se no banco público BPC). Outros bancos contiveram a deterioração dos seus balanços através de provisionamento e limitação de empréstimos. No lado positivo, a capitalização do sistema como um todo melhorou e manteve-se consideravelmente acima da exigência mínima de 10%. Todos os bancos migraram para o regime de contabilidade IFRS que, entre outras regras, possui requerimentos de provisionamento mais robustos.
- *Os desequilíbrios no mercado cambial estão a ser abordados*. O diferencial entre a taxa de câmbio paralela e a oficial manteve-se alto, em 150% em 2017. O BNA aumentou em 17,25% a venda das suas divisas ao mercado em 2017, o que provocou uma queda de quase 40% das RIL, para USD 13,25 mil milhões no final do ano. No início de 2018, o BNA abandonou a paridade fixa com o dólar americano e adotou um regime de taxa de câmbio mais flexível; o kwanza depreciou-se 30% em relação ao dólar americano e o diferencial caiu para cerca de 90% em Março.



6. A perspetiva para 2018 é mais favorável. O crescimento deverá acelerar para 2,25%, puxado por um sistema mais eficiente de afetação de divisas pelo BNA e uma disponibilidade adicional de moeda estrangeira devido à alta dos preços do petróleo, pelo aumento da produção de gás natural liquefeito (GNL) para níveis próximos da capacidade total, e pela melhoria do sentimento empresarial.

¹ Excluindo a receita tributária extraordinária de 1% do PIB devido à regularização de uma antiga disputa sobre o passivo fiscal das empresas petrolíferas.

Espera-se um declínio da inflação, embora ela deva continuar elevada em 24,75% no final do ano, devido aos efeitos da depreciação do kwanza² e dos ajustamentos esperados dos preços internos dos combustíveis e das tarifas dos serviços públicos. Apesar de se prever uma redução do défice da conta corrente para 3,5% do PIB, as RIL deverão declinar em USD 3,5 mil milhões em 2018 para atenuar pressões excessivas sobre a taxa de câmbio.

7. A perspetiva de médio prazo continuará a melhorar, se as reformas estruturais forem aplicadas como esperado. A recuperação do crescimento anual será gradual no médio prazo, para cerca de 5%, apoiada pelo crédito ao setor privado (ancorado na retoma económica, na regularização dos atrasados internos e na resolução do crédito malparado dos bancos públicos), pelo aumento do investimento público, pela execução de reformas estruturais para melhorar a governação e o ambiente de negócios, conforme previsto no PEM, e por medidas recentes de alívio das restrições ao investimento privado, incluindo a melhoria da legislação de apoio à concorrência nos mercados internos e de atração de investimento direto estrangeiro (IDE). Estes fatores seriam mais do que suficientes para compensar o efeito adverso sobre o crescimento decorrente da gradual contenção orçamental primária não petrolífera. Políticas fiscais e monetárias prudentes e a eliminação gradual dos constrangimentos à produção sustentarão o objetivo do BNA de reduzir a inflação para um dígito no médio prazo.

8. Os riscos para as projeções de médio prazo parecem equilibrados. Por um lado, a implementação de reformas estruturais além das consideradas no cenário de base conduzirão a um crescimento acima do projetado. Por outro lado, preços internacionais do petróleo mais baixos, o declínio potencial da produção de petróleo bruto, resvalos na aplicação de políticas macroeconómicas e de reformas estruturais, um ritmo de resolução do crédito malparado mais lento ao desejado e o ajustamento incompleto do mercado cambial poderão inviabilizar a projetada retomada gradual do crescimento.

9. Contágio. Em geral, o risco de Angola gerar repercussões na região é limitado. Angola mantém fluxos comerciais e financeiros marginais com países da região, apesar de alguns, como a República Democrática do Congo (RDC) e a Namíbia, que fazem fronteira com Angola, estarem a ser mais afetados pelas dificuldades económicas em Angola devido ao comércio transfronteiriço. A este respeito, a RDC anunciou em Agosto de 2017 a proibição temporária das importações de vários produtos de Angola para proteger as suas indústrias. Apesar de Angola ser o maior mercado de exportação de Portugal fora da UE e vários bancos portugueses estarem presentes no país através de *joint-ventures* com investidores locais, a dimensão destes interesses continua a ser relativamente pequena em relação ao tamanho da economia portuguesa. Por outro lado, o contágio vindo da China e da Europa poderá ser palpável se o crescimento económico desacelerar significativamente, pressionando os preços do petróleo para baixo.

² Contudo, a transmissão da depreciação do kwanza à inflação nos primeiros três meses de 2018 foi muito mais limitada do que o esperado, provavelmente porque os preços já tinham sido ajustados no ano anterior em antecipação à depreciação cambial deste ano e/ou porque a taxa de câmbio do mercado paralelo, que está a valorizar-se devido à liquidez mais restrita em kwanzas, teve um efeito maior do que o esperado sobre os preços.

Opinião das Autoridades

10. Em geral, as autoridades concordaram com a avaliação do corpo técnico sobre as perspectivas e os riscos. As previsões das autoridades de crescimento para 2018, inicialmente mais otimistas, convergiram para as do corpo técnico. Contudo, as autoridades preveem um ritmo de desinflação mais rápido, com base na transmissão limitada da depreciação nos primeiros três meses de 2018. No médio prazo, entendem que as projeções do corpo técnico estabelecem um limite inferior para o crescimento potencial de Angola e um limite superior para a trajetória da desinflação.

DISCUSSÕES DE POLÍTICAS

11. A política de ajustamento que começou no início de 2018 (consolidação fiscal e maior flexibilidade cambial) é crucial para restaurar a estabilidade macroeconómica e criar condições para o crescimento sustentável e inclusivo. O governo voltou, corretamente, a sua atenção para a necessidade de melhorar a governação e restaurar a estabilidade macroeconómica. Em geral, o PEM está de acordo com o aconselhamento do FMI e, se for cabalmente implementado, provavelmente enfrentará os desequilíbrios da economia. Além disso, a Assembleia Nacional aprovou recentemente legislação destinada a promover a concorrência nos mercados locais e está a debater uma revisão do quadro jurídico para atrair IDE.

12. Em meio a perspectivas relativamente positivas para os preços do petróleo, as discussões de políticas centraram-se no seguinte: execução gradual da consolidação orçamental no médio prazo para ancorar a sustentabilidade da dívida pública, sem descuidar dos programas de rede de segurança social e da melhoria da sua eficiência e eficácia; atualização do quadro de política monetária para apoiar a flexibilidade cambial e conter as pressões inflacionistas; desenvolvimento e aprofundamento do mercado cambial, correção das vulnerabilidades do setor financeiro e aceleração do ritmo das reformas estruturais.

A. Política Orçamental: Ajustamento Imediato Seguido de Gradualismo

13. A consolidação orçamental primária não petrolífera inserida no orçamento de 2018 é bem-vinda, e quaisquer receitas extraordinárias devem ser usadas para saldar atrasados internos e/ou amortizar a dívida pública. Partindo dum pressuposto conservador para o preço do petróleo (USD 50/barril), o orçamento de 2018 tem por objetivo reduzir o défice orçamental global para 3,5% do PIB, coerente com uma redução de 2% do PIB do défice primário não petrolífero. Contudo, como a projeção atual para os preços internacionais do petróleo é mais elevada do que a prevista no orçamento, o défice orçamental global poderá ser reduzido para 2% do PIB em 2018. Esta orientação parece ser adequada, tendo em conta o espaço fiscal limitado de Angola, devido à dívida pública elevada, e às grandes necessidades brutas de financiamento (NBF), e criaria margem para saldar atrasados internos e/ou amortizar a dívida pública.

Ajustamento Fiscal, 2018 (Em percentagem do PIB)		
	2017 Est.	2018 Proj.
Receitas	15.8	18.2
Impostos petrolíferos	8.4	11.7
Impostos não petrolíferos e outros impostos	5.8	5.6
Outras receitas	1.6	0.9
Total da despesa	21.8	20.2
Salários	7.3	5.8
Bens e serviços	3.7	3.4
Pagamento de juros	3.3	4.5
Subsídios	0.4	0.8
Outras despesas correntes	1.5	1.7
Despesa de capital	5.5	4.0
Saldo orçamental global	-6.0	-2.0
Saldo orçamental primário não petrolífero	-10.8	-8.8

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

14. As NBF em 2018 são avultadas, mas parecem administráveis devido ao ambiente externo favorável. As NBF deverão ser satisfeitas com empréstimos internos e externos, inclusivamente da

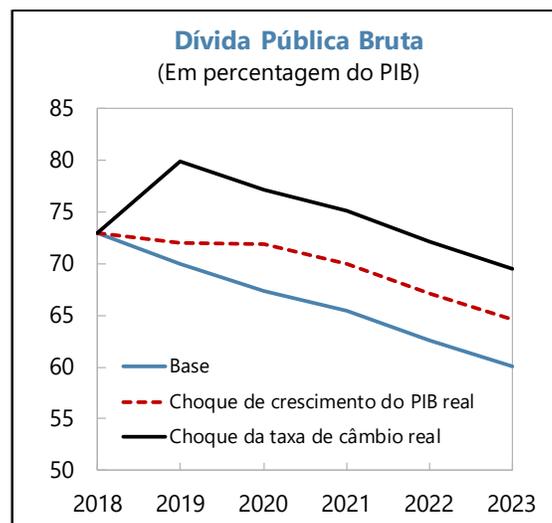
China e doutros credores bilaterais e multilaterais (Banco Mundial e BAD) e de bancos comerciais e uma nova emissão de Eurobonds de USD 2 mil milhões. A maior parte do financiamento externo ligado a projetos de investimento público no orçamento aprovado já está garantido. Contudo, poderá ser difícil obter a mescla de financiamento previsto pelas autoridades – mais centrado no crédito bancário interno – porque os bancos comerciais informaram que estão quase a atingir os seus limites internos de exposição ao risco soberano. Nas condições certas, poder-se-ia pensar em explorar o apetite por novas colocações de Eurobonds, que ajudaria a diversificar a estrutura de financiamento, a aliviar as pressões nos mercados de dívida interna e a alargar a maturidade média da dívida pública.

Necessidades e Fontes de Financiamento, 2018			
Desagregação	Mil M. de Kz	Milhões de USD	% do do PIB
Necessidades brutas de financiamento	6.361	26.052	21,9
Défi ce global	594	2.433	2,0
Capitalizações	235	964	0,8
Amortização da dívida	4.199	17.195	14,4
Interna	2.745	11.242	9,4
Externa	1.454	5.953	5,0
Regularização de atrasados internos	1.333	5.461	4,6
Fontes brutas de financiamento	6.361	26.052	21,9
Utilização de depósitos	634	2.595	2,2
Emissão de dívida interna	3.530	14.457	12,1
Emissão de dívida externa	2.198	9.000	7,6
d/q: Eurobonds	488	2.000	1,7

Fonte: Cálculos e estimativas do corpo técnico do FMI.

15. Apesar do esforço fiscal significativo previsto para 2018, consolidação fiscal gradual no médio prazo é necessária para colocar o rácio dívida pública/PIB numa trajetória claramente descendente. O objetivo do PEM de reduzir o rácio dívida pública/PIB para menos de 60% no médio prazo fornece uma âncora orçamental necessária. Isto é compatível com uma consolidação orçamental primária não petrolífera anual de 0,75% do PIB em média até 2023, a ser alcançada sobretudo mediante a adoção do IVA (cerca de metade do esforço fiscal) e da racionalização das despesas com salários e com bens e serviços (a outra metade), tal como está previsto no PEM, e assim criar uma margem para novos investimentos públicos e programas sociais. O direcionamento e a eficácia dos programas sociais e a eficiência da despesa em infraestruturas têm de ser melhorados, e as despesas nestas áreas deverão apoiar a redução da pobreza e o crescimento inclusivo e sustentável. A análise de sustentabilidade da dívida (ASD) mostra que a dívida pública de Angola é sustentável no cenário de base, mas, ao mesmo tempo, permanece exposta a vulnerabilidades significativas, incluindo a choques cambiais e de crescimento do PIB real.

O objetivo do PEM de reduzir o rácio dívida pública/PIB para menos de 60% no médio prazo fornece uma âncora orçamental necessária. Isto é compatível com uma consolidação orçamental primária não petrolífera anual de 0,75% do PIB em média até 2023, a ser alcançada sobretudo mediante a adoção do IVA (cerca de metade do esforço fiscal) e da racionalização das despesas com salários e com bens e serviços (a outra metade), tal como está previsto no PEM, e assim criar uma margem para novos investimentos públicos e programas sociais. O direcionamento e a eficácia dos programas sociais e a eficiência da despesa em infraestruturas têm de ser melhorados, e as despesas nestas áreas deverão apoiar a redução da pobreza e o crescimento inclusivo e sustentável. A análise de sustentabilidade da dívida (ASD) mostra que a dívida pública de Angola é sustentável no cenário de base, mas, ao mesmo tempo, permanece exposta a vulnerabilidades significativas, incluindo a choques cambiais e de crescimento do PIB real.



16. Entre as políticas e reformas estruturais adicionais que são necessárias para consolidar a sustentabilidade fiscal de médio prazo e melhorar a qualidade da despesa pública, destacam-se:

- Conceber e implementar uma estratégia credível para os saldar os atrasados internos durante 2018 e evitar a sua recorrência no futuro, em linha com as recomendações da assistência técnica (AT) do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI (FAD).
- Complementar os esforços de redução do rácio dívida pública/PIB através de consolidação fiscal gradual com esforços para melhorar o perfil da dívida e reduzir as NBF. Tais esforços incluem: implementar operações de mercado de gestão de passivos para alargar a maturidade média da dívida pública; formular e aplicar, conforme as recomendações da AT conjunta do Banco Mundial e do FMI, um plano para desenvolver o mercado interno de dívida, incluindo a ampliação da base de investidores, que permitiria substituir gradualmente os títulos do governo em moeda estrangeira ou indexados a moeda estrangeira por títulos públicos em moeda nacional com maturidades cada vez mais longas; e instituir um programa de privatização robusto.
- Conter os riscos de passivos contingentes, incluindo os que advêm da emissão pelo Estado de garantias a grandes projetos de infraestruturas, e utilizar parcerias público-privadas (PPP) que consideram e atenuam corretamente os riscos do setor público; bem como os riscos oriundos do setor financeiro, ao condicionar as próximas recapitalizações do BPC ao avanço do seu plano de reestruturação.³
- Introduzir o IVA no dia 1 de Janeiro de 2019, tal como programado, para criar uma fonte de receita tributária mais ampla e estável para o orçamento. Isso exigirá medidas prévias (em curso) como redigir a legislação, definir os parâmetros do imposto, ajustar sistemas e infraestruturas na AGT e comunicar o novo imposto aos contribuintes.
- Manter os esforços de alargamento da base tributária não petrolífera e fortalecer o cumprimento das obrigações tributárias, inclusivamente através da melhoria de fiscalizações, da fiabilidade e da precisão do cadastro de contribuintes, da melhor aplicação do imposto predial e do incentivo à formalização de empresas informais.
- Reduzir no médio prazo a massa salarial em termos de percentagem do PIB, mediante a reforma e a racionalização do tamanho da administração pública e o alinhamento dos aumentos salariais aos ganhos de produtividade e ao desempenho, tal como previsto no PEM.
- Ajustar os preços internos dos combustíveis de modo a refletir as variações nos preços internacionais dos combustíveis e na taxa de câmbio⁴ e introduzir um mecanismo de ajuste automático de preços.
- Melhorar a qualidade do investimento público, inclusivamente pela maior conformidade do processo da gestão do investimento público com a legislação vigente para reduzir custos e melhorar a sua eficiência, dando prioridade e acompanhando a execução dos projetos, avaliando

³ A ASD mostra que a dívida pública está vulnerável a choques de passivos contingentes do setor financeiro.

⁴ O corpo técnico estima que os preços da gasolina e do gasóleo na bomba teriam de ser ajustados em 100% de modo a eliminar os subsídios que atualmente estão a ser absorvidos pela Sonangol. Tal com em 2014–16, este ajustamento poderia ser gradual, ao longo dos próximos 8 meses, para suavizar o impacto na inflação. No âmbito desta estratégia, em 2018 os subsídios remanescentes aos combustíveis seriam absorvidos em parte pela Sonangol – inclusivamente através da redução das margens de lucro e de comercialização – e em parte pelo orçamento de 2018, que afetou 0,75% do PIB a gastos com subsídios.

esses projetos *a posteriori* e melhorando a capacidade de inspeção, seleção, monitorização e avaliação de projetos.

- Expandir os programas sociais para os mais vulneráveis de modo a aliviar a pobreza, inclusivamente transformando o programa Cartão Kikua num programa bem direcionado de transferência condicional de renda para os pobres com cobertura nacional e diretamente relacionado às iniciativas produtivas de inclusão; melhorar o acesso e a qualidade do ensino básico e secundário e reforçar a prestação de cuidados de saúde primários.
- Implementar um quadro fiscal de médio prazo (QFMP) centrado em regras de despesa e um fundo de estabilização orçamental bem concebido para reduzir a pró-ciclicidade do gasto.⁵ Projetos de investimento público (PIP) só deverão ser aprovados e iniciados se houver margem orçamental para cobrir as suas despesas correntes no futuro, as quais deverão estar devidamente refletidas no QFMP e cuja gestão deverá seguir as melhores práticas recomendadas acima.
- Fortalecer os processos de elaboração e execução do orçamento, inclusivamente pelo cumprimento de tetos orçamentais e evitando a realocação de gastos entre os principais tipos de despesa (ou seja, recorrente e de capital) sem a aprovação da Assembleia Nacional.
- Reduzir o Sector Empresarial Público (SEP) para diminuir o seu peso para o Tesouro e aumentar a eficiência económica. Neste contexto, as empresas públicas insolventes devem ser encerradas e as que são economicamente viáveis, mas ineficientes, devem ser reestruturadas e/ou privatizadas.
- Acelerar a reestruturação da Sonangol para torná-la mais eficiente e centrada na sua atividade principal de petróleo e gás, reduzindo o quadro de pessoal e alienando parte dos seus vastos negócios secundários (*non core*), para limitar a necessidade de futuras injeções de capital.

Opinião das Autoridades

17. As autoridades concordaram com o teor geral das recomendações do corpo técnico.

Comprometeram-se a utilizar quaisquer receitas extraordinárias em 2018 para pagar dívidas e/ou atrasados internos, com o objetivo de concluir a regularização destes últimos o mais tardar até 2019. As autoridades também concordaram com a necessidade duma consolidação fiscal gradual no médio prazo e comprometeram-se a continuar a atenuar os riscos para a sustentabilidade da dívida, inclusivamente reduzindo os níveis da dívida pública através da consolidação orçamental e melhorando o seu perfil mediante operações de mercado de gestão de passivos. As autoridades estão a trabalhar no lançamento dum programa de privatização. Para tanto, foi constituída uma comissão interministerial de alto nível para estudar a questão e elaborar propostas nesta área. A nova direção da Sonangol mostrou-se disposta a rever e a alienar alguns dos ativos secundários (*non core*) da empresa e, possivelmente, parte da sua participação em campos de petróleo, como parte da estratégia de recentrar a empresa na sua atividade principal e fortalecer a sua posição de liquidez. Apesar de

⁵ Para mais pormenores, ver o capítulo Receitas do Petróleo em Angola: Dilemas e Oportunidades, do Documento sobre Temas Seleccionados.

concordarem que os preços internos dos combustíveis têm de ser ajustados, as autoridades realçaram que as margens de lucro e de comercialização da Sonangol são elevadas e têm de ser reduzidas antes desse ajustamento. Também sublinharam a sua preferência por ajustes faseados destes preços para atenuar o impacto na inflação.

B. Políticas Monetária e Cambial: Modernização dos Quadros

18. A política monetária restritiva do BNA continua a ser adequada para apoiar uma maior flexibilidade cambial. O BNA adotou a base monetária como a nova âncora da política monetária em Novembro 2017; restringiu as condições monetárias internas em cerca de 1% do PIB, reduzindo os requerimentos de reservas em kwanzas de 30% para 21% e eliminando a opção para que os bancos cumpram esta exigência recorrendo a bilhetes do tesouro (BT) e/ou empréstimos a setores prioritários; e abandonou a paridade fixa com o dólar americano. No início de 2018, o BNA adotou um regime de bandas (não anunciadas) para a flutuação do kwanza em relação ao euro e realizou dois leilões no âmbito deste sistema, que levaram a uma depreciação significativa do kwanza. Para atenuar um ajuste excessivo da taxa de câmbio, o BNA reativou os leilões de divisas com novas regras, em que as ofertas dos bancos podem flutuar dentro duma banda de 2% acima ou abaixo da taxa de câmbio média das ofertas vencedoras do leilão anterior. Na prática, isto limita a depreciação cambial máxima a 2% por leilão. No primeiro trimestre de 2018, o BNA intensificou o fornecimento de divisas através de leilões, e espera eliminar em breve a venda direta de divisas a setores prioritários.

19. São necessárias medidas adicionais para fortalecer a eficácia da política monetária e restaurar o equilíbrio no mercado cambial. A adoção de metas de base monetária é bem-vinda, mas há margem para melhorar a credibilidade da nova âncora nominal e estabilizar as expectativas de mercado. No contexto da gestão ativa da liquidez, variações fortes neste indicador, como as observadas ao final de 2017, terão de ser evitadas. A avaliação das contas externas mostra que a posição externa era mais fraca do que a sugerida pelos fundamentos de médio prazo – a taxa de câmbio efetiva real (TCER) estava sobreavaliada em 20% no final de 2017 – salientando a necessidade dum ajustamento cambial apoiado por políticas fiscal e monetária restritivas bem como por reformas estruturais. Desde o começo do ano, o kwanza depreciou-se 42% em relação ao euro, em termos nominais, corrigindo a sobrevalorização estimada da TCER. Contudo, o diferencial entre a taxa de câmbio paralela e a oficial continuou elevado, em 90% em Março, o que reflete pressões de curto prazo à medida que os pedidos acumulados de compra de divisas sejam gradualmente atendidos.

20. É necessário dar a devida atenção às seguintes medidas adicionais:

- Perseguir ao longo do tempo uma taxa de câmbio de equilíbrio de mercado e um mercado cambial plenamente operante, em linha com as recomendações da recente missão de AT do Departamento Monetário e de Mercado de Capitais do FMI (MCM).
- Conceber e executar uma estratégia para eliminar as atuais restrições cambiais e práticas de taxas de câmbio múltiplas (cf. aconselhamento pormenorizado na Figura 9).
- Eliminar o excesso de liquidez no sistema bancário com o uso ativo de operações de mercado aberto.

- Direcionar o crescimento da base monetária em linha com o objetivo da inflação e trazer e manter as taxas dos BT a três meses no campo positivo em termos reais.
- Desenvolver quadros robustos para a previsão de liquidez e a gestão da inflação, inclusivamente ampliando o horizonte da previsão de liquidez (atualmente diária) e melhorando o modelo de previsão de inflação.
- Melhorar a comunicação ao público das medidas e dos objetivos da política monetária para ancorar as expectativas e ajudar o BNA a cumprir os seus objetivos.

Opinião das Autoridades

21. As autoridades concordaram que uma maior flexibilidade cambial ajudaria a preservar os amortecedores externos e a melhorar a competitividade. Como a inflação deverá permanecer relativamente alta em 2018, observaram que a política monetária deverá manter uma tendência restritiva. Também observaram que a perda de RIL em 2018 é inevitável devido à necessidade de atenuar uma possível variação cambial excessiva enquanto atendem gradualmente os pedidos acumulados de compra de divisas. Salientaram que a comunicação com os mercados já melhorou, incluindo no âmbito de sessões de trabalho com bancos. Concordaram que é necessário um trabalho adicional para fornecer aos mercados orientação para o futuro sobre o papel da base monetária como nova meta operacional na contenção da inflação.

C. Setor Financeiro: Corrigir Vulnerabilidades

22. De modo geral, o sistema bancário é estável, mas há vulnerabilidades persistentes que têm de ser abordadas com firmeza. Os bancos têm geralmente apoiado – e se beneficiado – duma maior flexibilidade cambial, mas alguns bancos têm dificuldades em lidar com desfasamentos nas suas posições de liquidez em divisas. O BNA introduziu um novo requerimento de liquidez para os bancos que restringe a sua posição cambial líquida diária (excluindo obrigações e empréstimos indexados a moedas estrangeiras) a 20% acima ou abaixo do capital regulamentar até Março e a 10% acima ou abaixo até Junho, o que afetou seis bancos negativamente. O BNA também triplicou o capital regulamentar mínimo exigido para bancos comerciais, o qual deve ser satisfeito até ao final de 2018 e pode conduzir a alguma consolidação no setor. Além disso, os bancos continuam a sofrer com a fraca atividade de crédito e, no caso dos bancos públicos, com elevados níveis de crédito malparado: o BPC continua com nível inadequado de capital e dependente da cedência de liquidez do BNA e o ritmo da sua reestruturação operacional tem sido lento. Uma empresa de gestão de ativos financiada pelo Estado, a Recredit, concordou em adquirir cerca de um terço (Kz 300 mil milhões) dos ativos de alto risco do BPC e está a trabalhar com outros bancos para adquirir outros Kz 180 mil milhões em crédito malparado.

23. A elevada dependência da economia em relação ao petróleo é um desafio para os bancos.⁶ Os modelos de negócio dos bancos estão intimamente ligados ao setor do petróleo.

⁶ Para mais pormenores, ver o capítulo Ligações Macrofinanceiras em Angola, do Documento sobre Temas Seleccionados.

A volatilidade do preço do petróleo e a pró-ciclicidade da despesa pública criam ciclos de realimentação para a liquidez e o crédito, gerando receitas para alguns bancos e, ao mesmo tempo, vulnerabilidades para outros, especialmente nos bancos públicos. O fraco desempenho de variáveis reais e financeiras tende a estar associado à quebra do preço do petróleo. O aumento das necessidades de financiamento do sector público durante quebras dos preços do petróleo aumenta a exposição dos bancos ao governo através das compras de BT, deixando alguns vulneráveis ao risco soberano. A participação maioritária ou minoritária do governo em seis bancos gera passivos contingentes que chegaram a um pico de cerca de 4% do PIB em 2014, mas que desde então caíram para cerca de 1% do PIB.

24. Estão a ser envidados esforços para implementar e fortalecer o quadro de CBC/FT. Em Fevereiro de 2010, o GAFI identificou Angola como um país com deficiências estratégicas de CBC/FT. Em Fevereiro de 2016, após ter avançado satisfatoriamente na abordagem dos pontos técnicos do seu plano de ação, Angola foi retirada do processo de monitorização do GAFI e concordou em continuar a trabalhar com o órgão regional para abordar o leque completo de questões de CBC/FT identificadas na sua avaliação. Angola deverá passar pela sua segunda avaliação conjunta em 2020, e desta vez o país será avaliado de acordo com os padrões do GAFI revistos em 2012. A abordagem das questões de CBC/FT tornou-se imperativa após a perda das relações de correspondência bancária (RCB) direta em dólares americanos em Outubro de 2016. O BNA tem participado ativamente em foros internacionais destinados a esclarecer as exigências para o supervisor nacional e a manter canais de comunicação abertos entre os bancos nacionais e estrangeiros e os reguladores. Apesar do sistema bancário ter conseguido atenuar a perda das RCB com a utilização do euro e de RCB intermediárias em dólares americanos, essas alternativas são onerosas e insuficientes, sendo necessários esforços adicionais.

25. As seguintes medidas fortaleceriam o sistema bancário:

- Intensificar os esforços para concluir a segunda fase da avaliação da qualidade dos ativos dos bancos, com vista a medir as suas necessidades de capitalização, e procurar uma resolução rápida dos créditos malparados para reforçar os balanços dos bancos e posicionar a banca para que possa apoiar a recuperação da economia.
- Aumentar a eficiência dos bancos públicos com a implementação plena dos seus planos de reestruturação. No caso do BPC, a terceira tranche de recapitalização que está prevista para 2018 somente deveria ser concluída após a apresentação de medidas palpáveis para a redução do número de agências e de pessoal. Enquanto isso, o BPC não deveria ser autorizado a retomar a concessão de empréstimos e deveria centrar-se na melhoria da sua situação de liquidez.
- Orientar a Recredit para que retome a sua função original de apoio ao BPC, mas acrescentando uma cláusula de caducidade para as suas operações.
- Monitorizar atentamente os bancos, inclusivamente a sua posição de liquidez em moeda estrangeira e em moeda nacional, e tomar medidas corretivas imediatas sempre que forem identificados problemas; exigir que os bancos alinhem a sua disponibilidade em divisas com as possíveis saídas de depósitos em divisas; reforçar os quadros de gestão de crises e de cedência de

liquidez de emergência; garantir a aplicação do provisionamento e monitorizar a reestruturação de empréstimos; e assegurar que os bancos reajam prontamente a défices de capital.

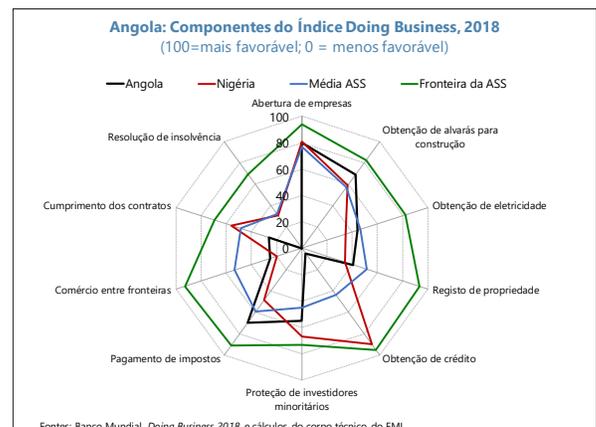
- Esforçar-se para monitorizar pressões, manter as RCB existentes e, eventualmente, recuperar as RCB através da liderança na agregação de métricas sobre a extensão do problema; envolver as jurisdições de origem dos bancos correspondentes; defender ações globais em foros internacionais; e garantir a aplicação das regras de CBC/FT, incluindo no que se refere à supervisão baseada no risco, e à abordagem dos riscos relacionados à corrupção.
- Fortalecer o quadro de CBC/FT, em colaboração com outros órgãos públicos, para estar mais bem posicionado para a próxima avaliação conjunta da solidez do quadro de CBC/FT.

Opinião das Autoridades

26. As autoridades concordam com o teor geral das recomendações do corpo técnico. O BNA confirmou que alguns bancos enfrentaram dificuldades de liquidez temporárias devido ao novo regulamento, mas medidas corretivas estão a ser aplicadas. Apesar de concordar com a necessidade de acelerar a reestruturação das carteiras, o BNA observou que a solução dos créditos malparados depende da Recredit, que não está dentro do seu âmbito de supervisão. Em relação ao BPC, as autoridades concordam com a necessidade de uma resolução urgente das dificuldades do banco, incluindo a sua dependência da janela de redesconto do BNA, e em condicionar apoio adicional a progresso palpável na sua reestruturação.

D. Apoio à Diversificação Económica e ao Crescimento Liderado pelo Setor Privado

27. Um ambiente de negócios desafiador e uma governação fraca sufocam o crescimento económico e a diversificação. O investimento privado é limitado por um quadro frágil de insolvência, de proteção aos investidores minoritários e de cumprimento de contratos; pelo acesso deficiente ao financiamento; pela forte presença do Estado na economia; e por problemas de governação. Angola apresenta um desempenho muito fraco na maioria das medidas de governação e de perceção da corrupção entre os seus pares na África subsariana (ASS). Uma governação fraca desincentiva o investimento privado, compromete o fornecimento eficiente de bens públicos e limita a formação de capital humano.



28. As autoridades estão a fazer esforços para fortalecer a governação, combater a corrupção e melhorar o ambiente de negócios. Recentemente, a Assembleia Nacional aprovou na generalidade a Lei da Concorrência que, pela primeira vez, introduzirá um quadro de apoio à concorrência nos mercados internos e abordará práticas monopolistas em setores-chave, tais como

telecomunicações e produção de cimento. Também será criada uma autoridade reguladora da concorrência para garantir a aplicação da lei. Foi submetido à Assembleia Nacional um projeto de Lei do Investimento Privado que elimina as barreiras da entrada ao IDE e cria cláusulas de caducidade para os incentivos fiscais.⁷ O Presidente João Lourenço criou recentemente uma unidade anticorrupção especializada para servir como principal órgão do poder executivo para prevenir e combater os crimes de corrupção. Com o apoio do Banco Mundial, as autoridades lançaram o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI) que se centra em seis áreas prioritárias (como aliviar restrições para se fazer negócios) e procura aumentar a participação do setor privado.

29. A melhoria da governação e a redução das oportunidades de corrupção poderão gerar dividendos de crescimento no médio e longo prazos. As estimativas do corpo técnico sugerem que reformas que melhorem a governação em Angola para a média da ASS poderão aumentar o crescimento do PIB real per capita em até 2 pontos percentuais por ano.⁸ Se o objetivo for alcançar o nível dos países da ASS com melhor desempenho, os ganhos podem ser ainda maiores.

30. As medidas adicionais para melhorar a governação e o ambiente de negócios incluem:

- Fortalecer os direitos de propriedade e o cumprimento de contratos.
- Simplificar e agilizar os procedimentos para a emissão de vistos de trabalho e de residência.
- Adotar a nova legislação de apoio ao investimento privado e fortalecer os órgãos do governo que apoiam a promoção das exportações e a atração de IDE.
- Facilitar o comércio externo, incluindo através da simplificação da concessão de licenças, e dos procedimentos aduaneiros e outros para exportações e importações.
- Fortalecer as agências anticorrupção, inclusivamente fortalecendo a sua capacidade, aumentando os seus recursos materiais e humanos e melhorando a articulação interdepartamental, conjugadas com a melhoria e a aplicação efetiva das leis anticorrupção e de CBC/FT.
- Aumentar a responsabilização, a transparência e a supervisão das empresas do SEP, inclusivamente fortalecendo o Instituto para o SEP (ISEP) e garantindo que as demonstrações financeiras auditadas das empresas do SEP sejam preparadas regularmente e publicadas tempestivamente.
- Diminuir as restrições de acesso a financiamentos das empresas, inclusivamente fortalecendo os direitos de propriedade e melhorando a eficiência do regime de insolvências.

⁷ A lei atual exige que investidores estrangeiros identifiquem um sócio local – normalmente pessoas com conexões políticas que contribuem pouco para o negócio e têm a garantia de uma participação de pelo menos 35% – para serem autorizados a investir em setores prioritários e beneficiarem de incentivos fiscais. A lei também prevê níveis mínimos de IDE e exige uma autorização presidencial para investimentos acima de um certo valor.

⁸ Para mais pormenores, ver o capítulo Governação e Desempenho Económico em Angola, do Documento sobre Temas Seleccionados.

Opinião das Autoridades

31. As autoridades concordaram com o teor geral das recomendações do corpo técnico.

Observaram que a execução da agenda de reformas estruturais do governo ajudará a melhorar o ambiente de negócios, a diversificar a economia e as exportações e a atingir um crescimento maior e mais inclusivo. Também destacaram que os esforços atuais para melhorar a governação e combater a corrupção, bem como para atualizar a legislação sobre concorrência e investimento privado, serão fundamentais para atrair IDE e promover um ambiente de negócios favorável e propício ao investimento privado.

E. Questões Relativas aos Dados

32. Os dados fornecidos ao FMI são avaliados como adequados, em geral, para fins de supervisão, mas há margem considerável para a aperfeiçoamento dos dados orçamentais, das contas nacionais, da balança de pagamentos e das estatísticas monetárias. São necessários esforços significativos para melhorar a qualidade e a tempestividade dos dados orçamentais e da balança de pagamentos, incluindo o balanço operacional das empresas do SEP, a cobertura de empresas não financeiras nas estatísticas monetárias e a monitorização dos atrasados internos. Em 2014, o Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou dados anuais das contas nacionais pela primeira vez, mas ainda divulgará contas nacionais anuais e trimestrais atualizadas. O Ministério da Economia e Planeamento, que era o único fornecedor de dados anuais do PIB antes do INE, preparou estimativas até 2017. Estas ainda estão a ser utilizadas pelas autoridades, inclusivamente no orçamento anual, bem como pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial e por muitos outros usuários externos.⁹

⁹ O PIB nominal segundo o INE é cerca de 10% a 15% mais elevado que o divulgado pelo ministério. O corpo técnico estima que a adoção dos dados das contas nacionais do INE reduziria os rácios do PIB em cerca desse montante. Por exemplo, o défice orçamental global, a dívida pública e o défice da conta corrente seriam de cerca de 5,25%, 57% e 4% do PIB, respetivamente, no final de 2017.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

- 33. A quebra dos preços do petróleo e um conjunto insustentável de políticas às vésperas das eleições de Agosto de 2017 colocaram a economia angolana sob pressão.** O Governo do Presidente João Lourenço está, corretamente, a restaurar a estabilidade macroeconómica e a melhorar a governação e o ambiente de negócios. O governo optou por um caminho claro de reformas que, se for seguido com determinação, poderá restaurar a estabilidade macroeconómica e alcançar um crescimento mais elevado e inclusivo no médio prazo.
- 34. A perspetiva é favorável e os riscos parecem equilibrados.** O crescimento deverá acelerar ligeiramente em 2018 e a inflação continuará a declinar, apesar dos ventos contrários da depreciação cambial e do ajuste de preços dos combustíveis e das tarifas dos serviços públicos. Uma perspetiva relativamente benigna para o preço do petróleo em 2018 apoiaria os esforços das autoridades de consolidação orçamental e atenuaria os riscos para a sustentabilidade da dívida e o financiamento do orçamento. Os riscos a médio prazo parecem equilibrados. Isso ajudaria a recompor os amortecedores fiscal e externo e a atenuar o impacto de choques externos adversos na economia angolana.
- 35. A Assembleia Nacional aprovou um orçamento prudente para 2018, e as autoridades devem usar com sabedoria quaisquer receitas extraordinárias do petróleo.** O corpo técnico saúda o objetivo de melhorar em 2% do PIB o saldo orçamental primário não petrolífero inserido no orçamento de 2018. As autoridades devem usar as margens criadas por receitas tributárias extraordinárias para saldar atrasados internos e/ou diminuir a dívida pública, o que atenuaria ainda mais o impacto da depreciação do kwanza sobre o rácio dívida/PIB. As autoridades devem ajustar gradualmente os preços internos dos combustíveis para refletir as variações nos preços internacionais dos combustíveis e os movimentos na taxa de câmbio e assim diminuir a peso sobre a Sonangol. Os riscos associados às grandes necessidades de financiamento em 2018 são administráveis e deverão declinar gradualmente ao longo do tempo através de consolidação fiscal gradual, de operações de mercado de gestão de passivos e do aprofundamento dos mercados internos de dívida.
- 36. A consolidação fiscal gradual no médio prazo é necessária para colocar a dívida pública numa clara trajetória descendente.** Será necessária uma consolidação orçamental primária não petrolífera de 0,75% do PIB ao ano até 2023, em média, para reduzir até aquele ano a dívida pública para cerca de 60% do PIB — a âncora orçamental das autoridades no médio prazo no âmbito do PEM. Como se espera uma queda gradual dos preços do petróleo no médio prazo, a consolidação fiscal deverá ser sustentada pela mobilização de receitas não petrolíferas adicionais, sobretudo com a introdução do IVA em 1 de Janeiro de 2019, tal como previsto, e pela racionalização da despesa pública. Estes esforços de consolidação, conjugados com melhorias na qualidade da despesa, criariam espaço para o aumento do investimento público e o apoio a programas bem direcionados para os pobres.
- 37. As políticas monetária e cambial devem ser cuidadosamente calibradas para reequilibrar o mercado de divisas e conter as pressões inflacionistas.** O BNA adotou formalmente um regime de metas de base monetária e uma maior flexibilidade cambial. Alinhar o crescimento da base monetária num nível compatível com o objetivo de inflação e manter as taxas de juro acima da inflação será fundamental para a estabilidade monetária. Seria importante eliminar gradualmente as vendas diretas de divisas, conforme previsto, realizar leilões de divisas previamente anunciados para orientar os

mercados, e eliminar restrições e arranjos cambiais que podem gerar práticas de taxas de câmbio múltiplas. O BNA também precisa continuar a melhorar a sua capacidade de previsão de liquidez e aperfeiçoar os seus instrumentos e ferramentas analíticas. Também é importante melhorar a comunicação sobre a direção da política monetária.

38. A vigilância contínua através da monitorização dos bancos e a correção de vulnerabilidades, inclusivamente através de redes de segurança fortes, continua a ser uma prioridade. O BNA deve intervir preventivamente nos segmentos relativamente mais fracos do sistema bancário para reforçar os amortecedores de capital e de liquidez. Seria importante fortalecer a governação dos bancos públicos e acelerar os seus processos de reestruturação. Medidas concretas para concluir as avaliações da qualidade dos ativos, e para reforçar a gestão de crises, a cedência de liquidez de emergência e os quadros de CBC/FT também seriam essenciais. Seria importante também estabelecer uma cláusula de caducidade para as operações da Recredit, dada a concentração de créditos malparados num único banco.

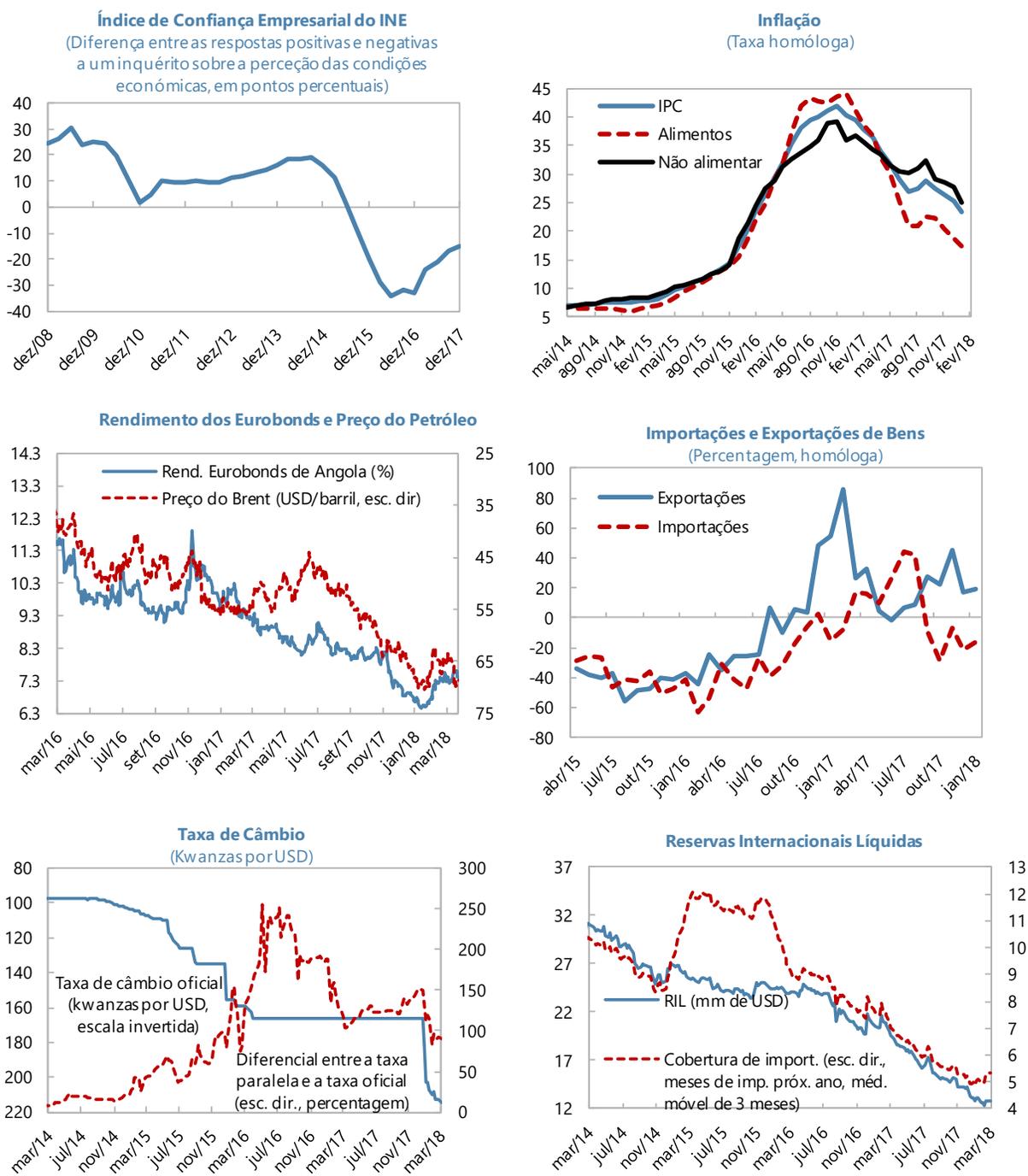
39. As reformas estruturais estão corretamente centradas no incentivo ao crescimento liderado pelo setor privado e devem ser aplicadas efetiva e decididamente para que Angola possa colher os benefícios esperados. A agenda de reformas das autoridades centra-se, apropriadamente, na melhoria da governação, no combate à corrupção e na melhoria do fraco ambiente de negócios, que têm limitado a diversificação económica e o crescimento inclusivo. O forte apoio político às reformas ao mais alto nível é um bom sinal, mas os riscos de implementação, devido à fraca capacidade institucional e de execução, não devem ser ignorados. Para atenuar estes riscos, Angola deve continuar a fortalecer as suas instituições, com assistência técnica de reformadores que tenham os mesmos objetivos.

40. Em geral, os dados macroeconómicos de Angola são adequados para fins de supervisão. Avançou-se na melhoria da compilação e da divulgação de estatísticas, mas é preciso colmatar as lacunas nas contas orçamentais e nacionais, na balança de pagamentos e nas estatísticas monetárias e financeiras.

41. O corpo técnico encorajou as autoridades a definir um calendário claro para a eliminação de medidas que dão origem a restrições cambiais e a práticas de taxas de câmbio múltiplas. As autoridades não solicitaram e o corpo técnico não recomenda a aprovação de quaisquer restrições cambiais ou práticas de taxas de câmbio múltiplas.

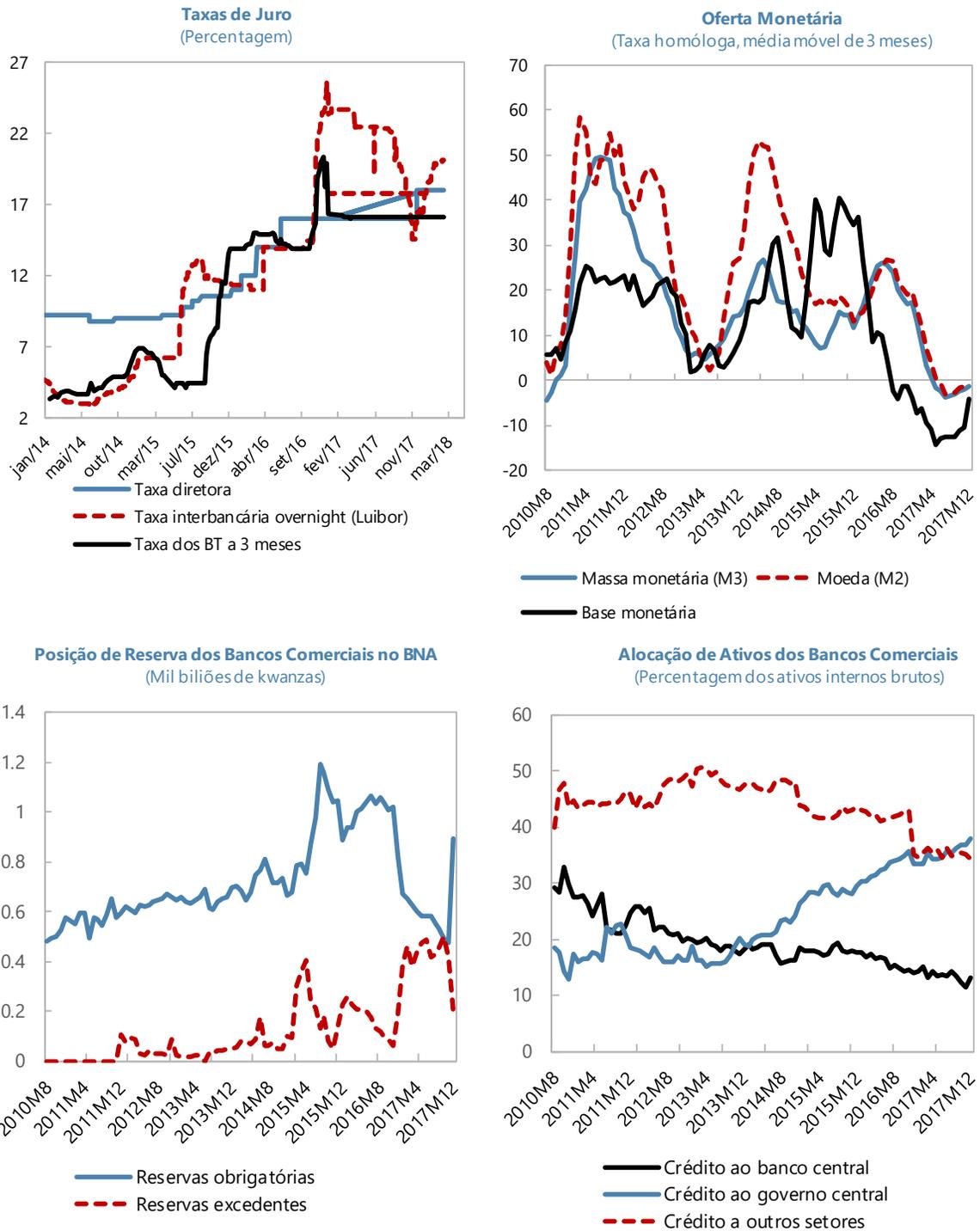
42. O corpo técnico recomenda que a próxima consulta com Angola ao abrigo do Artigo IV seja realizada no ciclo normal de doze meses.

Figura 1. Angola: Indicadores de Alta Frequência Seleccionados, 2008–18



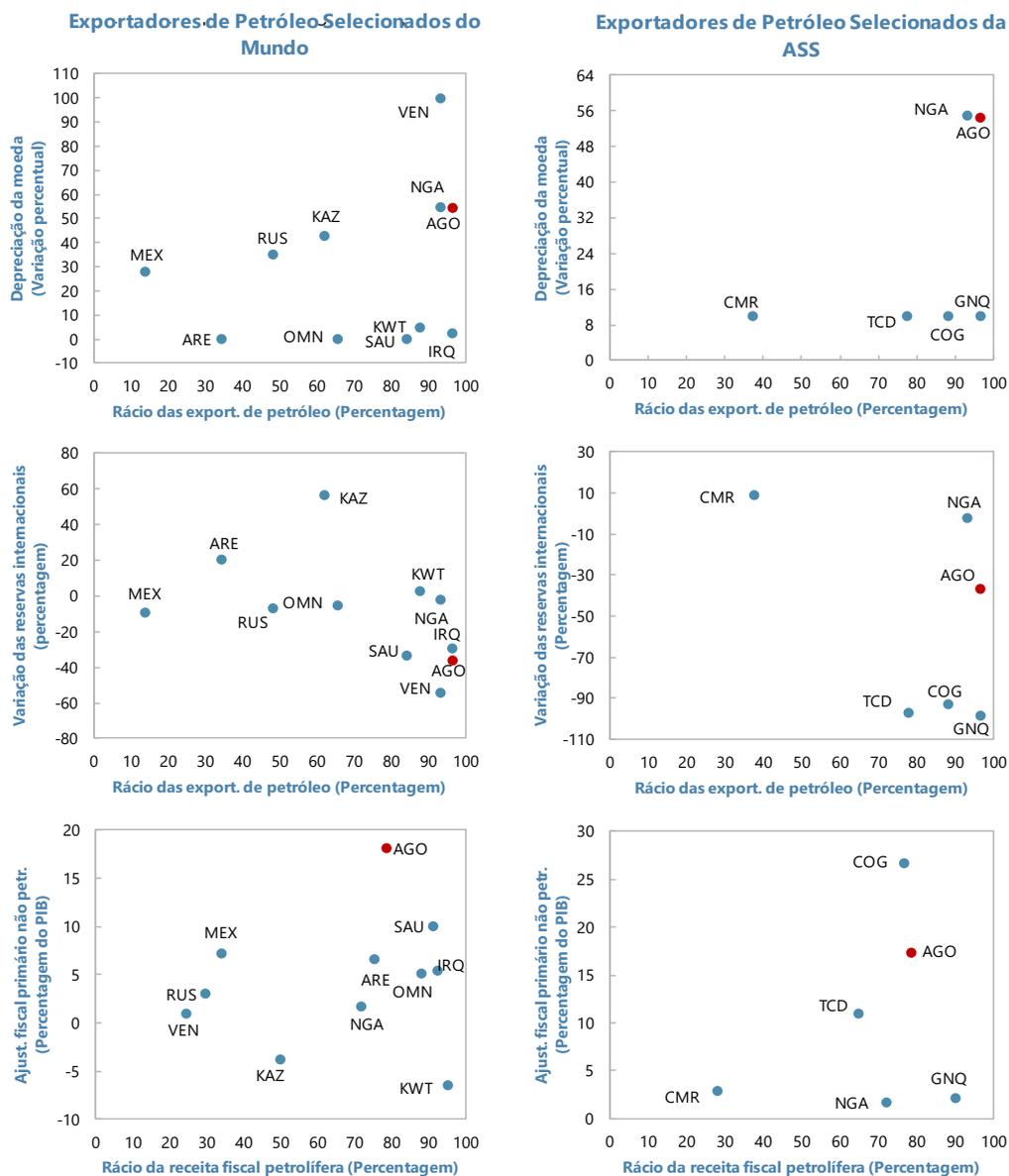
Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico.

Figura 2. Angola: Indicadores Monetários Seleccionados, 2010–17



Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico.

Figura 3. Angola: Projeções Fiscais, Reservas Internacionais e Taxa de Câmbio, 2011–17¹



Fontes: Autoridades nacionais, Bloomberg, Haver e cálculos e projeções do corpo técnico do FMI.

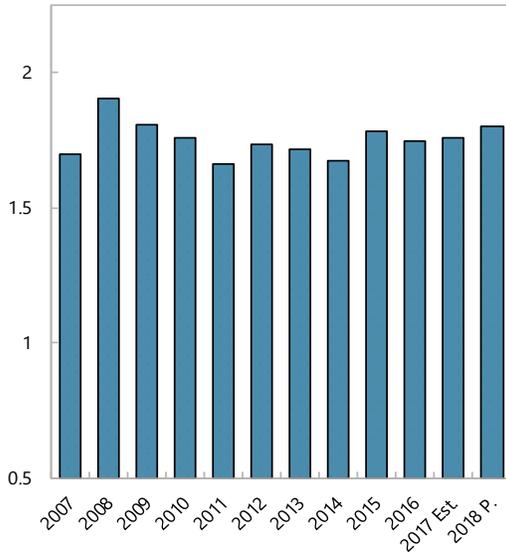
Legenda: AGO - Angola; ARE - Emirados Árabes Unidos; CMR - Camarões; COG - República do Congo; GNQ - Guiné Equatorial; IRQ - Iraque; KAZ - Cazaquistão; KWT - Kuwait; MEX - México; NGA - Nigéria; OMN - Omã; RUS - Federação Russa; SAU - Arábia Saudita; TCD - Chade; VEN - República Bolivariana da Venezuela.

¹ O rácio das exportações de petróleo foi calculado como o rácio médio das exportações de petróleo em relação ao total das exportações de bens e serviços no período 2011-13. A depreciação da moeda foi calculada como a variação da taxa de câmbio entre a moeda do país e o USD entre Agosto de 2014 e Março de 2018. A variação nas reservas internacionais foi calculada como a variação nas reservas internacionais brutas em USD entre Agosto de 2014 e Dezembro de 2017 (ou os dados mais recentes disponíveis). O rácio da receita fiscal petrolífera foi calculado como o rácio médio entre a receita fiscal petrolífera e o total da receita fiscal no período 2011-13. O ajustamento fiscal primário não petrolífero foi calculado como a variação percentual do saldo primário não petrolífero (em pontos percentuais do PIB) entre 2014 e os dados de outubro de 2017 do WEO.

Figura 4. Angola: Evolução Fiscal, 2007-18

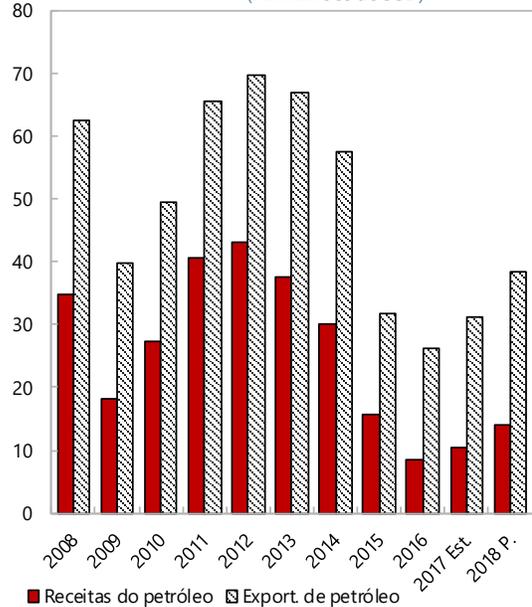
A produção de petróleo e gás estabilizou-se...

Produção de Petróleo e Gás
(Milhões de barris por dia)



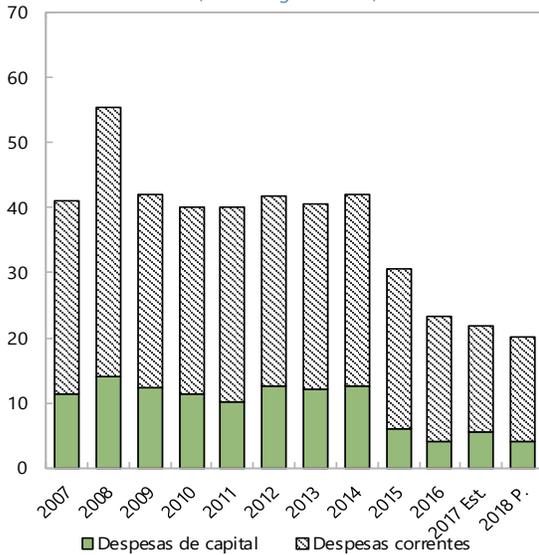
mas as exportações de petróleo e a respetiva receita fiscal devem aumentar em 2018 devido à alta dos preços do petróleo.

Exportações e Receitas do Petróleo
(Mil milhões de USD)



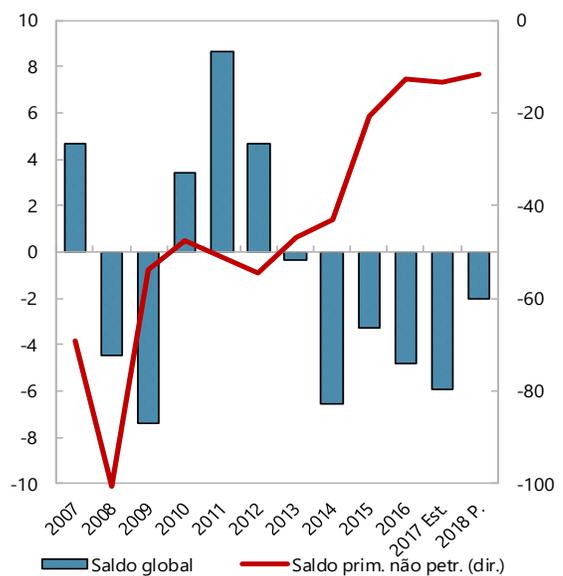
A despesa total continuará a diminuir em 2018, após fortes cortes em 2015-16, denotando uma maior consolidação fiscal.

Despesas
(Porcentagem do PIB)

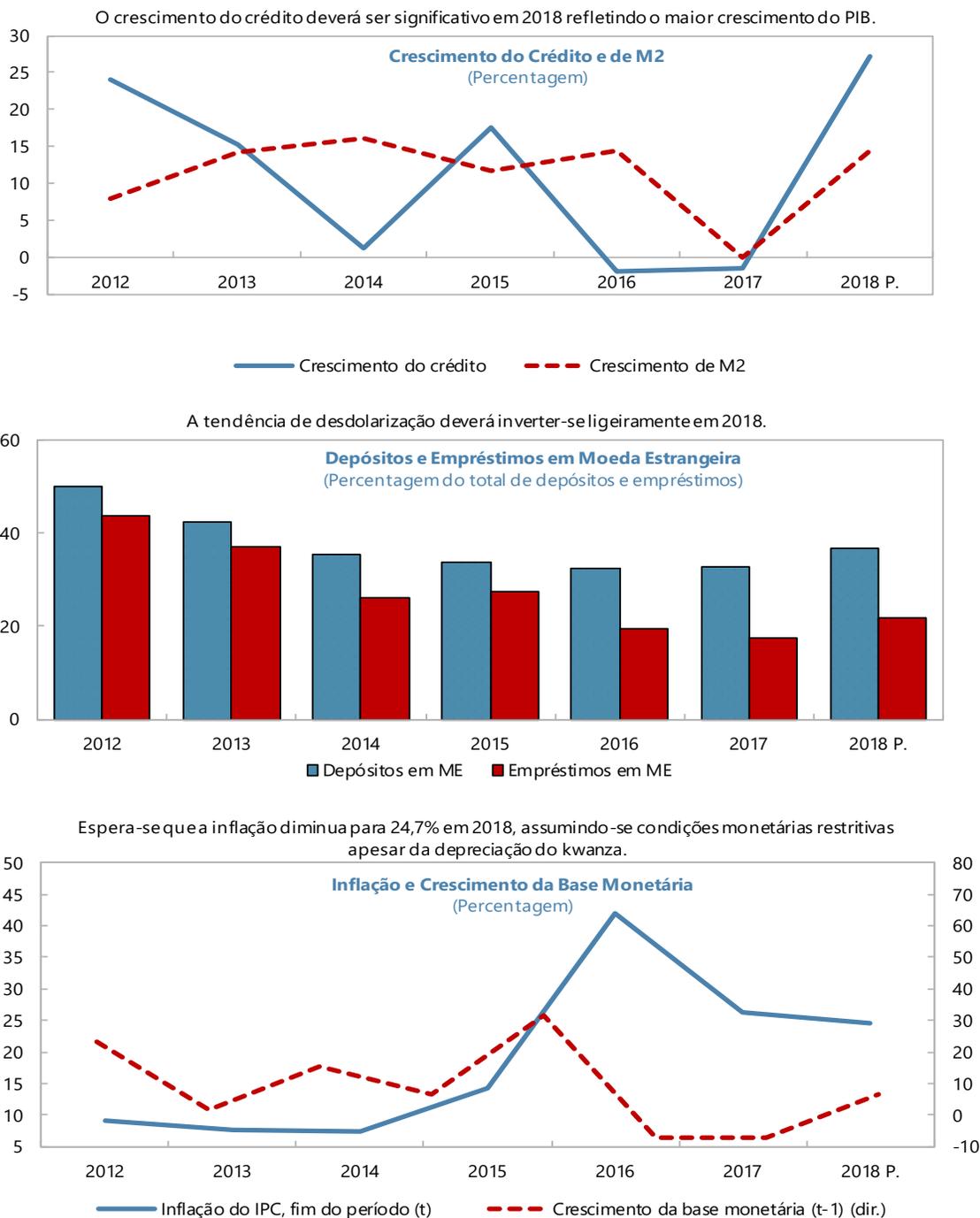


Portanto, o défice orçamental global e o saldo primário não petrolífero deverão melhorar em 2018.

Saldo Global Primário e Não Petrolífero
(% do PIB e % do PIB não petrolífero, respetivamente)



Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

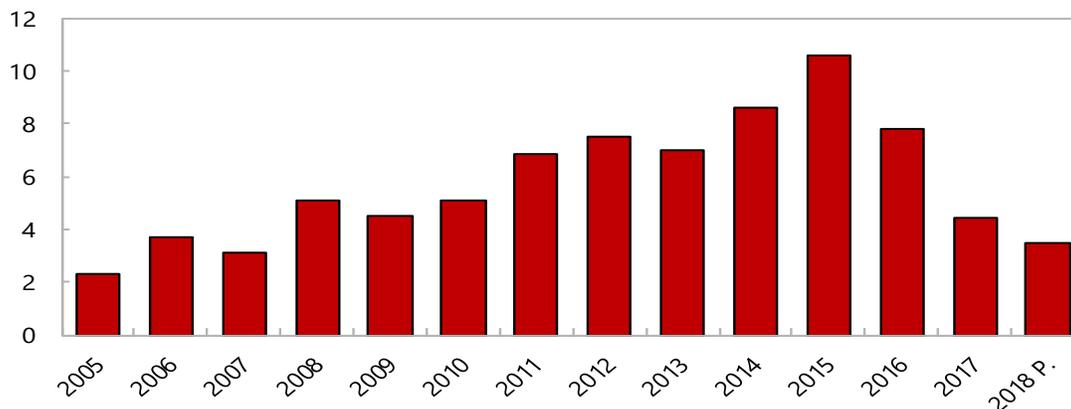
Figura 5. Angola: Evolução Monetária, 2012–18

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

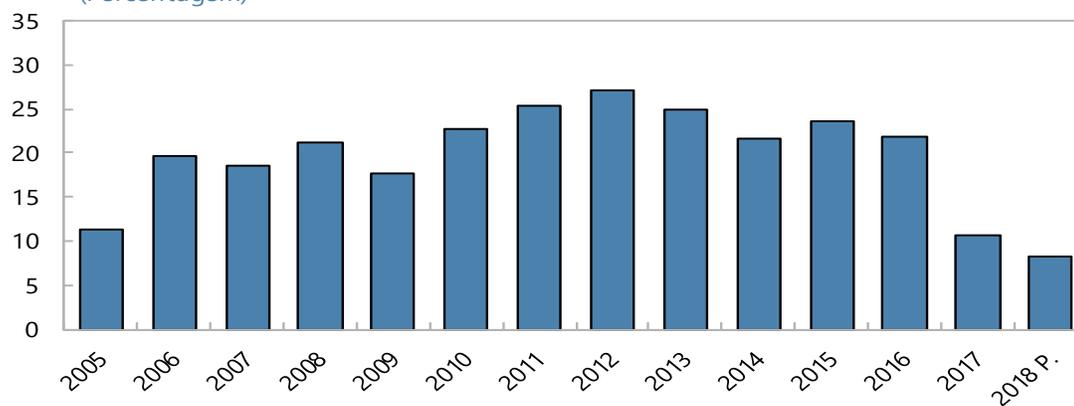
Figura 6. Angola: Evolução do Setor Externo, 2005–18

Espera-se que as reservas cambiais diminuam gradualmente devido a uma maior disponibilização de moeda estrangeira no mercado.

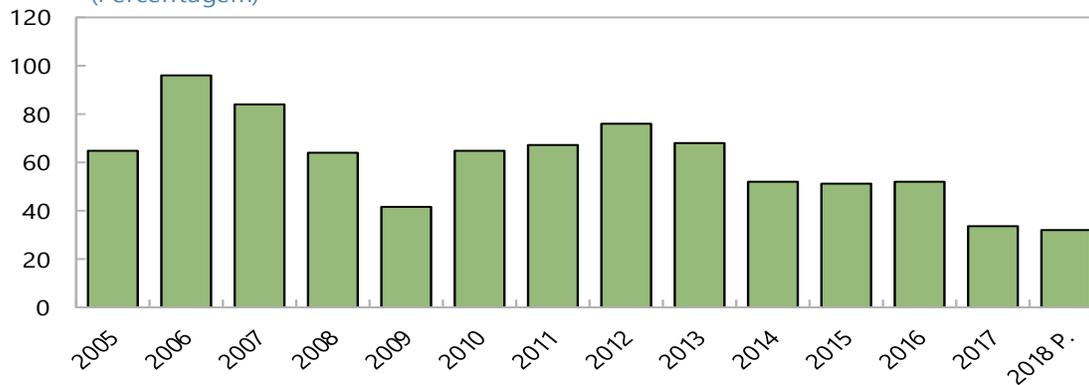
Reservas em Relação aos Meses de Importação do Próximo Ano



Reservas em Relação ao PIB (Porcentagem)



Reservas em Relação a M2 (Porcentagem)



Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 7. Angola: Matriz de Avaliação de Risco (Janeiro de 2018)¹
Possíveis Desvios em Relação ao Cenário Base

Fonte de riscos	Probabilidade Relativa	Prazo	Impacto Em Angola	Respostas de Políticas
Condições financeiras mundiais mais restritivas. Num contexto de normalização contínua da política monetária e de valorizações cada vez mais dilatadas em várias classes de ativos, uma mudança abrupta no apetite de risco mundial (p. ex., devido a inflação acima das previsões nos EUA) poderá levar a aumentos repentinos e elevados nas taxas de juro, com o respetivo aperto das condições financeiras. A elevação do serviço da dívida e os riscos de refinanciamento podem pressionar firmas, famílias e países vulneráveis endividados, incluído mediante pressões sobre a conta de capital, em alguns casos.	Alta	Curto Prazo/ Médio Prazo	Médio	Adiar a emissão prevista de Eurobonds até que os mercados internacionais de capitais se estabilizem; e continuar a desenvolver fontes de financiamento alternativas tanto internas como externas.
Preços de energia mais baixos, devido ao enfraquecimento da coesão do cartel OPEP/Rússia e/ou da recuperação da produção de petróleo no continente africano.	Baixa	Curto Prazo/ Médio Prazo	Alto	Permitir uma maior flexibilidade cambial; restringir a política monetária; mobilizar receitas fiscais não petrolíferas; e melhorar a eficiência da despesa pública no contexto de dotações orçamentais totais em queda.
Execução intermitente de políticas macroeconómicas e reformas estruturais. Com preços do petróleo mais favoráveis, a implementação de reformas pode parar, o que poderia prejudicar a estabilidade macroeconómica e as perspetivas de crescimento.	Baixa/ Média	Médio Prazo	Alto	Fortalecer instituições e a capacidade de execução para preservar ganhos das reformas em andamento; e diálogo contínuo e transparente com a sociedade civil e outras partes interessadas.
Ajustamento cambial incompleto. Permitir que a taxa de câmbio se estabilize em níveis irrealistas pode levar à perda de reservas cambiais e de competitividade e a um ajustamento desordenado do mercado cambial.	Média	Curto Prazo/ Médio Prazo	Médio	Manter políticas orçamentais e monetárias prudentes para consolidar o regime cambial mais flexível; utilizar programas sociais bem direcionados para atenuar os custos (incluindo os da inflação) para os mais vulneráveis; e gerir cuidadosamente as expetativas do mercado.
Declínio da produção de petróleo bruto, gerando crescimento mais baixo, perda de receitas fiscais do petróleo e menor disponibilidade de divisas.	Média	Médio Prazo	Alto	Reduzir a incerteza jurídica, incluindo sobre a tributação do setor petrolífero; eliminar entraves burocráticos e outras restrições ao investimento neste setor; e continuar a apoiar a coordenação estreita entre sectores.

¹ A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra eventos que podem alterar de forma relevante a trajetória do cenário de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspetiva do corpo técnico do FMI). A probabilidade relativa refere-se à avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base ("baixa" = probabilidade abaixo de 10%; "média" = probabilidade entre 10% e 30% e "alta" = probabilidade entre 30% e 50%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente. "Curto prazo" e "médio prazo" referem-se a riscos que se podem materializar em 1 ano e 3 anos, respetivamente.

Figura 8. Angola: Principais Recomendações da Consulta de 2016 ao abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação

Orçamental	Reforçar a credibilidade da Lei da Dívida Pública	Parcialmente implementado. A revisão da lei em 2016 não introduziu uma cláusula de escape para o teto da dívida de 60% do PIB para responder a choques exógenos, mas passou a exigir que o governo aja para garantir a convergência com a meta no médio prazo.
	Reforçar a mobilização de receitas não petrolíferas	Em curso. As autoridades estão a reforçar o cumprimento tributário e a alargar a base tributária, inclusivamente através de um programa de mobilização de receitas tributárias destinado a melhorar as inspeções e a monitorização dos grandes contribuintes. Com o apoio de AT do FAD, estão a ser tomadas medidas para garantir a adoção do IVA em 1 de janeiro de 2019, conforme previsto.
	Expandir programas sociais bem direcionados para os mais vulneráveis	Não implementado. Programas de rede de segurança social, como o programa Cartão Kikuia, ainda são muito reduzidos.
	Reduzir a massa salarial enquanto percentagem do PIB	Implementado. O ajustamento dos salários nominais abaixo da inflação ajudou a reduzir o rácio massa salarial/PIB de 11,3% em 2015 para 7,3% em 2017.
	Ajustar automaticamente os preços internos dos combustíveis para refletir as variações dos preços internacionais e da taxa de câmbio	Não implementado. Os subsídios à gasolina e ao gasóleo retornaram, com a Sonangol a absorver os custos até ao momento.
	Eliminar os subsídios às tarifas de eletricidade e água, adotando ao mesmo tempo taxas sociais para proteger os pobres	Não implementado. As tarifas de eletricidade e água não foram ajustadas em 2017.
	Melhorar a qualidade da despesa pública	Em curso. A carteira de projetos de investimento público (PIP) foi transferida do Ministério da Economia e Planeamento para o Ministério das Finanças. Estão a ser realizadas avaliações prévias de projetos. A base de dados do PIP foi saneada.
	Adotar um quadro fiscal de médio prazo (QFMP) melhorado	Em curso. As autoridades estão a trabalhar no sentido de implementar um QFMP integral até 2019. O FMI está a prestar AT.
	Adotar um fundo de estabilização orçamental bem concebido	Não implementado. As autoridades estão a avaliar opções, como consolidar os fundos existentes.
	Acelerar o processo de privatização das empresas do SEP e de reestruturação da Sonangol	Em curso. O processo de reestruturação da Sonangol está a avançar. O governo criou um grupo de ação interministerial de alto nível para analisar a questão da privatização e fazer propostas específicas nesta área.

Figura 8. Angola: Principais Recomendações da Consulta de 2016 ao abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação (continuação)

Área	Recomendação	Ponto da situação
Monetária e financeira	Adotar um regime de flutuação administrada	Em curso. O BNA abandonou a paridade com o USD em Janeiro de 2018 e adotou uma maior flexibilidade cambial. No novo sistema de leilão de divisas, as ofertas dos bancos flutuam dentro de uma banda de 2 pontos percentuais acima ou abaixo da taxa de câmbio média das ofertas vencedoras do leilão anterior. A sobrevalorização estimada da TCER em 2017 foi corrigida.
	Reverter medidas administrativas de acesso prioritário à compra de divisas.	Parcialmente implementado. Agora todos os bancos podem participar dos leilões de divisas do BNA desde que cumpram as normas regulamentares, e cerca de metade dos lotes de divisas são afetados através de leilões. As vendas diretas a setores prioritários deverão ser eliminadas em breve.
	Adotar o regime de metas de base monetária	Implementado. O BNA adotou a base monetária como âncora da política monetária em Novembro de 2017.
	Melhorar a capacidade de previsão e de gestão de liquidez	Não implementado. A transição para a base monetária só ocorreu recentemente e, portanto, a utilização proativa de operações de mercado aberto foi adiada. Ainda é preciso melhorar a articulação entre o Ministério das Finanças e o BNA, como mostraram as fortes variações de liquidez no final de 2017.
	Atenuar os fatores determinantes e os riscos decorrentes da perda das RCB	Em curso. Houve uma intensificação do diálogo com os bancos internacionais. AT prestada pelo Departamento Jurídico do FMI (LEG) para melhorar a legislação de CBC/FT.
	Realizar avaliações da qualidade dos ativos (AQA) rigorosas nos treze maiores bancos	Não implementado. O BNA ainda precisa levar adiante a AQA de 2015 que contribuiu para elevar a cobertura de provisões para bancos selecionados para mais de 40%. O BNA planeia relançar este exercício, mas com foco sobretudo em instituições sistémicas.
	Investigar até que ponto os bancos estão a recorrer à prática de perpetuação de empréstimos (<i>evergreening</i>)	Não implementado. Contudo, o BNA centrou os seus esforços em migrar todos os bancos para o IFRS, que tem regras de provisionamento mais robustas.
	Concluir a recapitalização e a reestruturação do BPC	Em curso. Foi nomeado um novo Conselho de Administração e o governo injetou Kz 67 mil milhões adicionais no BPC em 2017. O governo também criou a Recredit para lidar com créditos malparados do BPC. A Recredit recentemente adquiriu Kz 300 mil milhões (um terço dos créditos malparados do BPC). Uma nova injeção de capital está prevista no orçamento de 2018. Até agora houve progresso limitado com o fechamento de agências ou redução do quadro de pessoal do BPC.
	Reforçar o regime de preparação para situações de crise	Não implementado. O BNA ainda precisa realizar Exercícios de Simulação de Crises. Até agora, os esforços centraram-se em lidar com a perda de RCB diretas em dólares americanos e em introduzir uma componente de CBC/FT nas inspeções diretas regulares.

Figura 8. Angola: Principais Recomendações da Consulta de 2016 ao abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação (conclusão)

Área	Recomendação	Ponto da situação
Reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios e diversificar a economia	Reduzir os custos no setor não petrolífero e lidar com os estrangulamentos em termos de capital físico e humano	Em curso. Estão a ser executados projetos de investimento público, inclusivamente em setores-chave como energia. A adoção dum regime cambial mais flexível, que inclui a eliminação gradual das vendas diretas de divisas, deverá aumentar a eficiência da afetação de divisas.
	Reduzir as restrições à realização de negócios	Em curso. As autoridades estão a tomar medidas para melhorar a governação, combater a corrupção e melhorar o ambiente de negócios, inclusivamente através da criação de uma nova unidade anticorrupção; da formulação de legislação favorável aos negócios; do lançamento de um programa para diversificar a economia e reduzir as restrições à realização de negócios (PRODESI); e da simplificação dos processos de emissão de vistos.
	Reduzir a forte presença do Estado na economia e recorrer mais intensamente à alocação de recursos baseada no mercado	Em curso. Conforme mencionado no PEM, as autoridades pretendem intensificar o uso de parcerias público-privadas (PPP) para a execução de projetos de infraestruturas. O PRODESI também busca uma maior presença do investimento do setor privado.

Figura 9. Angola: Medidas de Política Cambial e o Convénio Constitutivo do FMI

Diagnóstico	Impacto Económico/ Receitas Fiscais	Opinião das Autoridades	Comentários do Corpo Técnico
Restrições cambiais nos termos da Seção 2 do Art. XIV			
1. Limites à disponibilização de moeda estrangeira para operações invisíveis, tais como despesas de viagem.	Restrições potenciais aos fluxos de saída da conta corrente. Os limites só se aplicam a despesas de viagens e atualmente são diferenciados entre adultos (limite de Kz 25 milhões/ano ou cerca de USD 116.500/ano) e menores (limite de Kz 6 milhões/ano ou cerca de USD 28.000/ano).	Eliminação improvável no curto prazo.	O corpo técnico entende que as restrições devem ser eliminadas se as reformas do mercado cambial forem aplicadas conforme previsto, apesar do prazo para tal depender do reforço dos mecanismos de prevenção da fuga de capitais através da evasão pela conta corrente.
2. Limites às transferências unilaterais para pessoas singulares e coletivas baseadas no estrangeiro.	Restrições potenciais aos fluxos de saída da conta corrente. Atualmente o limite de transferências unilaterais é de Kz 12 milhões/ano ou cerca de USD 55.900/ano.	Eliminação improvável no curto prazo.	Ver item 1 acima.
Restrições cambiais nos termos da Seção 2(a) do Art. VIII			
3. Cobrança discriminatória do imposto do selo de 0,1% sobre operações de câmbio.	Muito pequeno. A receita total do imposto do selo sobre operações bancárias, que inclui o que é cobrado sobre as operações de câmbio, representa menos de 0,5% do total das receitas fiscais não petrolíferas e 0,2% da receita total da administração pública.	A mudança dependerá de alterações do código tributário.	O corpo técnico entende que a mudança será aplicada no curto prazo, mas isto dependerá de alterações do código tributário que exigem aprovação da Assembleia Nacional.
4. Utilização da lista prioritária de acesso ao dólar americano à taxa de câmbio oficial.	Grandes restrições potenciais aos fluxos de saída da conta corrente. O impacto económico poderá ser elevado devido à má afetação de recursos.	Poderá ser eliminada assim que os pedidos de compra de divisas acumulados no mercado cambial forem reduzidos significativamente.	O corpo técnico entende que isto pode ocorrer até o final de 2018, se as reformas do mercado cambial forem aplicadas tal como previsto.

Figura 9. Angola: Medidas de Política Cambial e Convénio Constitutivo do FMI (conclusão)

Diagnóstico	Impacto Económico/ Receitas Fiscais	Opinião das Autoridades	Comentários do Corpo Técnico
Restrições cambiais nos termos da Seção 2(a) do Art. VIII			
5. Imposto especial de 10% sobre transferências a não residentes no âmbito de contratos de serviços de assistência técnica estrangeira ou de gestão.	O impacto orçamental pode ser relevante.	A mudança dependerá de alterações do código tributário e de se encontrar uma fonte alternativa de receitas.	O corpo técnico entende que este imposto especial pode ser substituído, sem perda de receita fiscal, com um imposto sobre os rendimentos (mesma taxa) de não residentes oriundos de serviços de assistência técnica ou de gestão (mesmo âmbito), que exige aprovação da Assembleia Nacional.
Práticas de taxas de câmbio múltiplas nos termos da Seção 3 do Art. VIII			
Ausência de um mecanismo para prevenir possíveis diferenciais superiores a 2% que surgem: 6. entre ofertas vencedoras nos leilões de divisas do BNA e 7. em transações realizadas à taxa de referência vigente e à taxa usada nas transações dos leilões de divisas do mesmo dia.	Limitar a taxa marginal a uma banda de dois pontos percentuais pode impedir a venda do lote total de divisas que o banco central pretende leiloar e comprometer a função de formação de preços do leilão.	É improvável que seja abordado no futuro próximo.	O corpo técnico entende que estas medidas devem ser temporárias e eliminadas como parte da mudança em direção a uma taxa de câmbio de equilíbrio de mercado.
8. Cobrança discriminatória do imposto do selo de 0,1% sobre operações de câmbio.	Ver item 3 acima.	Ver item 3 acima.	Ver item 3 acima.

Tabela 1. Angola: Principais Indicadores Económicos, 2010-23

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
						Prel.	Prel.	Est.	Proj.					
Economia real (variação percentual, salvo indicação em contrário)														
Produto interno bruto real	3,5	3,9	5,2	6,8	4,7	3,0	-0,8	1,0	2,2	2,5	3,6	4,2	4,7	4,9
Setor petrolífero	-2,8	-5,6	4,3	-0,9	-2,6	6,5	-1,7	0,5	2,3	0,1	0,3	-0,3	0,0	0,0
Setor não petrolífero	7,6	9,5	5,6	10,8	8,0	1,6	-0,4	1,2	2,1	3,5	5,0	6,0	6,5	6,5
Produto interno bruto nominal	26,6	28,9	11,2	10,9	3,3	-1,1	26,6	32,4	40,8	18,1	15,1	13,6	12,8	11,9
Setor petrolífero	27,8	36,5	7,3	-3,3	-10,7	-33,0	9,6	28,4	82,5	8,9	5,8	4,2	4,7	4,4
Setor não petrolífero	25,7	22,8	14,7	22,8	12,6	15,7	31,8	33,4	30,5	21,3	18,0	16,1	14,8	13,6
Deflador do PIB	22,4	24,1	5,7	3,8	-1,3	-4,0	27,7	31,0	37,8	15,3	11,1	9,0	7,7	6,7
Deflador do PIB não petrolífero	16,8	12,2	8,6	10,8	4,3	13,9	32,4	31,8	27,9	17,2	12,3	9,6	7,8	6,6
Preços no consumidor (média anual)	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	10,3	32,4	31,7	27,8	17,1	12,2	9,4	7,6	6,5
Preços no consumidor (fim de período)	15,3	11,4	9,0	7,7	7,5	14,3	41,9	26,3	24,7	15,0	10,0	9,0	6,5	6,5
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	7.585	9.780	10.876	12.056	12.458	12.321	15.603	20.656	29.073	34.348	39.537	44.904	50.630	56.653
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de kwanzas)	3.401	4.641	4.981	4.818	4.304	2.884	3.162	4.061	7.409	8.069	8.536	8.898	9.313	9.718
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	4.184	5.139	5.895	7.239	8.154	9.436	12.440	16.595	21.664	26.278	31.001	36.006	41.317	46.935
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	82,5	104,1	113,9	124,9	126,7	102,6	95,3	124,5	119,1	121,0	126,4	133,7	142,7	153,0
Produto interno bruto per capita (USD)	3.602	4.412	4.687	4.989	4.914	3.863	3.485	4.418	4.102	4.048	4.105	4.214	4.367	4.547
Governo central (percentagem do PIB)														
Total da receita	43,4	48,8	46,5	40,2	35,3	27,3	18,6	15,8	18,2	18,1	17,6	17,2	17,0	16,7
D/q: Petrolífera	33,0	39,0	37,7	30,1	23,8	15,4	8,8	8,4	11,7	10,8	9,4	8,6	8,0	7,4
D/q: Não petrolífera	7,8	7,3	6,6	8,1	9,1	9,3	7,9	5,8	5,6	6,4	7,3	7,6	8,0	8,2
Total da despesa	40,0	40,2	41,8	40,5	41,9	30,6	23,4	21,8	20,2	20,5	20,1	20,0	19,6	19,1
Despesas correntes	28,6	30,0	29,4	28,5	29,4	24,7	19,2	16,2	16,2	15,6	15,2	14,9	14,4	13,7
Despesa de capital	11,4	10,2	12,5	12,0	12,5	6,0	4,1	5,5	4,0	5,0	5,0	5,2	5,3	5,5
Saldo orçamental global	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,6	-3,3	-4,8	-6,0	-2,0	-2,4	-2,5	-2,8	-2,7	-2,4
Saldo orçamental primário não petrolífero	-26,2	-26,9	-29,5	-28,2	-28,1	-15,9	-10,2	-10,8	-8,8	-8,3	-7,2	-6,7	-6,1	-5,5
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-47,4	-51,1	-54,5	-47,0	-42,9	-20,8	-12,8	-13,4	-11,8	-10,8	-9,2	-8,3	-7,5	-6,7
Moeda e crédito (fim de período, variação percentual)														
Massa monetária (M2)	11,0	35,7	7,9	14,2	16,1	11,8	14,4	-0,1	14,4	21,3	18,0	16,1	18,8	17,8
Percentagem do PIB	35,3	37,6	35,4	36,5	41,0	46,4	41,8	31,6	25,7	26,3	27,0	27,6	29,1	30,6
Velocidade (PIB/M2)	2,9	2,7	2,8	2,7	2,4	2,2	2,4	3,2	3,9	3,8	3,7	3,6	3,4	3,3
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,6	1,4	1,5	1,6	1,6	1,7	1,9	2,5	2,9	2,9	2,9	2,9	2,8	2,7
Crédito ao setor privado (variação percentual em 12 meses)	19,2	28,8	24,2	15,0	1,1	17,6	-1,8	1,3	27,2	22,8	20,7	21,8	20,5	20,7
Balança de pagamentos														
Balança comercial (percentagem do PIB)	41,1	45,2	41,6	33,5	24,1	12,2	14,7	13,5	17,4	16,5	15,4	14,1	13,0	12,2
Exportações de bens, FOB (percentagem do PIB)	61,3	64,6	62,4	54,6	46,7	32,3	28,9	26,2	33,4	31,0	28,6	26,5	24,9	23,5
D/q: Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	59,8	63,0	61,2	53,6	45,5	31,1	27,5	25,1	32,2	29,7	27,3	25,1	23,3	21,7
Importações de bens, FOB (percentagem do PIB)	20,2	19,4	20,8	21,1	22,6	20,2	14,2	12,7	16,0	14,5	13,2	12,4	11,9	11,3
Termos de troca (variação percentual)	19,3	24,4	5,6	-1,5	-8,5	-41,5	-14,8	21,7	16,8	-7,4	-5,1	-2,1	4,3	1,1
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	9,1	12,6	12,2	6,7	-3,0	-10,0	-5,1	-4,5	-3,5	-2,5	-2,1	-2,5	-2,9	-3,0
Reservas internacionais brutas (fim de período, milhões de USD)	19.679	27.517	32.156	32.231	27.795	24.419	24.353	17.938	14.338	15.238	16.138	16.138	16.138	16.138
Reservas internacionais brutas (meses de import. do próximo ano)	5,4	7,2	7,8	7,2	8,8	10,7	9,2	6,0	5,2	5,8	6,2	6,0	5,9	6,1
Reservas internacionais líquidas (fim de período, milhões de USD)	18.797	26.323	30.828	31.172	27.276	24.266	20.807	13.300	9.700	10.600	11.500	11.500	11.500	11.500
Taxa de câmbio														
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	120,1	163,7	165,9
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	92,6	95,3	95,8	97,6	102,9	135,3	165,9	165,9
Dívida (percentagem do PIB)														
Total da dívida (bruta) do setor público ¹	44,3	33,8	29,9	32,9	40,7	64,6	79,8	64,1	72,9	69,9	67,3	65,4	62,5	60,1
D/q: Sonangol	9,1	9,5	7,9	10,9	12,5	14,2	9,9	3,9	4,5	4,2	4,0	3,7	3,5	3,2
Petróleo														
Produção de petróleo (milhões de barris por dia)	1.758	1.660	1.730	1.716	1.672	1.780	1.744	1.757	1.798	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	49,4	65,6	69,7	66,9	57,6	31,9	26,2	31,2	38,3	36,0	34,6	33,6	33,3	33,3
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	77,8	108,7	110,9	107,7	96,9	50,0	40,9	51,6	62,5	58,5	56,0	54,5	54,0	54,0
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril)	79,6	111,0	112,0	108,8	98,9	52,4	44,0	54,4	64,7	60,7	58,0	56,6	56,2	56,2
Preço do petróleo bruto (média dos 3 preços spot, USD por barril)	79,0	104,0	105,0	104,1	96,2	50,8	42,8	52,8	62,3	58,2	55,6	54,1	53,6	53,6

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui a dívida da empresa petrolífera pública, Sonangol, que não é diretamente garantida pelo governo.

Tabela 2a. Angola: Demonstrativo de Operações do Governo Central, 2010–2019
(Em mil milhões de kwanzas)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
						Prel.	Est.	Proj.		
Receitas	3.295	4.776	5.054	4.849	4.403	3.367	2.900	3.271	5.284	6.226
Impostos	3.094	4.528	4.826	4.602	4.098	3.042	2.599	2.933	5.019	5.904
Petrolíferos ¹	2.500	3.817	4.103	3.630	2.970	1.898	1.373	1.739	3.401	3.700
Não petrolíferos	594	711	723	972	1.128	1.144	1.227	1.194	1.618	2.205
Contribuições sociais	76	90	107	121	87	151	159	166	173	210
Doações	2	2	2	2	2	1	2	5	0	0
Outras receitas	123	156	120	124	216	173	140	168	92	112
Despesas	3.034	3.928	4.549	4.889	5.222	3.774	3.648	4.500	5.878	7.050
Despesas correntes	2.166	2.935	3.193	3.440	3.667	3.038	3.003	3.356	4.715	5.350
Remuneração dos empregados	714	877	1.031	1.155	1.319	1.390	1.397	1.505	1.690	1.894
Uso de bens e serviços	625	1.037	1.305	1.231	1.248	787	624	773	998	1.147
Juros	90	95	105	99	149	248	470	678	1.320	1.561
Internos	27	56	68	59	88	143	243	382	742	925
Externos	63	38	37	40	62	106	228	296	577	636
Subsídios	507	766	548	710	668	278	161	89	225	172
Outras despesas	232	159	203	245	282	333	351	311	483	577
Aquisição líquida de ativos não financeiros	868	993	1.356	1.449	1.555	736	645	1.145	1.163	1.700
Aumento líquido de passivos	261	849	505	-40	-819	-407	-748	-1.230	-594	-824
Discrepância estatística	-106	96	-96	36	13	82	139	-33	0	0
Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)	79	739	592	95	317	1.459	1.926	503	-398	-250
Internos	67	594	232	95	317	1.435	1.793	442	-398	-250
Numerário e depósitos ²	364	714	477	-21	-175	771	422	-694	-634	-250
Ações e quotas de fundos de investimento	-1	0	8	0	514	317	1.076	1.180	235	...
Outras contas a receber	-297	-120	-253	116	-23	347	295	-44
Externos	13	145	361	0	0	23	132	60
Numerário e depósitos	13	145	361	0	0	23	132	60
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-288	-13	-9	171	1.149	1.948	2.812	1.700	196	574
Internos	-304	-64	-227	-12	712	1.115	1.472	1.059	-548	197
Títulos da dívida	-78	-187	-415	-539	-17	726	1.477	930	785	197
Empréstimos	-68	-61	-68	15	234	-96	5	-1
Outras contas a pagar	-158	184	256	512	494	485	-10	130	-1.333	0
Externos	16	51	218	183	438	833	1.341	641	744	377
Títulos da dívida	16	51	218	183	438	833	1.341	641	744	377
Desembolsos	154	186	384	380	732	1.130	1.733	1.223	2.198	1.933
Amortizações	-138	-135	-166	-197	-294	-297	-392	-582	-1.454	-1.556
Outras contas a pagar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Por memória:										
Saldo orçamental primário não petrolífero	-1.984	-2.627	-3.212	-3.400	-3.500	-1.965	-1.587	-2.226	-2.561	-2.840
Porcentagem do PIB não petrolífero	-47,4	-51,1	-54,5	-47,0	-42,9	-20,8	-12,8	-13,4	-11,8	-10,8
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	77,8	108,7	110,9	107,7	96,9	50,0	40,9	51,6	62,5	58,5
Gastos sociais ³	1.081	1.609	1.552	1.980	2.195	1.388	1.092	1.917	1.972	n.a.
Dívida (bruta) do setor público, valor de face	3.357	3.306	3.247	3.963	5.067	7.965	12.454	13.231	21.195	24.014

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O ano de 2017 inclui receitas fiscais extraordinárias de 1% do PIB provenientes de acordo para regularizar o passivo fiscal das empresas petrolíferas.

² Os valores históricos podem incluir os efeitos de valorização relacionados aos depósitos em moeda estrangeira.

³ Os valores de 2017 e 2018 não são os efetivos e sim valores baseados nos respetivos orçamentos aprovados.

Tabela 2b. Angola: Demonstrativo de Operações do Governo Central, 2010–2019
(Em percentagem do PIB)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
						Prel.	Est.	Proj.		
Receitas	43,4	48,8	46,5	40,2	35,3	27,3	18,6	15,8	18,2	18,1
Impostos	40,8	46,3	44,4	38,2	32,9	24,7	16,7	14,2	17,3	17,2
Petrolíferos ¹	33,0	39,0	37,7	30,1	23,8	15,4	8,8	8,4	11,7	10,8
Não petrolífero	7,8	7,3	6,6	8,1	9,1	9,3	7,9	5,8	5,6	6,4
Contribuições sociais	1,0	0,9	1,0	1,0	0,7	1,2	1,0	0,8	0,6	0,6
Donativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas	1,6	1,6	1,1	1,0	1,7	1,4	0,9	0,8	0,3	0,3
Despesas	40,0	40,2	41,8	40,5	41,9	30,6	23,4	21,8	20,2	20,5
Despesas correntes	28,6	30,0	29,4	28,5	29,4	24,7	19,2	16,2	16,2	15,6
Remuneração dos empregados	9,4	9,0	9,5	9,6	10,6	11,3	9,0	7,3	5,8	5,5
Uso de bens e serviços	8,2	10,6	12,0	10,2	10,0	6,4	4,0	3,7	3,4	3,3
Juros	1,2	1,0	1,0	0,8	1,2	2,0	3,0	3,3	4,5	4,5
Internos	0,4	0,6	0,6	0,5	0,7	1,2	1,6	1,9	2,6	2,7
Externos	0,8	0,4	0,3	0,3	0,5	0,9	1,5	1,4	2,0	1,9
Subsídios	6,7	7,8	5,0	5,9	5,4	2,3	1,0	0,4	0,8	0,5
Outras despesas	3,1	1,6	1,9	2,0	2,3	2,7	2,2	1,5	1,7	1,7
Aquisição líquida de ativos não financeiros	11,4	10,2	12,5	12,0	12,5	6,0	4,1	5,5	4,0	5,0
Aumento líquido de passivos	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,6	-3,3	-4,8	-6,0	-2,0	-2,4
Discrepância estatística	-1,4	1,0	-0,9	0,3	0,1	0,7	0,9	-0,2	0,0	0,0
Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)	1,0	7,6	5,4	0,8	2,5	11,8	12,3	2,4	-1,4	-0,7
Internos	0,9	6,1	2,1	0,8	2,5	11,6	11,5	2,1	-1,4	-0,7
Numerário e depósitos ²	4,8	7,3	4,4	-0,2	-1,4	6,3	2,7	-3,4	-2,2	-0,7
Ações e quotas de fundos de investimento	0,0	0,0	0,1	0,0	4,1	2,6	6,9	5,7	0,8	...
Outras contas a receber	-3,9	-1,2	-2,3	1,0	-0,2	2,8	1,9	-0,2
Externos	0,2	1,5	3,3	0,0	0,0	0,2	0,8	0,3
Numerário e depósitos	0,2	1,5	3,3	0,0	0,0	0,2	0,8	0,3
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-3,8	-0,1	-0,1	1,4	9,2	15,8	18,0	8,2	0,7	1,7
Internos	-4,0	-0,7	-2,1	-0,1	5,7	9,0	9,4	5,1	-1,9	0,6
Títulos da dívida	-1,0	-1,9	-3,8	-4,5	-0,1	5,9	9,5	4,5	2,7	0,6
Empréstimos	-0,9	-0,6	-0,6	0,1	1,9	-0,8	0,0	0,0
Outras contas a pagar	-2,1	1,9	2,4	4,2	4,0	3,9	-0,1	0,6	-4,6	0,0
Externos	0,2	0,5	2,0	1,5	3,5	6,8	8,6	3,1	2,6	1,1
Títulos da dívida	0,2	0,5	2,0	1,5	3,5	6,8	8,6	3,1	2,6	1,1
Outras contas a pagar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:										
Saldo orçamental primário não petrolífero	-26,2	-26,9	-29,5	-28,2	-28,1	-15,9	-10,2	-10,8	-8,8	-8,3
Receitas não petrolíferas	10,5	9,8	8,7	10,1	11,5	11,9	9,8	7,4	6,5	7,4
Despesas sociais ³	14,2	16,5	14,3	16,4	17,6	11,3	7,0	9,3	6,8	...
Dívida (bruta) do setor público, valor de face	44,3	33,8	29,9	32,9	40,7	64,6	79,8	64,1	72,9	69,9

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O ano de 2017 inclui receitas fiscais extraordinárias de 1% do PIB provenientes de acordo para regularizar o passivo fiscal das empresas petrolíferas.

² Os valores históricos podem incluir os efeitos de valorização relacionados aos depósitos em moeda estrangeira.

³ Os valores de 2017 e 2018 não são os efetivos e sim valores baseados nos respetivos orçamentos aprovados.

Tabela 2c. Angola: Demonstrativo de Operações do Governo Central, 2010–2019
(Em percentagem do PIB não petrolífero)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
						Prel.	Est.		Proj.	
Receitas	78,8	92,9	85,7	67,0	54,0	35,7	23,3	19,7	24,4	23,7
Impostos	74,0	88,1	81,9	63,6	50,3	32,2	20,9	17,7	23,2	22,5
Petrolíferos ¹	59,8	74,3	69,6	50,1	36,4	20,1	11,0	10,5	15,7	14,1
Não petrolífero	14,2	13,8	12,3	13,4	13,8	12,1	9,9	7,2	7,5	8,4
Contribuições sociais	1,8	1,7	1,8	1,7	1,1	1,6	1,3	1,0	0,8	0,8
Donativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas	3,0	3,0	2,0	1,7	2,7	1,8	1,1	1,0	0,4	0,4
Despesas	72,5	76,4	77,2	67,5	64,0	40,0	29,3	27,1	27,1	26,8
Despesas correntes	51,8	57,1	54,2	47,5	45,0	32,2	24,1	20,2	21,8	20,4
Remuneração dos empregados	17,1	17,1	17,5	16,0	16,2	14,7	11,2	9,1	7,8	7,2
Uso de bens e serviços	14,9	20,2	22,1	17,0	15,3	8,3	5,0	4,7	4,6	4,4
Juros	2,1	1,8	1,8	1,4	1,8	2,6	3,8	4,1	6,1	5,9
Internos	0,6	1,1	1,2	0,8	1,1	1,5	1,9	2,3	3,4	3,5
Externos	1,5	0,7	0,6	0,6	0,8	1,1	1,8	1,8	2,7	2,4
Subsídios	12,1	14,9	9,3	9,8	8,2	3,0	1,3	0,5	1,0	0,7
Outras despesas	5,5	3,1	3,4	3,4	3,5	3,5	2,8	1,9	2,2	2,2
Aquisição líquida de ativos não financeiros	20,7	19,3	23,0	20,0	19,1	7,8	5,2	6,9	5,4	6,5
Aumento líquido de passivos	6,2	16,5	8,6	-0,6	-10,0	-4,3	-6,0	-7,4	-2,7	-3,1
Discrepância estatística	-2,5	1,9	-1,6	0,5	0,2	0,9	1,1	-0,2	0,0	0,0
Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)	1,9	14,4	10,0	1,3	3,9	15,5	15,5	3,0	-1,8	-1,0
Internos	1,6	11,6	3,9	1,3	3,9	15,2	14,4	2,7	-1,8	-1,0
Numerário e depósitos ²	8,7	13,9	8,1	-0,3	-2,1	8,2	3,4	-4,2	-2,9	-1,0
Participações em fundos de investimento	0,0	0,0	0,1	0,0	6,3	3,4	8,6	7,1	1,1	...
Outras contas a receber	-7,1	-2,3	-4,3	1,6	-0,3	3,7	2,4	-0,3
Externos	0,3	2,8	6,1	0,0	0,0	0,2	1,1	0,4
Numerário e depósitos	0,3	2,8	6,1	0,0	0,0	0,2	1,1	0,4
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-6,9	-0,3	-0,1	2,4	14,1	20,6	22,6	10,2	0,9	2,2
Internos	-7,3	-1,3	-3,8	-0,2	8,7	11,8	11,8	6,4	-2,5	0,8
Títulos da dívida	-1,9	-3,6	-7,0	-7,4	-0,2	7,7	11,9	5,6	3,6	0,8
Empréstimos	-1,6	-1,2	-1,1	0,2	2,9	-1,0	0,0	0,0
Outras contas a pagar	-3,8	3,6	4,3	7,1	6,1	5,1	-0,1	0,8	-6,2	0,0
Externos	0,4	1,0	3,7	2,5	5,4	8,8	10,8	3,9	3,4	1,4
Títulos da dívida	0,4	1,0	3,7	2,5	5,4	8,8	10,8	3,9	3,4	1,4
Outras contas a pagar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:										
Saldo orçamental primário não petrolífero	-47,4	-51,1	-54,5	-47,0	-42,9	-20,8	-12,8	-13,4	-11,8	-10,8
Receitas não petrolíferas	19,0	18,6	16,1	16,8	17,6	15,6	12,3	9,2	8,7	9,6
Despesas sociais ³	25,8	31,3	26,3	27,4	26,9	14,7	8,8	11,5	9,1	...
Dívida (bruta) do setor público, valor de face	80,2	64,3	55,1	54,8	62,1	84,4	100,1	79,7	97,8	91,4

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O ano de 2017 inclui receitas fiscais extraordinárias de 1% do PIB provenientes de acordo para regularizar o passivo fiscal das empresas petrolíferas.

² Os valores históricos podem incluir os efeitos de valorização relacionados aos depósitos em moeda estrangeira.

³ Os valores de 2017 e 2018 não são os efetivos e sim valores baseados nos respetivos orçamentos aprovados.

Tabela 3. Angola: Contas Monetárias, 2010–2019¹
(Em mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
						Prel.	Est.		Proj.	
Síntese Monetária										
Ativos externos líquidos	1.731	2.927	3.166	3.115	3.097	3.570	3.861	2.609	3.209	3.883
Ativos internos líquidos	947	746	687	1.283	2.013	2.141	2.668	3.913	4.250	5.163
Crédito (líquido) ao governo central	-223	-446	-942	-666	69	352	1.101	2.708	5.160	6.291
Crédito a outras sociedades financeiras	70	11	111	34	33	33	5	10	13	15
Crédito aos governos provinciais e locais	10	1	1	2	0	0	0	0	0	0
Crédito a outras unidades do setor público	70	87	84	72	62	82	85	103	135	164
Crédito ao setor privado	1.532	1.974	2.451	2.820	2.852	3.354	3.296	3.337	4.245	5.211
Outras rubricas (líquido) ²	-513	-882	-1.018	-979	-1.003	-1.680	-1.819	-2.245	-5.302	-6.517
Massa monetária (M3)	2.678	3.673	3.853	4.398	5.110	5.712	6.529	6.522	7.458	9.046
Moeda e quase-moeda (M2)	2.628	3.566	3.848	4.396	5.104	5.704	6.525	6.518	7.454	9.042
Moeda	868	1.168	1.291	1.747	2.245	2.644	2.971	2.823	3.080	3.843
Moeda em circulação	172	208	245	276	340	381	396	419	498	604
Depósitos à ordem em moeda nacional	696	959	1.046	1.471	1.905	2.264	2.575	2.404	2.583	3.239
Quase-moeda	451	642	756	900	1.167	1.258	1.571	1.696	1.822	2.285
Depósitos a prazo e de poupança em moeda nacional	451	642	756	900	1.167	1.258	1.571	1.696	1.822	2.285
Depósitos em moeda estrangeira	1.310	1.756	1.802	1.749	1.692	1.801	1.983	1.999	2.552	2.915
Instrumentos do mercado monetário e outros passivos	50	108	5	2	7	8	4	4	4	4
Autoridades Monetárias										
Ativos externos líquidos	1.700	2.589	3.017	3.097	2.904	3.361	3.527	2.333	2.768	3.386
Reservas internacionais líquidas	1.741	2.508	2.954	3.041	2.806	3.284	3.452	2.207	2.567	3.160
Aumento líquido de passivos	-41	81	63	56	99	78	75	126	201	227
Ativos internos líquidos	-897	-1.599	-2.010	-1.936	-1.667	-1.730	-2.012	-715	-931	-1.175
Crédito a outras sociedades de depósitos	57	86	55	1	108	223	406	301	375	432
Crédito (líquido) ao governo central	-625	-982	-1.339	-1.204	-964	-1.138	-1.148	-49	1.340	1.957
Crédito a outras unidades do setor público ³	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crédito ao setor privado	26	1	6	4	3	5	8	102	133	162
Outras rubricas (líquido) ²	-356	-704	-732	-738	-814	-820	-1.278	-1.069	-2.780	-3.725
Base monetária	803	989	1.007	1.160	1.238	1.631	1.515	1.618	1.837	2.212
Moeda em circulação	230	288	336	410	478	520	506	528	627	761
Depósitos dos bancos comerciais	573	702	671	750	760	1.112	1.009	1.090	1.210	1.451
Por memória:										
Base monetária (variação percentual)	14,3	23,2	1,8	15,2	6,7	31,8	-7,1	6,8	13,5	20,4
Massa monetária (M3) (variação percentual)	5,3	37,1	4,9	14,1	16,2	11,8	14,3	-0,1	14,4	21,3
Moeda e quase-moeda (M2) (variação percentual)	11,0	35,7	7,9	14,2	16,1	11,8	14,4	-0,1	14,4	21,3
Crédito ao setor privado (variação percentual)	19,2	28,8	24,2	15,0	1,1	17,6	-1,8	1,3	27,2	22,8
Rácio M2/PIB (em percentagem)	34,7	36,5	35,4	36,5	41,0	46,3	41,8	31,6	25,6	26,3
Rácio M2/PIB não petrolífero (em percentagem)	62,8	69,4	65,3	60,7	62,6	60,4	52,5	39,3	34,4	34,4
Multiplicador monetário (M2/base monetária)	3,3	3,6	3,8	3,8	4,1	3,5	4,3	4,0	4,1	4,1
Velocidade (PIB/M2)	2,9	2,7	2,8	2,7	2,4	2,2	2,4	3,2	3,9	3,8
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,6	1,4	1,5	1,6	1,6	1,7	1,9	2,5	2,9	2,9
Crédito ao setor privado (em percentagem do PIB)	20,2	20,2	22,5	23,4	22,9	27,2	21,1	16,2	14,6	15,2
Crédito real ao setor privado (variação percentual)	3,3	15,6	13,9	6,8	-5,9	2,9	-30,8	-19,8	2,0	6,8
Depósitos em moeda estrangeira (parcela do total de depósitos)	53,3	52,3	50,0	42,5	35,5	33,8	32,4	32,8	36,7	34,5
Crédito em ME ao setor priv. (parcela do crédito total ao set. priv.)	62,8	52,6	43,7	37,0	26,0	27,6	19,4	17,4	21,8	20,0

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Fim de período.

² Inclui a valorização.

³ Inclui o crédito às empresas públicas e às administrações locais.

Tabela 4. Angola: Balança de Pagamentos, 2010–19
(Em mil milhões de USD; salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
						Prel.	Est.		Proj.	
Conta corrente	7.506	13.085	13.853	8.348	-3.748	-10.273	-4.833	-5.574	-4.151	-3.028
Balança comercial	33.928	47.082	47.376	41.903	30.590	12.489	14.048	16.802	20.682	19.937
Exportações, FOB	50.595	67.310	71.093	68.247	59.170	33.181	27.589	32.600	39.785	37.511
Petróleo bruto	48.629	64.539	68.871	65.611	56.364	31.394	25.791	30.733	37.642	35.233
Produtos petrolíferos refinados e gás	722	1.052	845	1.291	1.278	501	432	507	707	759
Diamantes	976	1.205	1.159	1.167	1.335	1.066	1.058	1.132	1.178	1.226
Outros	267	514	218	177	193	220	308	228	258	293
Importações, FOB	16.667	20.228	23.717	26.344	28.580	20.693	13.541	15.798	19.103	17.574
Serviços (líquido)	-17.897	-22.938	-21.339	-21.531	-23.276	-16.020	-13.168	-14.927	-15.735	-14.389
Crédito	857	732	780	1.316	1.681	1.256	711	1.078	1.282	1.282
Débito	18.754	23.670	22.119	22.846	24.958	17.276	13.879	16.005	17.018	15.671
Rendimento primário (líquido)	-8.087	-9.697	-10.422	-9.900	-8.850	-5.908	-5.259	-6.444	-8.125	-7.591
Crédito	134	210	260	818	646	166	341	355	381	397
Débito	8.221	9.907	10.682	10.718	9.495	6.074	5.600	6.799	8.506	7.988
Rendimento secundário (líquido)	-438	-1.362	-1.762	-2.123	-2.211	-834	-454	-1.005	-973	-985
Governo geral	-43	-64	-49	6	-34	-33	-24	-32	-43	-39
Outros	-395	-1.298	-1.714	-2.130	-2.177	-801	-744	-974	-931	-946
<i>D/q: Transferências pessoais</i>	-393	-231	-226	-372	-2.136	-747	-693	-908	-868	-882
Conta de capital	1	5	1	0	2	6	1	6	3	3
Conta financeira	1.646	4.019	8.886	8.203	487	-6.902	-1.373	1.939	-549	-3.925
Investimento direto	4.568	5.116	9.639	13.164	2.331	-8.235	-1.357	-1.603	-1.804	-2.200
Aquisição líquida de ativos financeiros	1.340	2.093	2.741	6.044	4.253	1.047	2.748	1.025	1.259	1.181
Aumento líquido de passivos	-3.227	-3.024	-6.898	-7.120	1.922	9.282	4.104	2.628	3.062	3.382
Investimento de carteira	271	52	200	100	11	-1.512	-42	-42	-42	-42
Outros investimentos	-3.192	-1.150	-953	-5.061	-1.855	2.846	26	3.584	1.298	-1.682
Créditos comerciais e adiantamentos	2.089	1.061	-1.554	-2.294	-953	-2.025	-2.087	-2.056	-2.448	-2.280
Numerário e depósitos	-2.439	-2.039	3.540	3.429	5.343	4.204	2.760	3.288	5.037	1.578
Empréstimos	-1.638	-2.466	-1.659	-5.610	-6.217	687	-636	2.364	-1.260	-953
Empréstimos de médio e longo prazo	-3.833	-3.259	-1.528	-5.668	-7.190	217	-1.104	1.584	-3.047	-1.330
<i>D/q: Governo central (líquido)</i>	-173	-541	-2.283	-1.898	-4.451	-6.940	-3.895	-3.862	-3.047	-1.330
Empréstimos de curto prazo	2.196	793	-131	59	972	470	468	780	1.787	377
Outros	-1.205	2.293	-1.279	-586	-28	-20	-11	-11	-31	-28
Erros e omissões	124	-1.511	-462	199	336	354	0	0	0	0
Saldo global	5.985	7.560	4.506	344	-3.896	-3.010	-3.459	-7.507	-3.600	900
Financiamento	-5.985	-7.560	-4.506	-344	3.896	3.010	3.459	7.507	3.600	-900
Reservas internacionais líquidas das autoridades monetárias (aumento -)	-5.477	-7.527	-4.505	-344	3.896	3.010	3.459	7.507	3.600	-900
<i>D/q: Uso do crédito do FMI (programa de 2009)</i>	530	318	137	-264	-480	-342	-117	-15	0	0
Financiamento excepcional	-508	-34	-1	0	0	0	0	0	0	0
Por memória:										
Conta corrente (percentagem do PIB)	9,1	12,6	12,2	6,7	-3,0	-10,0	-5,1	-4,5	-3,5	-2,5
Balança de bens e serviços (percentagem do PIB)	19,4	23,2	22,9	16,3	5,8	-3,4	0,9	1,5	4,2	4,6
Balança comercial (percentagem do PIB)	41,1	45,2	41,6	33,5	24,1	12,2	14,7	13,5	17,4	16,5
Conta de capital e financeira (percentagem do PIB)	15,3	18,3	15,7	7,1	-5,8	-12,6	-8,7	-10,5	-6,5	-1,8
Saldo global (percentagem do PIB)	7,3	7,3	4,0	0,3	-3,1	-2,9	-3,6	-6,0	-3,0	0,7
Doações oficiais (percentagem do PIB)	-0,1	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Exportações de bens, FOB (variação percentual)	23,9	33,0	5,6	-4,0	-13,3	-43,9	-16,9	18,2	22,0	-5,7
<i>D/q: Petróleo e gás (variação percentual)</i>	24,0	32,9	6,3	-4,0	-13,8	-44,7	-17,8	19,1	22,8	-6,1
Importações de bens, FOB (variação percentual)	-26,4	21,4	17,2	11,1	8,5	-27,6	-34,6	16,7	20,9	-8,0
Termos de troca (variação percentual)	19,3	24,4	5,6	-1,5	-8,5	-41,5	-14,8	21,7	16,8	-7,4
Exportações de bens, FOB (percentagem do PIB)	61,3	64,6	62,4	54,6	46,7	32,3	28,9	26,2	33,4	31,0
Importações de bens, FOB (percentagem do PIB)	20,2	19,4	20,8	21,1	22,6	20,2	14,2	12,7	16,0	14,5
Reservas internacionais brutas										
Milhões de USD	19.679	27.517	32.156	32.231	27.795	24.419	24.353	17.938	14.338	15.238
Meses das importações do próximo ano	5,4	7,2	7,8	7,2	8,8	10,7	9,2	6,0	5,2	5,8
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	120,1	163,7	165,9

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 5. Angola: Indicadores de Estabilidade Financeira, Dezembro 2013–Dezembro 2017
(Porcentagem)

	dez/13	dez/14	dez/15	mar/16	jun/16	set/16	dez/16	mar/17	jun/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17
Adequação de capital													
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	19,5	19,9	19,8	19,4	18,2	18,7	19,2	20,6	22,0	23,7	23,5	23,3	18,9
Capital de nível 1/ativos ponderados pelo risco	14,3	13,9	13,8	13,7	12,8	13,4	14,3	15,4	16,4	18,2	18,1	17,8	17,6
Qualidade dos ativos													
Créditos em moeda estrangeira/total do crédito	37,8	27,4	30,8	34,8	33,8	32,9	29,5	23,2	20,7	25,3	25,1	24,8	25,1
Crédito malparado/total do crédito	9,7	11,7	11,6	12,9	13,3	15,2	13,1	15,3	27,6	26,3	27,8	28,5	28,8
Distribuição setorial do crédito													
Crédito ao setor privado/total do crédito	45,7	42,4	42,1	40,4	39,8	40,7	34,1	35,3	33,5	34,2	34,4	34,0	33,0
Crédito ao governo/ativos internos brutos	19,2	26,2	29,4	31,1	32,6	34,2	33,4	35,5	34,4	36,2	36,8	36,8	37,8
Lucros e rentabilidade													
Rentabilidade do ativo (ROA)	1,4	0,6	1,7	0,7	1,2	1,7	2,2	0,4	0,6	1,7	2,0	1,9	2,1
Rentabilidade do capital (ROE)	10,9	5,0	12,9	5,2	9,8	13,1	15,6	2,9	4,2	11,1	12,4	12,3	14,5
Total dos custos/total dos rendimentos	99,6	99,9	99,8	99,8	99,8	99,8	99,7	99,8	99,9	99,8	99,7	99,8	99,8
Taxa de juro nos empr. - taxa de juro nos dep. à vista (diferencial)	13,9	14,9	9,9	16,7	19,1	22,1	15,2	15,5	16,4	16,1	15,9	15,8	15,9
Taxa de juro sobre a poupança	4,1	4,9	3,5	5,0	5,0	5,1	4,8	4,9	4,8	8,0	8,9	9,5	9,7
Liquidez													
Ativos líquidos/total do ativo	30,1	33,9	39,7	38,2	41,2	41,3	46,3	41,3	40,0	42,4	40,6	40,8	33,8
Ativos líquidos/passivos de curto prazo	36,9	43,3	50,6	49,1	52,4	52,3	59,2	55,8	53,3	56,2	53,3	52,7	43,2
Total do crédito/Total dos depósitos	63,3	59,9	59,0	57,0	56,1	57,6	51,6	50,9	50,6	50,5	51,8	52,0	49,3
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	43,0	33,1	33,6	35,8	34,5	33,8	34,4	35,3	34,6	34,4	33,9	34,1	33,5
Sensibilidade e variações do mercado¹													
Posição aberta líquida em ME/capital ²	16,4	23,7	34,4	34,8	52,6	52,1	42,9	48,6	37,9	29,4	33,4	39,4	46,1
Número de bancos declarantes durante o período	22	23	28	28	27	27	27	27	27	28	29	29	29

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Com base na informação prestada pelo Departamento de Supervisão de Instituições Financeiras do Banco Nacional de Angola.

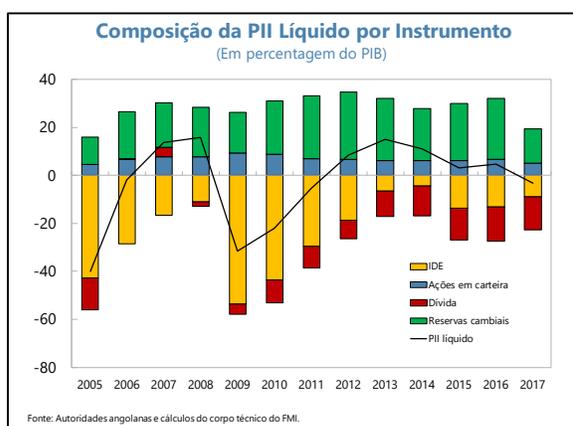
² Os números positivos indicam uma posição longa em dólares americanos.

Anexo I. Avaliação do Equilíbrio Externo¹

A posição externa de Angola em 2017 foi mais fraca do que a indicada pelos fundamentos de médio prazo. Desequilíbrios significativos continuaram no mercado cambial, devido em grande parte à paridade fixa entre kwanza e o dólar americano e à afetação ineficiente de divisas pelo Banco Nacional de Angola (BNA). O BNA anunciou recentemente um novo regime de taxa de câmbio flexível. A implementação rigorosa do novo regime, em conjunto com políticas fiscal e monetária apropriadas, deverá resolver os desequilíbrios no mercado de divisas, embora sejam necessárias reformas estruturais para abordar os problemas de competitividade.

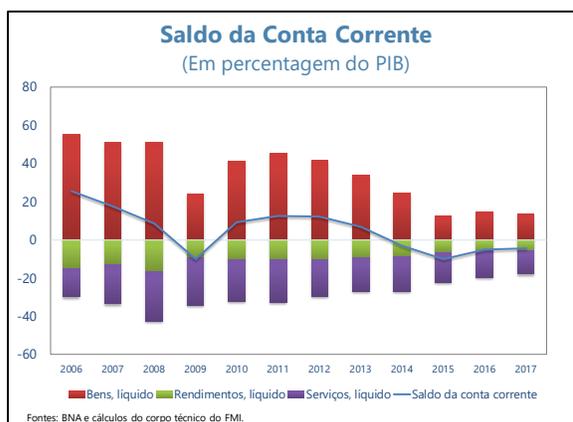
A. Balanços Externos

A posição de investimento internacional líquido (PIIL) de Angola estava próxima do equilíbrio, mas foi negativa em cerca de 1% do PIB no final de 2017. O declínio significativo dos ativos de reservas oficiais que se seguiu à volta da paridade fixa do kwanza ao dólar americano em Abril de 2016 e às medidas para manter os mercados bem abastecidos antes das eleições, contribuíram para esta queda. A PIIL deverá recuperar-se no médio prazo, com a melhoria das perspetivas para o preço do petróleo e a adoção duma maior flexibilidade cambial, aliadas a políticas fiscal e monetária adequadas.



B. Conta Corrente

Desde a quebra dos preços do petróleo em meados de 2014, a conta corrente (CC) de Angola passou a ser deficitária. Anteriormente, a CC registou saldos positivos de 10% do PIB em média entre 2010 e 2013, marcados por grandes saldos comerciais. Desde 2014, a CC tornou-se deficitária, atingindo 10% do PIB em 2015 e caindo para 5,25% do PIB em 2017. Entre 2014 e 2017, as importações diminuíram 40,25%, denotando investimentos públicos mais baixos e escassez de divisas, enquanto as exportações caíram fortemente em 44,5% devido aos preços do petróleo mais baixos. Desde então, os saldos comerciais diminuíram muito, duma média de 40,25% do PIB em 2010–2013 para 13,75% do PIB em 2017.

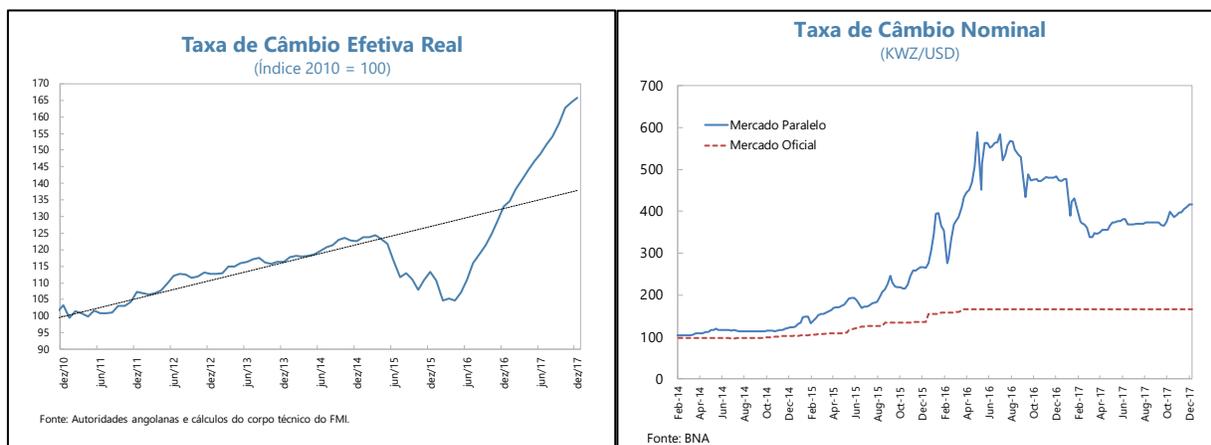


¹ Preparado por Rodgers Chawani.

O corpo técnico avalia que a posição externa de Angola em 2017 era mais fraca do que o nível compatível com os fundamentos de médio prazo e políticas desejáveis, mas melhorou em relação à última avaliação ao abrigo do Artigo IV. A avaliação *EBA-lite* do equilíbrio externo estima uma norma de CC ciclicamente ajustada de cerca de -1,6% do PIB e um desfasamento da conta corrente de cerca de 3,33% do PIB (incluindo um desfasamento de políticas de cerca de 2,2% do PIB).

C. Taxa de Câmbio Real

Desde o início do choque dos preços do petróleo em meados de 2014, a taxa de câmbio nominal oficial depreciou-se face ao dólar americano em mais de 40%. A maior parte dessa depreciação ocorreu em 2015 e até o primeiro trimestre de 2016. O banco central fixou novamente a moeda local ao dólar americano em Abril de 2016. A depreciação da taxa de câmbio efetiva real (TCER) foi de apenas 4,1% em 2014–16 pois a inflação interna foi relativamente alta nesse período. Mais recentemente, a TCER teve uma tendência ascendente significativa, com uma apreciação de 30,5% em 2017. Por outro lado, a taxa de câmbio nominal no mercado paralelo depreciou 73,5% desde Setembro de 2014, denotando uma afetação intrusiva de divisas e restrições impostas pelo BNA, resultando num diferencial entre as taxas de câmbio paralela e oficial de cerca de 150,5% no final de 2017. Mas com a adoção de uma taxa de câmbio flexível e a depreciação do kwanza em 30% face ao dólar americano, esse diferencial diminuiu para 90% em Março de 2018.



A regressão *EBA-lite* da TCER sugere que esta estava sobrevalorizada em 26,25% em 2017. O crescente diferencial de inflação em relação aos principais parceiros comerciais provocou uma nova apreciação do kwanza, devido à decisão do BNA de restabelecer o câmbio fixo em Abril de 2016.

Outras metodologias *EBA-lite* também revelam uma sobrevalorização da TCER em 2017. A abordagem de regressão da CC sugere uma sobrevalorização média da TCER de cerca de 16%. Ambas as estimativas *EBA-lite* apontam para uma sobrevalorização da TCER, com o intervalo dessas estimativas reduzindo-se em relação à última consulta ao abrigo do Artigo IV, apesar das incertezas

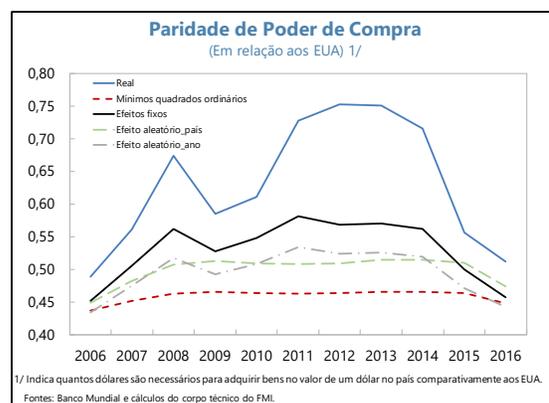
existentes nos métodos usados. Esses resultados são compatíveis com um diferencial positivo entre as taxas de câmbio paralela e oficial, que subsistiu até ao final de 2017. Com base num amplo leque de estimativas, o corpo técnico avalia que a TCER estava sobrevalorizada em cerca de 20% em 2017.

Angola: Avaliação da Conta Corrente (CC) e da TCER, 2017				
	Modelo da CC padrão ^{1/}		Modelo da CC ajustado ^{1/, 2/}	Modelo TCER
Conta corrente efetiva	-5,4	Conta corrente efetiva	-5,4	...
Norma da conta corrente	-2,1	Norma de conta corrente	-2,0	...
Desfasamento da conta corrente	-3,3	Desfasamento da conta corrente	-3,4	...
Desfasamento de política	-2,2	d/q Desfasamento de política	-2,3	...
Elasticidade	-0,21	Elasticidade	-0,14	...
Desfasamento da TCER	16,0	Desfasamento da TCER	23,6	26,2

^{1/} Os valores da CC estão em percentagem do PIB.

^{2/} Usando a metodologia desenvolvida por Behar, Alberto e Armand, Fouejieu (2016). *External Adjustment in Oil Exporters: The Role of Fiscal Policy and the Exchange Rate. IMF working Paper WP/16/107.*

Outros indicadores de competitividade baseados em preços também apontam para a necessidade de ajustamento da TCER. Estimou-se uma regressão em painel para os preços pela paridade do poder de compra (PPC) relativamente aos preços dos EUA, utilizando-se o rendimento per capita relativamente ao rendimento per capita dos EUA como variável explicativa em uma amostra de 184 países durante 17 anos (2000-2016). A PPC ajustada de Angola ainda é superior entre 7,5% e 13,5% ao nível previsto pelo seu rendimento per capita face ao rendimento per capita dos EUA.



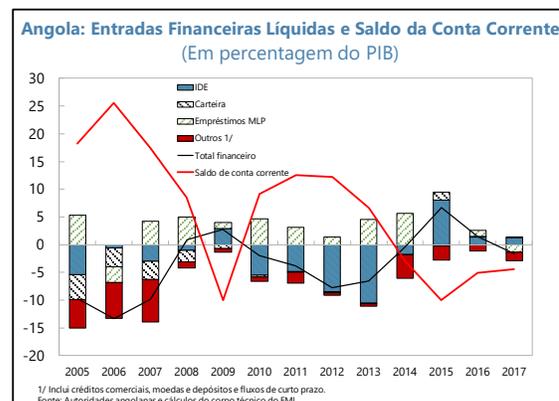
D. Fluxos de Capital e Medidas de Política

Em 2017 o déficit da CC de Angola foi financiado principalmente pela redução de reservas cambiais. A quebra dos preços do petróleo provocou a suspensão do investimento no segmento *upstream* do

setor petrolífero, uma vez que a exploração em águas profundas e ultra profundas exigiriam um preço de petróleo de *breakeven* mais elevado. Uma grande parte dos fluxos de IDE para (de) Angola reflete a gestão de liquidez das empresas petrolíferas dada a inexistência de mercados de capitais locais.

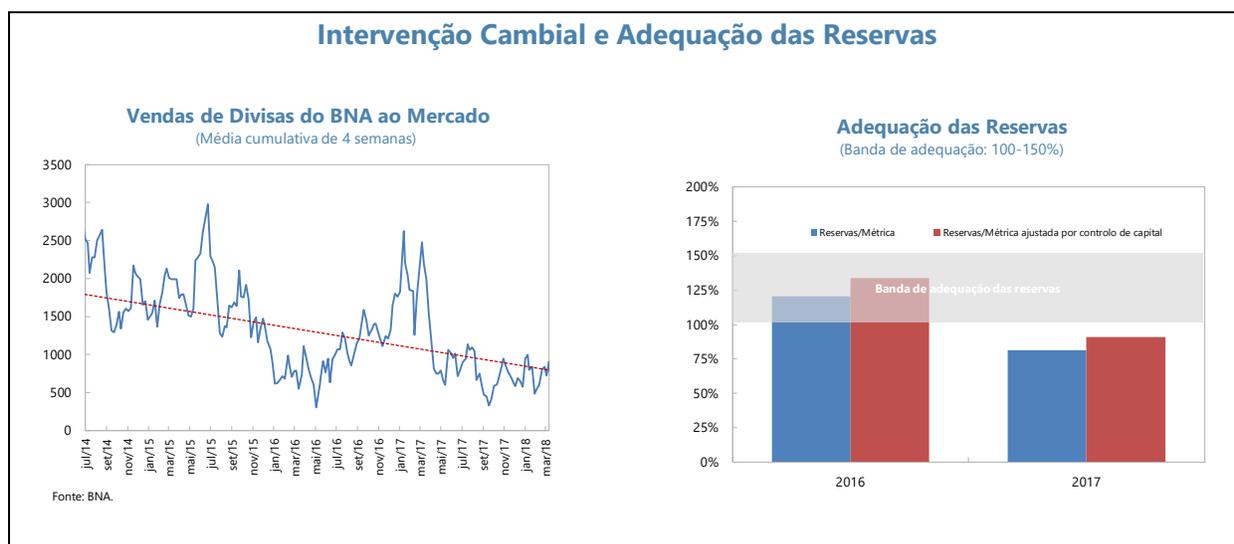
Em geral, o risco de reversão dos fluxos de capitais de Angola é muito limitado. Outros fluxos financeiros como o investimento em carteira, créditos comerciais e moedas e depósitos refletem principalmente

investimentos de fundos do setor público no estrangeiro e atividades do setor bancário para facilitar o comércio internacional. O investimento de não residentes em Angola está limitado ao IDE e, mais recentemente, a aquisições de títulos públicos de longo prazo emitidos no estrangeiro, dado que a conta de capital do país está fechada para outros fluxos.



E. Intervenção Cambial e Níveis de Reservas

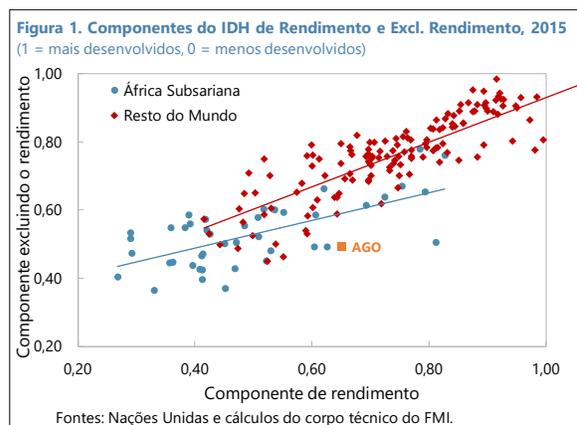
As reservas internacionais líquidas (RIL) caíram para USD 13,25 mil milhões em 2017, equivalente a 4,25 meses de importações do ano seguinte. As reservas brutas atingiram USD 17,75 mil milhões, equivalente to 6,75 meses de importações (90,75% segundo a métrica de avaliação da adequação das reservas, ARA na sigla em inglês). Embora a existência de controlos de capital seja, em geral, compatível com reservas abaixo do limiar de 100%, as restrições às transações correntes indicam uma fraca dinâmica subjacente das reservas. Apesar dos desafios na disponibilização de divisas, o BNA aumentou em 17,25% em vendas de divisas ao mercado em 2017 face a 2016, refletindo, em grande medida, a priorização de importações estratégicas antes das eleições. Embora a intervenção do BNA tenha reduzido as reservas oficiais, os amortecedores ainda são substanciais, devido aos ativos de cerca de USD 5 mil milhões do Fundo Soberano de Angola (FSDEA). Mesmo no pico da crise, o BNA evitou transferir reservas deste Fundo.



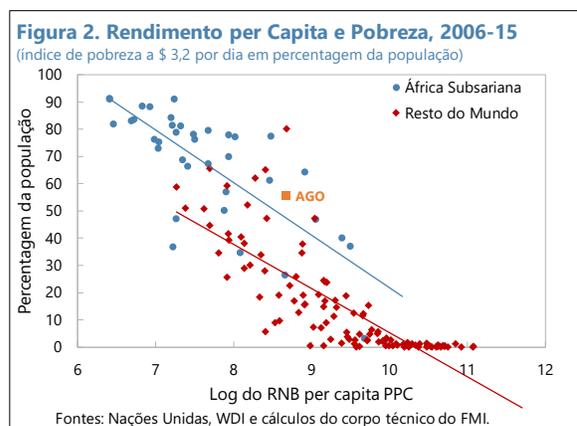
Anexo II. Desenvolvimento Humano e Gasto Social¹

A despesa social em Angola parece ser ineficiente, ineficaz e insuficiente para resolver decisivamente as lacunas sociais grandes do país. Um programa de transferência condicional de renda bem concebido poderia ajudar a aliviar a pobreza e outros problemas sociais de forma mais eficaz, com um baixo custo orçamental.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Angola é inferior ao de seus congéneres na África subsariana (ASS), apesar do seu rendimento nacional bruto (RNB) per capita relativamente alto. A análise da relação entre o rendimento (RNB per capita) e dos componentes não relacionados ao rendimento (esperança de vida e educação) do IDH revela uma lacuna de 30% para Angola, a terceira maior da ASS. O seu índice excluindo o componente de rendimento é de 0,49, mas tendo em vista o seu RNB per capita, o índice deveria ser de cerca de 0,63 (Figura 1).²



As lacunas sociais em Angola são grandes e generalizadas. A incidência da pobreza é mais elevada do que a prevista pelo nível de rendimento (Figura 2). A taxa de mortalidade neonatal está entre as mais altas do mundo (29,3 mortes por 1.000 nascidos vivos). Mais de um terço das crianças menores de 5 anos sofre de malnutrição moderada, quase dois terços sofrem de anemia e menos de um terço é vacinada. Mais de 20% das crianças entre 5 e 18 anos estão fora da escola. Como o número de jovens abaixo dos 18 anos deverá aumentar em 4,7 milhões até 2030, os problemas sociais de Angola continuarão a se agravar se não forem tratados de imediato.³



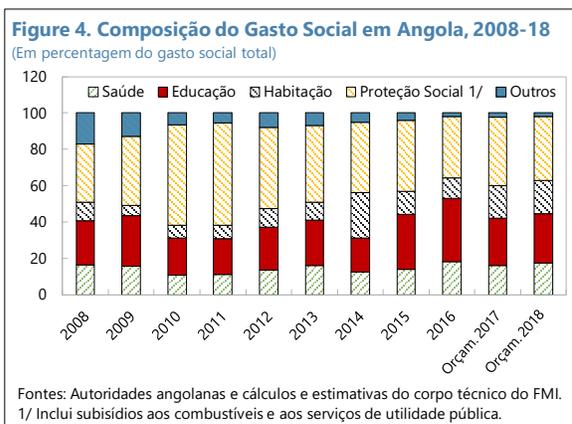
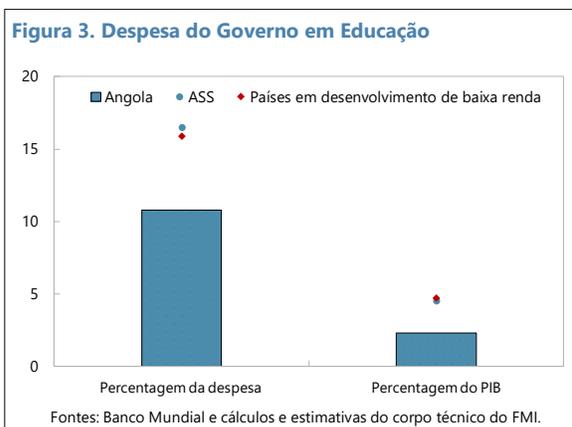
¹ Preparado por Marco Miguel e Nelson Sobrinho, com o contributo do corpo técnico da UNICEF.

² Para uma análise recente do crescimento inclusivo em Angola, ver <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2014/cr14275.pdf>.

³ Dados provenientes da UNICEF e do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola. O número de pobres em Angola pode estar subestimado porque não há dados disponíveis para o período após o choque dos preços do petróleo. Angola é o 19.º país (de 184) com a pior taxa de mortalidade. Cf. UNICEF, "Every Child Alive: The Urgent Need to End Newborn Deaths", Fevereiro de 2018.

O gasto social de Angola é insuficiente, ineficaz e voltado para áreas que contribuem relativamente pouco para a formação de capital humano.

Angola gasta menos que os seus congéneres da ASS em áreas importantes como educação (Figura 3). As evidências também apontam para a falta de eficácia do gasto social: o país aumentou a despesa per capita (em termos de PPC) na saúde de cerca de USD 170 em meados dos anos 2000 para USD 250 nos últimos anos, mas não melhorou significativamente a esperança de vida nem garantiu um acesso de qualidade e universal aos serviços básicos de saúde, sendo que a população continua sofrendo com surtos regulares de malária e cólera. Além disso, certos tipos de despesas, como projetos de habitação e subsídios, acabam por beneficiar os ricos de forma desproporcional. Até 2014, os subsídios representavam cerca de um terço do gasto social total. Por último, despesas em áreas que poderão ter um impacto maior na formação de capital humano, como educação e saúde, representaram uma fração moderada (cerca de 40%) do gasto social total (Figura 4).



A redução das lacunas sociais em Angola exigirá a criação de espaço fiscal e a recalibração da estratégia para o gasto social. Em primeiro lugar, deve-se garantir que haja espaço fiscal suficiente para a expansão de programas sociais para as populações mais vulneráveis. O espaço fiscal necessário pode ser garantido com a melhoria da eficiência da despesa em infraestruturas, a racionalização da despesa corrente e o fortalecimento da base tributária. Segundo, os programas sociais devem ser bem direcionados para minimizar desperdícios e maximizar o impacto nas populações alvo. Terceiro, as modalidades dos programas devem estar voltadas para as necessidades sociais mais prementes, tais como: cuidados básicos de saúde para a população em geral, programas de desenvolvimento da primeira infância, serviços nutricionais, vacinação e saneamento e higiene em áreas rurais e na periferia dos centros urbanos, acesso ao ensino básico e secundário e um programa universal de transferência condicional de renda, substituindo as iniciativas atuais, que são pequenas, fragmentadas e ineficazes.⁴ A experiência dos programas de transferência condicional de renda na América Latina e na ASS mostra que eles têm custo baixo, são muito eficazes na redução da pobreza. Esses programas incentivam os pais a investir na saúde e na

⁴ No momento, a UNICEF e a UE estão a ajudar o governo a elaborar um programa de transferências sociais direcionado às crianças, que deverá ser lançado no final de 2018.

educação dos filhos, reduzem o trabalho infantil, e têm efeitos modestos sobre o desincentivo ao trabalho de adultos.

O sistema de transferência direta de renda de Angola é demasiado pequeno para ter qualquer impacto significativo na pobreza. O sistema de transferência de renda (Cartão Kikuia), introduzido em 2013, não tem condicionalidade clara e o benefício é em espécie — o cartão é usado para comprar alimentos e outros bens básicos em supermercados locais predefinidos (lojas Kikuia). Inicialmente, o governo pretendia abranger 200 mil famílias e fornecer um subsídio mensal de 10 mil kwanzas a cada família. Mas até 2016, o programa alcançava apenas cerca de 50 mil famílias e o orçamento daquele ano apontava para um pagamento anual de apenas 5 mil kwanzas por família.⁵ A afetação prevista no orçamento de 2018 continua a ser muito pequena (0,01% do PIB).

Simulações mostram que um programa de transferência condicional de renda com cobertura universal teria um custo orçamental relativamente modesto. A implementação de um programa que transferisse rendimento para todas as 1,3 milhões de famílias pobres, com um benefício equivalente a 50% da linha de pobreza do Banco Mundial para países de rendimentos médios (cerca de USD 25 por mês e por família de cinco pessoas) custaria menos de 0,5% do PIB. Uma política mais ambiciosa tendo como meta um benefício equivalente a 100% da linha de pobreza (cerca de USD 50 por mês e por família de cinco pessoas) custaria apenas 0,75% do PIB.⁶

⁵ Cf. Banco Mundial <http://documents.worldbank.org/curated/pt/404841474951132789/pdf/ACS19693-PORTUGUESE-PUBLIC-Report-v13-pt.pdf>.

⁶ Todas as simulações aqui discutidas desconsideram questões de eficiência e custos de lançamento.

Anexo III. Estratégia de Desenvolvimento das Capacidades para o Ano Fiscal de 2019

Avaliação do Desenvolvimento das Capacidades

As atividades de desenvolvimento das capacidades nos últimos anos refletem uma procura efetiva por parte das autoridades e são totalmente compatíveis com as reformas prioritárias identificadas no âmbito das consultas ao abrigo do Artigo IV. Angola é um beneficiário de intensidade média de AT do FMI, com assistência voltada para as seguintes áreas: mobilização de receitas; reformas do quadro de gestão das finanças públicas (GFP); previsão de inflação e análise de políticas; estabilidade do setor financeiro (p. ex., relações de correspondência bancária); e contas nacionais, preços e estatísticas monetárias.

Prioridades de Desenvolvimento das Capacidades

Olhando à frente, as iniciativas de desenvolvimento das capacidades centrar-se-á nas seguintes áreas: a mobilização de receitas não petrolíferas, sobretudo a introdução do IVA; a reforma da GFP, com ênfase na adoção de um QFMP; o quadro de despesas, a lei de responsabilidade fiscal e a melhoria da qualidade do investimento público; o desenvolvimento de capacidades com base na formação fornecida pelos centros de treinamento regionais e pelo escritório central do FMI; a previsão de inflação, com vista à adoção de um quadro de metas de inflação no médio prazo para a política monetária; as operações cambiais de apoio à transição para uma maior flexibilidade cambial (incluindo a liberalização gradual da conta de capital e financeira); a estabilidade financeira, com ênfase no quadro de CBC/FT, bem como nas consequências da perda das RCB em dólares americanos e a eventual reinstituição dessas relações; e a melhoria das estatísticas macroeconómicas, em particular contas nacionais, finanças públicas e estatísticas do setor externo. Progresso nestas áreas será fundamental para abordar as vulnerabilidades de curto prazo e os desafios de médio prazo.

Opinião das Autoridades

As autoridades concordaram com as prioridades para o desenvolvimento das capacidades relacionadas acima. O Ministério das Finanças solicitou AT para o desenvolvimento do mercado de títulos públicos, incluindo a gestão da dívida e sobre como eliminar os instrumentos vinculados à taxa de câmbio, que será prestada em conjunto pelo FMI e o Banco Mundial. O BNA demonstrou interesse em AT sobre como gerir a transição para uma taxa de câmbio flexível, incluindo a operacionalização do recém-adotado quadro de metas para a base monetária e como lidar com a perda de RCB. O Instituto Nacional de Estatística solicitou o reforço do apoio de AT sobre estatísticas de contas nacionais. As autoridades solicitaram AT com mais ênfase em “como, não apenas o quê” e menos missões de diagnóstico.

As autoridades expressaram o seu agradecimento pelas oportunidades de formação. O Ministério das Finanças criou um centro de formação (INFORFIP/IGEF) e manifestou grande interesse em sediar eventos de formação em cooperação com os organismos do FMI de capacitação e formação para a África (ATI e AFRITAC Sul).

Prioridades	Objetivos
Política e administração tributária	Alargar a base de receitas (inclusivamente com a adoção do IVA conforme previsto) com vista a reduzir a dependência das voláteis receitas do petróleo e apoiar a consolidação fiscal; construir um modelo de projeção de receitas não petrolíferas; simplificar os processos aduaneiros em apoio à diversificação das exportações.
GFP	Adotar um QFMP e uma lei de responsabilidade fiscal; fortalecer a legislação, os processos e as instituições de modo a melhorar a eficiência da despesa pública, sobretudo a despesa de investimento.
Relatórios financeiros (contabilidade e estatística)	Melhorar a classificação do orçamento, de acordo com diretrizes aceites internacionalmente, e a consistência dos dados acima e abaixo da linha, através da reconciliação para reduzir a divergência estatística nas contas públicas.
Política de despesas (subsídios)	Formular uma estratégia e fixar um prazo para reduzir os subsídios aos combustíveis, à água e à eletricidade, enquanto se protegem os segmentos mais vulneráveis da sociedade.
Integridade financeira (perda de RCB – CBC/FT)	Consolidar recomendações específicas para lidar com a perda das RCB em dólares americanos e acompanhar o seu progresso. Além do mais, melhorar o quadro de CBC/FT com vista a recuperar as RCB.
Política monetária/macprudencial (previsão de inflação e análise de políticas)	Finalizar o modelo central e desenvolver infraestruturas de previsão que permitam dispor dum processo de previsão rigoroso; introduzir no mercado novas modalidades de intermediação de divisas em apoio à transição para uma taxa de câmbio mais flexível; criar condições para a abertura gradual da conta de capital e financeira; melhorar a capacidade do BNA para interpretar resultados dos modelos de previsão para fins de análise de política e tomada de decisão.
Dados setoriais (contas nacionais)	Melhorar a pontualidade e a metodologia dos dados das contas nacionais; preparar um plano de compilação da nova série de referência e estimativas para as principais atividades informais; preparar a transição para o SCN 2008 e publicar dados do PIB atualizados assim que estejam disponíveis.
Dados setoriais (estatísticas monetárias/financeiras)	Assegurar que o BNA seja capaz de reportar regularmente ao FMI os indicadores de solidez financeira devidamente compilados.
Dados setoriais (estatísticas do setor externo)	Melhorar a cobertura e a pontualidade dos dados e o acesso à base de dados relevantes; reduzir as discrepâncias entre os dados da PII e os dados da BdP.



ANGOLA

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2018 AO ABRIGO DO ARTIGO IV — ANEXO INFORMATIVO

25 de Abril de 2018

Preparado por

Departamento de África
(em colaboração com outros departamentos)

ÍNDICE

RELAÇÕES COM O FMI	2
PLANO EXECUTIVO DE AÇÃO CONJUNTA FMI-BANCO MUNDIAL	5
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	6

RELAÇÕES COM O FMI

(Em 31 de Março de 2018)

Admissão e regime de consultas: Admitido em 19 de Setembro de 1989; Artigo XIV.

Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da quota
Quota	740,10	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	626,59	84,66
Posição na tranche de reserva	113,61	15,35
Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da alocação
Alocação acumulada líquida	273,01	100,00
Haveres	228,34	83,64
Saldo de compras e empréstimos:	Milhões de DSE	% da quota
Nenhum	0,00	0,00

Acordos financeiros mais recentes

Tipo	Data de aprovação	Data de vencimento	Montante aprovado (milhões de DSE)	Montante sacado (milhões de DSE)
Acordo Stand-By	23/11/2009	30/03/2012	858,90	858,90

Projeção dos pagamentos ao FMI

	Próximos				
	2018	2019	2020	2021	2022
Capital
Comissões/juros	0,29	0,39	0,39	0,39	0,39
Total	0,29	0,39	0,39	0,39	0,39

Implementação da Iniciativa HIPC: Não se aplica.

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI): Não se aplica.

Implementação do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCR): Não se aplica.

Avaliação das salvaguardas:¹ A primeira avaliação das salvaguardas, concluída em Maio de 2010, constatou que o Banco Nacional de Angola (BNA) tem sido submetido a auditorias externas anuais por uma firma de boa reputação, mas os pareceres dos auditores contêm ressalvas. A avaliação confirmou que existem deficiências nas práticas de governação e transparência do BNA, entre elas a não publicação atempada de demonstrações financeiras anuais. A avaliação fez recomendações visando o fortalecimento do quadro de controlo nas áreas de gestão de reservas e auditoria interna, bem como o reforço do quadro jurídico e da independência do banco central. Foram feitos alguns progressos na abordagem das recomendações. Entre as principais recomendações ainda pendentes figuram: (i) alterar a Lei do BNA para melhor alinhá-la às boas práticas internacionais; e (ii) solucionar as restantes ressalvas da auditoria. As demonstrações financeiras auditadas de 2016 ainda não foram publicadas.

Regime cambial: O regime cambial *de jure* é o regime de câmbio flutuante. Após depreciar 22,6% nos primeiros quatro meses de 2016, o kwanza estabilizou face ao dólar dos EUA desde meados de Abril de 2016. Por conseguinte, o regime cambial *de facto* foi reclassificado de outro regime administrado para regime estabilizado, a partir de 15 de Abril de 2016. Em Janeiro de 2018, o BNA adotou um regime de bandas (não anunciadas) para a flutuação do kwanza frente ao euro, e realizou dois leilões no âmbito do regime, o que resultou numa depreciação significativa do kwanza. Para evitar um *overshooting* da taxa de câmbio, o BNA instituiu um novo regime de leilões de divisas, no qual as propostas poderiam flutuar dentro de uma banda de mais/menos 2 pontos percentuais em torno da taxa de câmbio média das propostas vencedoras do leilão anterior, destarte impondo um limite *de facto* à depreciação máxima da taxa de câmbio em 2% por leilão. Embora o kwanza tenha depreciado em cerca de 30% face ao dólar dos EUA desde o início de Janeiro de 2018, são necessárias mais observações para determinar a sua nova tendência. Até a próxima avaliação, o regime cambial *de facto* continuará a ser classificado como regime estabilizado.

Angola continua a manter restrições sobre pagamentos e transferências para fins de transações internacionais correntes, valendo-se do regime transitório previsto na Secção 2 do Artigo XIV. As medidas mantidas nos termos do Artigo XIV são as seguintes: (i) limites à disponibilização de moeda estrangeira para operações de invisíveis correntes, tais como despesas de viagem; e (ii) limites às transferências unilaterais para pessoas singulares e instituições baseadas no estrangeiro. Para além disso, Angola mantém três restrições cambiais subordinadas à jurisdição do FMI nos termos da Secção 2(a) do Artigo VIII, resultantes: (i) da cobrança discriminatória do imposto do selo de 0,1% sobre operações de câmbio por pessoas singulares; (ii) da aplicação de uma lista prioritária para o acesso ao dólar norte-americano à taxa de câmbio oficial; e (iii) de um imposto especial de 10% sobre as transferências a não residentes no âmbito de contratos de serviços de assistência técnica estrangeira ou de gestão. Angola mantém ainda três práticas de taxas de câmbio múltiplas sujeitas à aprovação do FMI nos termos da Secção 3 do Artigo VIII, decorrentes da ausência de mecanismos para impedir diferenciais superiores a 2% em consequência: (i) das ofertas vencedoras nos leilões de divisas do BNA; (ii) de operações efetuadas à taxa de referência em vigor em relação à taxa praticada no leilão de divisas nesse dia; e (iii) da cobrança discriminatória do imposto do selo de 0,1% sobre operações de câmbio por pessoas singulares.

¹ Para uma descrição do quadro de Avaliação das Salvaguardas do FMI, consulte <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/safe.htm>.

Consultas ao abrigo do Artigo IV: Aplica-se a Angola o ciclo normal de 12 meses. A conclusão das próximas consultas ao abrigo do Artigo IV está prevista para Maio de 2019.

Assistência técnica: O quadro a seguir resume as atividades de assistência técnica desde 2014:

Departamento de Mercados Monetários e de Capitais (MCM)	Ano da prestação
Assistência técnica em operações do mercado cambial	2018
Implementação do Acordo de Basileia II	2018
Assistência técnica sobre relações de correspondência bancária	2016
AFRITAC Sul: Gestão de liquidez (diversas missões)	2015–2018
AFRITAC Sul: Quadro de previsão de inflação (diversas missões)	2015–2018
AFRITAC Sul: Análise macroprudencial	2016, 2017
Workshop sobre liberalização da conta de capitais	2015
Avaliação das necessidades de assistência técnica	2014
Assistência técnica após o FSAP	2013
AFRITAC Sul: Quadro de supervisão baseada no risco	2013
Departamento de Finanças Públicas (FAD)	
Implementação do IVA	2016, 2017
Quadro Fiscal de Médio Prazo—QFMP (incl. LRF e regras fiscais)	2014, 2016
Gestão dos investimentos públicos	2015
Reforma dos subsídios	2014
Política e administração tributária	2014, 2015
AFRITAC Sul: (incl. LRF e regras fiscais) (várias missões)	2014–2018
AFRITAC Sul: Gestão de liquidez (várias missões)	2015, 2017
AFRITAC Sul: Controlo das despesas e atrasados (várias missões)	2014, 2016, 2017
AFRITAC Sul: Administração aduaneira e tributária (várias missões)	2015–2018
Departamento de Estatística (STA)	
Estatísticas das finanças públicas	2017
Estatísticas do setor externo	2015
Estatísticas monetárias e financeiras (várias missões)	2014, 2016, 2017
AFRITAC Sul: Estatísticas de preços	2017
AFRITAC Sul: Contas nacionais (várias missões)	2015–2018
Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD)	
Programação e políticas financeiras para as autoridades angolanas	2014
Departamento Jurídico	
Quadro de CBC/FT	2017, 2018

Representante Residente: O Sr. Max Alier é o Representante Residente do FMI em Angola desde Maio de 2015.

PLANO EXECUTIVO DE AÇÃO CONJUNTA FMI-BANCO MUNDIAL

Matriz de Implementação			
Título	Produtos	Prazo	Data da prestação
A. Informação mútua sobre programas de trabalho pertinentes			
Programa de trabalho do Banco Mundial nos próximos 12 meses	Assistência técnica em gestão da dívida		Abril de 2018
	Avaliação da despesa pública com a proteção social		Maio de 2018
	Projeto de agricultura comercial		Maio de 2018
	Projeto de reforma da rede de proteção social		Julho de 2018
	Relatório sobre diversificação económica e crescimento (Memorando Económico do País)		Agosto de 2018
	Estabilização macro e crescimento inclusivo, OPD		Outubro de 2018
	Avaliação da descentralização fiscal		Dezembro de 2018
	Serviços de aconselhamento em branqueamento de capitais		Em curso
	Serviços de aconselhamento ao setor financeiro		Em curso
	Apoio à reforma do ambiente de negócios		Em curso
Programa de trabalho do FMI nos próximos 12 meses	Assistência técnica para o reforço dos sistemas de pagamentos		Em curso
	Visita do corpo técnico		Setembro 2018
	Missão de consulta ao abrigo do Artigo IV		Março 2019
B. Pedido de contributos para o programa de trabalho			
Pedido do FMI ao Banco Mundial	Reportes periódicos sobre as discussões do programa de empréstimo para o desenvolvimento (DPL)		Em curso
Pedido do BM ao FMI	Colaboração no fornecimento de um conjunto completo do quadro macroeconómico e tabelas		Em curso
C. Acordo sobre programas e missões conjuntas			
Produtos conjuntos nos próximos 12 meses	Diálogo contínuo sobre previsões económicas e modelagem macroeconómica		Contínuo
	Intercâmbio de informação e consultas sobre os desenvolvimentos macroeconómicos		Contínuo

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

(Em 30 de Março de 2018)

I. Avaliação da adequação dos dados para fins de supervisão

Geral: O fornecimento de dados apresenta algumas deficiências, mas em geral é apropriado para fins de supervisão. A qualidade e atualidade dos dados inspiram preocupação, mas estão a ser desenvolvidos esforços para reforçar a base estatística do país, inclusivamente com a assistência técnica do FMI e do Banco Mundial.

Angola tem hoje diversas publicações estatísticas regulares e informativas, o que reflete progressos consideráveis no fornecimento de dados e na transparência dos relatórios estatísticos. Os maiores avanços se concentram no BNA e no Instituto Nacional de Estatística (INE). Ambos fornecem e publicam dados muito mais abrangentes, em tempo oportuno. A prestação e publicação de dados do Ministério das Finanças carece de melhorias significativas. Dados pormenorizados sobre as receitas dos setores de petróleo e diamantes e relatórios sobre as finanças públicas são publicados no portal do Ministério das Finanças, com algum desfasamento.

Contas nacionais: O INE ainda deve reiniciar a divulgação de contas nacionais anuais e trimestrais após a resolução dos problemas de qualidade apontados em Maio de 2017. As contas nacionais incluem o PIB anual a preços correntes e em volumes utilizando estimativas encadeadas com base nas referências de 2002. Com o apoio da assistência técnica do FMI, o INE está a trabalhar na atualização das referências e a finalizar as estimativas da economia não observada. O Ministério da Economia e Planeamento continua a emitir estimativas preliminares e projeções do PIB anual (produção). O INE publica também outros importantes boletins de dados, tais como os boletins trimestrais sobre a confiança empresarial, a produção industrial e o comércio externo de mercadorias. O INE concluiu um recenseamento nacional em 2014, o primeiro em quatro décadas desde a independência. O INE está também a conduzir um inquérito familiar sobre emprego, despesas e rendimento, o qual espera concluir no primeiro trimestre de 2019.

Estatísticas de preços: O INE publica relatórios mensais sobre os índices de preços grossistas e no consumidor. O IPC foi alargado para incluir os preços no consumidor em todas as 18 províncias do país. O INE começou também a desenvolver índices de valor unitário das importações e exportações, com o apoio da assistência técnica do Banco Mundial.

Estatísticas de finanças públicas: É preciso melhorar substancialmente a pontualidade e qualidade das estatísticas de finanças públicas. As receitas e despesas são registadas corretamente pelo regime de competência do exercício, mas persistem alguns problemas na reconciliação de operações acima e abaixo da linha. O Ministério das Finanças publica no seu portal, informação detalhada sobre as receitas fiscais petrolíferas. Contudo, é importante que também publique regularmente (no mínimo a cada trimestre) dados das finanças públicas consolidados e pormenorizados. O ministério deveria começar a publicar mensalmente a informação sobre as receitas fiscais não petrolíferas. Todos os dados das finanças públicas deveriam ser publicados em formato eletrónico (em lugar de imagens PDF, como é o caso das receitas petrolíferas) para facilitar a difusão e o acesso pelos usuários. O ministério emite também relatórios trimestrais sobre as receitas fiscais petrolíferas, mas com algum desfasamento. O ministério divulga dados segundo uma versão "modificada" da metodologia *GFSM 1986*, utilizando um fator de ajustamento para reconciliar as cifras acima da linha (registadas segundo o regime de competência) com aquelas abaixo da

linha (registadas segundo o regime de caixa). Os dados fiscais anuais e mensais são compilados em conformidade com a metodologia *GFSM 2001*. Com a ajuda da assistência técnica do FMI, o Ministério das Finanças está a envidar esforços para melhorar a compilação das estatísticas de finanças públicas, em conformidade com a metodologia *GFSM 2014*.

Estatísticas monetárias e financeiras: Os dados sobre o inquérito às sociedades de depósitos e o balanço do BNA foram revistos com a ajuda da assistência técnica do Departamento de Estatística do FMI (STA). Os dados baseiam-se nos novos formulários de declaração de dados (SRFs). O BNA envia atempadamente dados ao FMI e publica dados pormenorizados no seu portal todos os meses. Em Outubro 2017, uma missão de assistência técnica do STA auxiliou as autoridades a alargar a cobertura das estatísticas monetárias e financeiras ao setor das outras sociedades financeiras (OSF) com base no formulário SRF 4SR. O BNA está em vias de implementar as recomendações da missão e produzir um inquérito das OSF. O BNA publica também outros relatórios, nomeadamente um relatório trimestral sobre a inflação e o seu relatório anual (que resume a evolução monetária, macroeconómica e da inflação), bem como um relatório semestral sobre a estabilidade financeira (que avalia a estabilidade do sistema financeiro). A publicação destes relatórios, porém, ocorre com um desfasamento significativo.

Supervisão do setor financeiro: Os dados do BNA sobre os indicadores de solidez financeira são publicados mensalmente, mas não são reportados ao STA para a sua publicação no website do FMI (a última remissão de dados foi no quarto trimestre de 2015). A qualidade dos indicadores de solidez financeira deve ser melhorada, conforme as recomendações da assistência técnica do STA. A utilidade do Relatório de Estabilidade Financeira do BNA poderia ser maior caso o relatório fosse atualizado, uma vez que o último relatório publicado data de meados de 2017.

Estatísticas do setor externo: A balança de pagamentos (BdP) e a posição de investimento internacional (PII) são compiladas em conformidade com as recomendações da sexta edição do *Manual da Balança de Pagamentos do FMI (BPM6)*. Estas estatísticas são compiladas e divulgadas em base anual, com um desfasamento de cerca de nove meses em relação ao período de referência. Uma missão de assistência técnica do STA na área de estatísticas do setor externo, realizada em Novembro de 2015, fez um balanço da implementação das recomendações de missões de assistência técnica anteriores e verificou que houve avanços, principalmente quanto à automatização do processo de compilação. A missão apresentou recomendações sobre os procedimentos de compilação e a cobertura e qualidade das estatísticas para aumentar a consistência entre os dados de fluxos e de stocks. O reporte de dados trimestrais da PII e da BdP foi iniciado em Janeiro de 2017, mas é feito apenas uma vez por ano. Inconsistências entre os dados anuais e trimestrais continuam a afetar a pontualidade das estatísticas trimestrais da PII e da BdP, devido a questões ligadas aos dados sobre os serviços. As maiores deficiências ainda envolvem a cobertura e consistência entre os dados da BdP e da PII, uma vez que persistem lacunas nas transações e posições da dívida externa do setor privado. Ademais, é preciso abordar a questão da coordenação entre os órgãos estatísticos e os fornecedores de dados primários.

II. Normas e qualidade dos dados

Angola participa desde 2004 do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS), que foi substituído pelo e-GDDS em 2015. As autoridades enviaram recentemente metadados atualizados para serem publicados no Boletim Eletrónico sobre Normas de Difusão (DSBB) do FMI.

Angola: Indicadores Comumente Exigidos para Fins de Supervisão

	Data da observação mais recente (mm/dd/aa)	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁸	Frequência do reporte ⁸	Frequência da publicação ⁸
Taxas de câmbio	30/3/18	30/3/18	D	D	D
Ativos de reserva internacionais e passivos de reserva das autoridades monetárias ¹	02/18	03/18	M	M	M
Reservas/base monetária	02/18	03/18	M	M	M
Massa monetária	02/18	03/18	M	M	M
Balanço do banco central	02/18	03/18	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	02/18	03/18	M	M	M
Taxas de juro ²	30/3/18	30/3/18	S	S	S
Índice de preços no consumidor	02/18	03/18	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – Governo Geral ⁴	ND	ND	ND	ND	ND
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – Governo Central	12/17 (prel.)	03/18	T	T	T
Stock da dívida contraída ou garantida pelo Governo Central ⁵	12/17 (prel.)	03/18	A	A	A
Saldo da conta corrente externa	T4/16	08/17	T	T	
Exportações e importações de bens e serviços	2016 (est.)	08/17	A	A	A
PIB/PNB ⁶	2017 (est.)	03/18	A	A	A
Dívida externa bruta	12/17 (prel.)	03/18	A	A	A
Posição de investimento internacional ⁷	T4/16	08/17	T	T	A

¹ Ativos de reserva dados em garantia ou penhorados devem ser especificados à parte. Para além disso, os dados devem abranger os passivos de curto prazo indexados a moeda estrangeira, porém liquidados de outras formas, bem como os valores nominais dos derivativos financeiros para o pagamento e o recebimento de moeda estrangeira, inclusive os indexados uma moeda estrangeira, porém liquidados de outras formas.

² Taxas de mercado e oficiais, incluindo taxas de desconto, taxas dos mercados monetários e taxas dos títulos, bilhetes e obrigações do tesouro.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ O INE ainda deve reiniciar a divulgação de contas nacionais anuais e trimestrais. O Ministério da Economia e Planeamento publicou estimativas anuais do PIB até 2017. O corpo técnico do FMI estimou o PIB nominal de 2016-2017 com base na informação do ministério.

⁷ Inclui as posições em ativos e passivos financeiros externos brutos com não residentes.

⁸ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I) e não disponível (ND).



ANGOLA

25 de abril de 2018

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A CONSULTA DE 2018 AO ABRIGO DO ARTIGO IV — ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

Aprovado por
Anne-Marie Gulde-Wolf
(AFR) e **Mary Goodman**
(SPR)

Preparado pelo corpo técnico do Fundo Monetário Internacional

A dívida pública de Angola permanece sustentável no cenário de base, mas está sujeita a vulnerabilidades significativas. A dívida aumentou acentuadamente desde o choque dos preços do petróleo, passando de 41% do PIB em 2014 para 64% do PIB em 2017, em razão da depreciação cambial, do déficit orçamental e da recapitalização de bancos e empresas estatais. Espera-se que ela atinja o ponto máximo de 73% do PIB em 2018, como reflexo da depreciação cambial no contexto do novo e mais flexível regime cambial, e da regularização dos atrasados de pagamentos internos. Projeta-se que a dívida pública decline para cerca de 60% do PIB no médio prazo, à medida que as autoridades implementam uma consolidação fiscal (gradual) e reformas estruturais para melhorar a governação e o ambiente de negócios. Os testes de stress mostram que a dívida pública de Angola permanece altamente vulnerável aos choques que afetam o crescimento, a taxa de câmbio, o preço do petróleo, bem como à materialização de passivos contingentes. Os riscos para a sustentabilidade da dívida são atenuados pela disponibilidade de amortecedores (depósitos do governo e reservas internacionais), de financiamento com termos semi-concessionais e pelo forte compromisso do governo com as reformas em curso. Projeta-se que a dívida externa bruta de Angola, que inclui apenas a dívida pública e com garantia pública, permaneça basicamente estável em cerca de 40% do PIB no médio prazo.

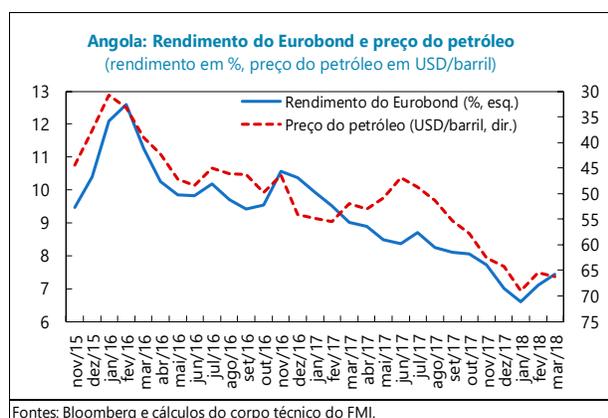
ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

1. Os principais pressupostos subjacentes à análise de sustentabilidade da dívida (ASD) foram extraídos do cenário de base do relatório do corpo técnico de 2018 sobre a consulta ao abrigo do Artigo IV.¹ Espera-se que o crescimento registre uma recuperação modesta, para 2,25% em 2018, aumentando para cerca de 5% no médio prazo, apoiado pela retomada do crédito ao setor privado, expansão do investimento público e implementação de reformas estruturais para melhorar a governação e o ambiente de negócios. Espera-se que a inflação continue alta em 2018, em 24,5% (em termos homólogos), em razão da transmissão relativamente elevada da desvalorização cambial para os preços, bem como do ajustamento dos preços dos combustíveis internos e das tarifas de serviços públicos, mas ela deve declinar gradualmente para um dígito no médio prazo, à medida que o câmbio se estabilize, e as políticas fiscal e monetária se mantenham restritivas. A consolidação fiscal prevê uma concentração das medidas de ajuste em 2018 (com uma melhoria de 2% do PIB no saldo orçamental primário não petrolífero), que continuariam a ser aplicadas no médio prazo a um ritmo gradual (melhoria de 0,75% do PIB por ano, em média). Espera-se que o défice da conta corrente externa permaneça moderado no médio prazo, em cerca de 3% do PIB, como reflexo das perspectivas para os preços internacionais do petróleo, da margem para a substituição de importações e fomento das exportações não petrolíferas, e da disciplina orçamental.

2. A estratégia de financiamento para 2018 prevê uma maior utilização de recursos internos.

A composição do financiamento assumida no cenário de base — que reflete a estratégia de endividamento das autoridades relacionada ao orçamento de 2018 — prevê a continuidade no uso de recursos internos, de financiamentos de credores multilaterais e bilaterais (como a China) e de bancos comerciais, bem como a emissão de USD 2 mil milhões em Eurobonds. O sentimento do mercado em relação a Angola tem sido

positivo recentemente, devido aos preços do petróleo mais favoráveis e à determinação do novo governo em implementar reformas difíceis, mas necessárias. O Eurobond que Angola emitiu em Novembro de 2015, com rendimento de 9,5% ao ano, está a ser negociado com rendimentos próximos a níveis historicamente baixos (ver gráfico).



3. O erro de previsão mediano das principais variáveis macroeconómicas de Angola é relativamente alto em relação ao de países avançados e de mercados emergentes sob supervisão do FMI. Isto se deve, em parte, à volatilidade da produção e dos preços do petróleo, a

¹ A cobertura da dívida pública utilizada nesta ASD inclui: dívidas interna e externa do governo geral e dívida externa da empresa estatal de petróleo Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG.

oscilações na produção agrícola provocadas por condições climáticas e ao baixo nível de diversificação económica. O crescimento a médio prazo no cenário de base depende dos motores do crescimento discutidos acima e da ausência de choques exógenos ou desastres naturais. A consolidação fiscal de médio prazo é mais gradual e moderada do que aquela implementada em 2015–16 — uma melhoria de quase 18% do PIB no saldo orçamental primário não petrolífero. Conforme explicado no relatório do corpo técnico, os riscos para as projeções a médio prazo aparentam estar equilibrados, mas a trajetória da dívida de Angola enfrenta vulnerabilidades.

4. A dívida pública aumentou em quase 25 pontos percentuais (p.p.) do PIB entre 2014 e 2017, como reflexo do impacto da depreciação cambial em 2015-16, do défice orçamental primário e

da recapitalização de bancos e empresas estatais. No final de 2017, a dívida externa representava mais da metade da dívida total; a dívida denominada em ou indexada a moedas estrangeiras representava cerca de 80% da dívida total; a dívida pública líquida — dívida bruta menos depósitos do governo — ascendia a 59% do PIB no final de 2017;² e o valor presente líquido da dívida era estimado em 55,7% do PIB, refletindo financiamento externo com termos semi-concessionais (ver quadro).

Dívida pública, 2014–17 (em percentagem do PIB)				
Desagregação	2014	2015	2016	2017 Prel.
Dívida interna	12,0	24,9	32,5	28,8
Empréstimos	2,0	1,1	1,1	0,8
Bilhetes do Tesouro	3,0	3,5	6,0	5,6
Obrigações do Tesouro	7,0	20,4	25,4	22,4
D/q: moeda nacional		6,6	8,1	7,6
D/q: denominada em ou indexada a ME		13,8	17,2	14,8
Dívida externa	28,6	39,7	47,3	35,2
D/q: governo geral	16,1	25,5	37,4	31,3
D/q: Sonangol	12,5	14,2	9,9	3,9
Total da dívida pública	40,7	64,6	79,8	64,1
Por memória:				
Dívida denominada em/indexada a ME (% do total)		82,8	80,9	78,1
Dívida pública líquida	31,0	53,4	69,1	59,2
Valor presente líquido da dívida pública 1/				55,7

Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.
1/ Taxas de desconto: rentabilidade média do Eurobond para a dívida externa e crescimento projetado do PIB não petrolífero para a dívida interna em moeda nacional.

5. No cenário de base, projeta-se que a dívida pública de Angola atinja o seu nível máximo de cerca de 73% do PIB em 2018, porém, no médio prazo, a dívida convergirá gradualmente para a meta das autoridades. Este aumento projetado em 2018 resulta sobretudo do ajustamento cambial e da regularização de cerca de 4,5% do PIB em atrasados de pagamentos internos. A consolidação fiscal esperada para 2018, bem como a melhoria do PIB nominal e das receitas tributárias em moeda nacional — beneficiários da alta dos preços do petróleo e da depreciação da moeda — iria conter o aumento dos rácios dívida/PIB (ver quadro). Espera-se que a consolidação fiscal adicional presumida no médio prazo melhore gradualmente o saldo

² Parte dos depósitos do governo central no BNA, que incluem fundos do petróleo, poderão ser usados para reduzir as necessidades de financiamento, mas sob condições muito rigorosas e com a aprovação do Presidente da República.

orçamental primário não petrolífero e traga a dívida pública para a meta das autoridades de 60% do PIB no final do período das projeções.³

6. Os elevados indicadores de endividamento e o perfil desfavorável da dívida expõem a dinâmica da dívida de Angola a choques macroeconómicos e geram riscos para a sua sustentabilidade.

Em 2018, o rácio dívida/PIB de Angola e o rácio necessidades brutas de financiamento (NBF)/PIB ultrapassariam os limiares de alto risco do FMI para a sustentabilidade da dívida de economias emergentes, tornando a dinâmica da dívida sensível a choques macroeconómicos.⁴ Além disso, o perfil da dívida — curtas maturidades da dívida interna e uma grande parcela de instrumentos denominados em ou indexados a moedas estrangeiras — torna a dinâmica da dívida sensível a mudanças nas perceções do mercado e na taxa de câmbio.

7. A trajetória da dívida no cenário de base é vulnerável a choques macroeconómicos, incluindo aqueles que afetam o crescimento do PIB real, a taxa de câmbio, os passivos contingentes financeiros e o preço do petróleo.⁵

- **Choque de crescimento.** Se as taxas de crescimento do PIB real fossem reduzidas em meio desvio padrão, o rácio da dívida permaneceria acima do limiar de alto risco de 70% do PIB até 2020 e acima dos 65% do PIB no médio prazo.⁶
- **Choque da taxa de câmbio real.** Uma depreciação real e pontual de 30% elevaria o rácio da dívida para mais de 80% do PIB, e a dívida permaneceria acima do parâmetro de alto risco para economias emergentes durante todo o horizonte de projeção. Contudo, a transição para um regime de câmbio mais flexível no início de 2018 e o considerável ajustamento inicial da taxa de câmbio pode reduzir a probabilidade de tal choque no futuro. Uma forte depreciação da moeda aumentaria a receita tributária e o PIB nominal — fatores que não são considerados neste cenário de choque padronizado — o que atenuaria o impacto sobre o rácio da dívida.

Dinâmica da dívida pública, 2018 (em percentagem do PIB)	
Dívida no final de 2017	64,1
Impacto da depreciação nominal	31,2
Impacto do crescimento do PIB nominal 1/	-29,0
Défice global	2,0
Outros 2/	4,6
Dívida no final de 2018	72,9
1/ Crescimento do PIB nominal (em percentagem)	40,8
Crescimento real	2,1
Deflator do PIB	37,9
Deflator do PIB não petrolífero	27,9
Deflator do PIB petrolífero	78,3
2/ Necessidades de recapitalização, regularização de atrasados, utilização de depósitos.	

Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.

³ Os residuais da contribuição de variações na dívida pública devem-se sobretudo à desvalorização cambial.

⁴ Análise de sustentabilidade da dívida para países com acesso aos mercados, <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2013/050913.pdf>.

⁵ O choque de taxa de juro aplicado a Angola consiste num aumento da taxa de juro de 200 pontos base e não conforme o nível da taxa de juro real máxima dos últimos 10 anos, para excluir a anomalia provocada pela crise mundial de 2008-09, que distorce o impacto do choque sobre a dívida pública.

⁶ O crescimento do PIB real é reduzido em meio desvio padrão (e não em um desvio padrão) durante dois anos consecutivos para adaptar melhor este choque à nova realidade da economia angolana, que está a crescer há mais de uma década e tem visto um aumento da contribuição do setor não petrolífero (dominado por serviços), que é menos volátil.

- **Choque combinado.** Uma combinação de diversos choques macro-fiscais manteria o rácio da dívida persistentemente próximo a 100% do PIB e as NBF bem acima do limiar de alto risco para economias emergentes.
- **Choque de passivos contingentes do setor financeiro.** Um aumento pontual das despesas não financeiras equivalente a 10% dos ativos do setor bancário também manteria os rácios da dívida e das NBF elevados nos próximos anos.
- **Choque do preço do petróleo.** Uma vez que Angola é fortemente dependente do petróleo, considerou-se também um choque do preço do petróleo, com uma queda pontual de 30% do preço projetado das ramas angolana em 2019. Nesse cenário, os rácios dívida/receitas e NBF/PIB subiriam em rapidamente em 2019, e o rácio dívida/PIB permaneceria persistentemente elevado.⁷

8. O mapa de tensão e os gráficos em leque também mostram que a dívida pública de Angola está sujeita a vulnerabilidades significativas. O mapa de tensão mostra que a dívida e as NBF ultrapassam os seus correspondentes limiares de alto risco no cenário de base e nos testes de stress, ilustrando os riscos decorrentes das maturidades curtas da dívida interna e os riscos decorrentes da dívida externa. Os gráficos em leque ilustram a evolução do rácio dívida/PIB no médio prazo, com base em distribuições simétrica e assimétrica dos riscos. No primeiro caso, os riscos positivos e negativos para as principais variáveis macroeconómicas são tratados como igualmente prováveis, enquanto no segundo caso alguns choques são exclusivamente negativos para refletir os riscos negativos para a trajetória da dívida. A distribuição assimétrica ilustra que a dívida excederia o limiar de alto risco para as economias emergentes, com grande probabilidade.

9. A dívida pública de Angola permanece sustentável no cenário de base, mas está sujeita a vulnerabilidades significativas. Os principais pressupostos subjacentes a este cenário — consolidação fiscal gradual, recuperação gradual do crescimento e preços do petróleo relativamente favoráveis, tal como indicam as projeções das Perspetivas da Economia Mundial do FMI (WEO na sigla em inglês), manteriam os indicadores de endividamento sob controlo e a níveis sustentáveis. Contudo, a sustentabilidade da dívida de Angola no cenário de base está sujeita a vulnerabilidades significativas como ilustram os cenários de teste de stress.

10. Os riscos para a sustentabilidade da dívida são atenuados por diversos fatores, nomeadamente a disponibilidade de amortecedores (depósitos líquidos do governo e reservas internacionais), a capacidade de obter financiamento com termos semi-concessionais e a disposição do governo em implementar reformas estruturais. Com o apoio da assistência técnica do FMI e do Banco Mundial, o governo está empenhado em perseguir uma estratégia prudente de gestão da dívida e desenvolver o mercado de dívida interna. Esta estratégia possibilitaria a substituição gradual dos títulos da dívida interna denominados em ou indexados a moedas estrangeiras por títulos em moeda nacional, com maturidades cada vez mais longas. Isto, por sua vez, ajudaria a

⁷ O choque do preço do petróleo mostra apenas o impacto direto do declínio no preço do petróleo sobre as receitas em 2019. O preço, nesse cenário, é de USD 42 por barril.

melhorar o perfil da dívida e conter as NBF, o que atenuaria os riscos para a sustentabilidade da dívida.

ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

11. Em relação à cobertura da dívida externa, a ASD aplica-se apenas à dívida externa do governo geral e à dívida da Sonangol e da TAAG. Ainda não há informação disponível sobre a dívida externa do setor privado. As autoridades estão a envidar esforços para recolher dados sobre a dívida do setor privado.

12. Projeta-se que a dívida externa de Angola permaneça estável ao longo do tempo. No cenário de base, a expectativa é que a dívida se mantenha próxima dos 40% do PIB ao longo do horizonte de projeção. Mas a sua participação no total da dívida permaneceria elevada no médio prazo, uma vez que o governo continuaria a financiar a maior parte do investimento público com linhas de crédito externo. Por outro lado, tal estratégia reduziria os riscos de refinanciamento da dívida interna. O cenário de base assume também que a Sonangol e a TAAG não acumulariam novas dívidas externas, consoante as intenções das autoridades. Projeta-se que as necessidades de financiamento externo permanecerão sob controlo no médio prazo, em cerca de 6–7% do PIB.

13. A dívida externa de Angola continua vulnerável a choques, sobretudo choques desfavoráveis na conta corrente (p. ex., quebra inesperada das exportações ou fortes aumentos das importações) e grandes depreciações da taxa de câmbio. Esses riscos seriam atenuados pelos esforços do governo no sentido de implementar reformas estruturais para diversificar a economia, estimular o investimento direto estrangeiro e reforçar os amortecedores externos.

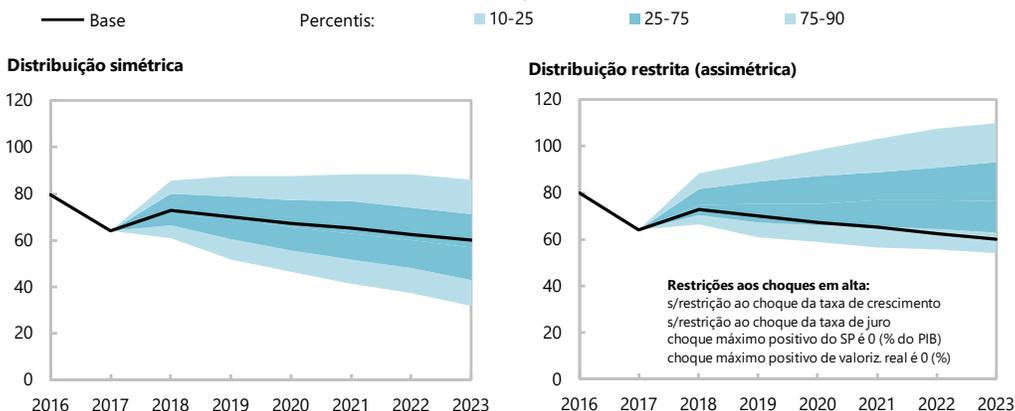
Figura 1. Angola: Análise de Sustentabilidade da Dívida do Setor Público — Avaliação de Risco

Mapa de Tensão Financeira

Nível da dívida ^{1/}	Choque do crescimento do PIB real	Choque do saldo primário	Choque da taxa de juro real	Choque da taxa de câmbio	Choque de passivos contingentes
Nec. bruta de financ. ^{2/}	Choque do crescimento do PIB real	Choque do saldo primário	Choque da taxa de juro real	Choque da taxa de câmbio	Choque de passivos contingentes
Perfil da dívida ^{3/}	Perceção de mercado	Necessidades de financ. externo	Var. na parcela da dívida de curto prazo	Dívida pública detida por não residentes	Dívida em moeda estrangeira

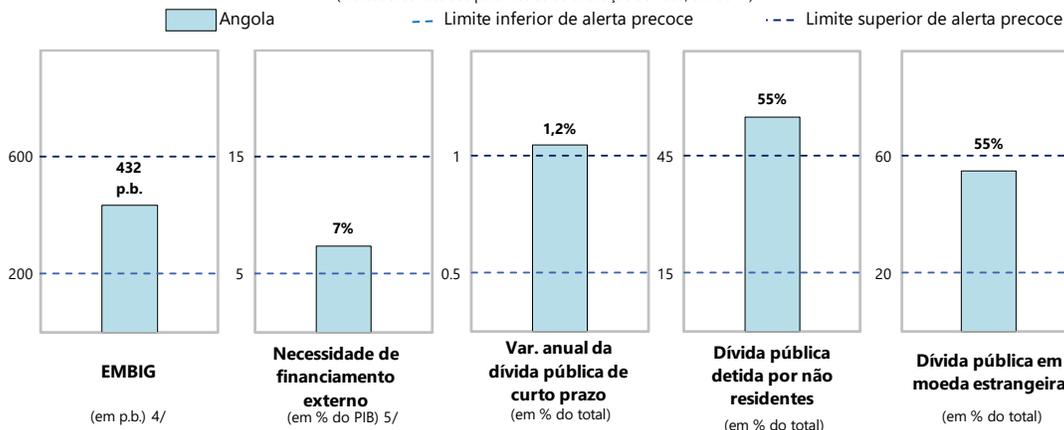
Evolução das Densidades Preditivas da Dívida Pública Nominal Bruta

(em percentagem do PIB)



Perfil da Dívida: Vulnerabilidades

(Indicadores face aos parâmetros de avaliação de risco, em 2017)



Fonte: Corpo técnico do FMI.

1/ A célula é destacada a verde se o parâmetro de encargo da dívida de 70% não for excedido no choque específico ou no cenário base; a amarelo se for excedido no choque específico mas não no cenário de base; a vermelho se o parâmetro for excedido no cenário base; e a branco se o teste de stress não for relevante.

2/ A célula é destacada a verde se o parâmetro de necessidade bruta de financiamento de 15% não for excedido no choque específico ou no cenário base; a amarelo se for excedido no choque específico mas não no cenário base; a vermelho se o parâmetro for excedido no cenário base; e a branco se o teste de stress não for relevante.

3/ A célula é destacada a verde se o valor do país for inferior ao parâmetro de avaliação de risco baixo; a vermelho se o valor do país exceder o parâmetro de avaliação de risco elevado; a amarelo se o valor do país ficar entre os parâmetros de avaliação de risco baixo e elevado; e a branco se não houver dados disponíveis ou o indicador não for relevante. Os parâmetros de avaliação de risco baixo e elevado são:

200 e 600 pontos base para os spreads sobre os títulos; 5 e 15% do PIB para a necessidade de financiamento externo; 0,5 e 1% para a variação na parcela da dívida de curto prazo; 15 e 45% para a dívida pública detida por não residentes; e 20 e 60% para a parcela da dívida em moeda estrangeira.

4/ EMBIG, média dos últimos 3 meses, de 27/12/17 a 27/03/18.

5/ A necessidade de financiamento externo é definida como a soma do défice da conta corrente, amortização do total da dívida externa de médio e longo prazo e total da dívida externa de curto prazo no final do período anterior.

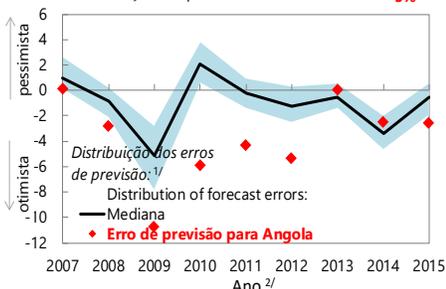
Figura 2. Angola: Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública — Realismo dos Pressupostos de Base

Historial das Previsões em Comparação a Países Sob Supervisão do FMI

Crescimento do PIB real

(em percentagem, efetivo-projetado)

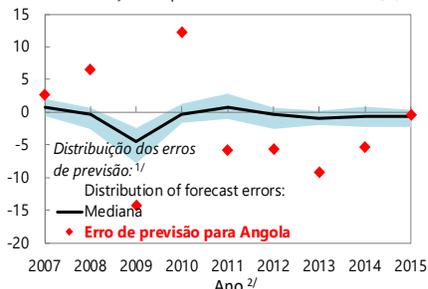
Erro médio de previsão para Angola, 2007-2015: **-2,80**
A sua classificação nos percentis é: **5%**



Saldo primário

(em percentagem, efetivo-projetado)

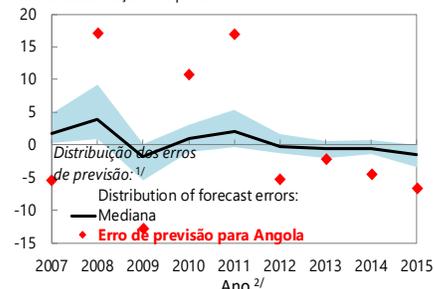
Erro médio de previsão para Angola, 2007-2015: **-5,37**
A sua classificação nos percentis é: **3%**



Inflação (deflador)

(em percentagem, efetivo-projetado)

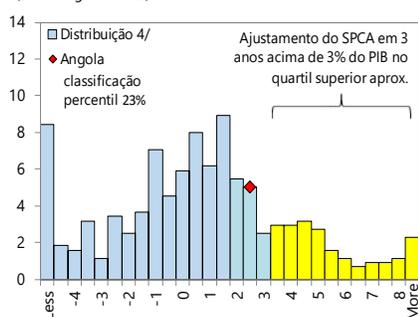
Erro médio de previsão para Angola, 2007-2015: **-4,52**
A sua classificação nos percentis é: **0%**



Avaliação do Realismo do Ajustamento Fiscal Projetado

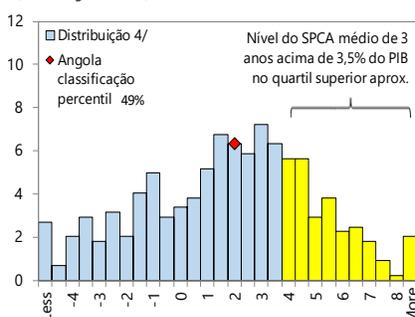
Ajustamento do saldo primário ciclicamente ajustado (SPCA) em três anos

(Percentagem do PIB)



Nível médio do saldo primário ciclicamente ajustado (SPCA) em três anos

(Percentagem do PIB)

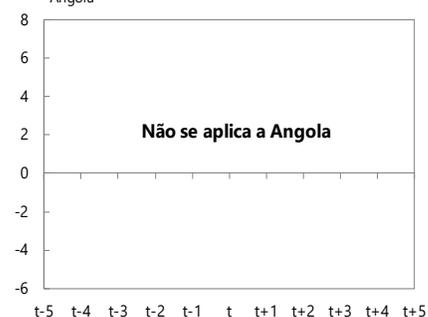


Análise Conjuntural^{3/}

Crescimento do PIB real

(em percentagem)

— Angola



Fonte: Corpo técnico do FMI.

1/ A distribuição no gráfico abrange os países sob supervisão do FMI e a classificação no percentil se refere a todos os países.

2/ Projeções realizadas na edição do WEO de abril do ano anterior.

3/ Não se aplica a Angola, uma vez que não satisfaz nem o critério de hiato positivo do produto nem o de crescimento do crédito privado.

4/ Os dados abrangem observações anuais de 1990 a 2011 para economias avançadas e de mercados emergentes com dívida superior a 60% do PIB. Percentagem de amostras no eixo vertical. □

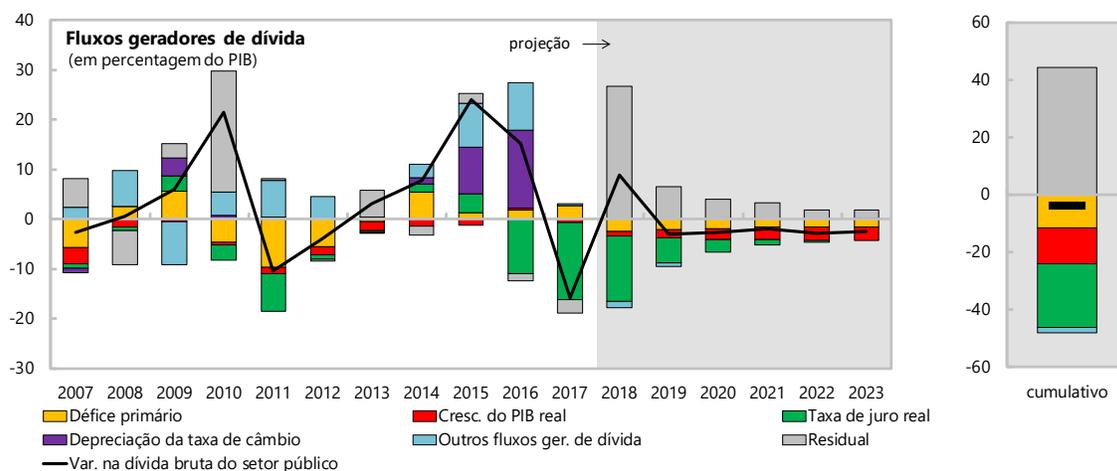
Figura 3. Angola: Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública — Cenário de Base
(em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

Indicadores da Dívida, Económicos e de Mercado ^{1/}

	Efetivo			Projeções						Em 27 de Março de 2018		
	2007-2015 ^{2/}	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023			
Dívida pública nominal bruta	33,5	79,8	64,1	72,9	69,9	67,3	65,4	62,5	60,1	Spreads soberanos EMBIG (pb) 3/	469	
Dívida pública bruta nominal excl. Sonangol	24,0	69,9	60,1	68,4	65,7	63,3	61,6	59,1	56,9			
Necessidade bruta de financiamento	9,1	17,5	19,0	16,5	14,3	13,6	13,8	12,9	11,9	CDS a 5 anos (pb)	n.d.	
Dívida pública líquida	22,1	69,1	59,2	69,5	67,4	65,0	63,2	60,5	58,2			
Crescimento do PIB real (em percentagem)	7,4	-0,8	1,0	2,2	2,5	3,6	4,2	4,7	4,9	Notação Moody's	Externa B2	Interna B2
Inflação (deflator do PIB, em percentagem)	8,3	27,7	31,0	37,8	15,3	11,1	9,0	7,7	6,7			
Crescimento do PIB real (em percentagem)	16,6	26,6	32,4	40,8	18,1	15,1	13,6	12,8	11,9	S&Ps Fitch	B- B	B- B
Taxa de juro efetiva (em percentagem) ^{4/}	6,6	5,9	5,4	10,0	7,4	7,2	7,5	7,4	7,3			

Contribuição para as Variações da Dívida Pública

	Efetivo			Projeções						Saldo primário estabilizador da dívida ^{9/}	
	2007-2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
Varição da dívida bruta do setor público	5,1	15,2	-15,8	8,8	-3,0	-2,6	-1,9	-2,8	-2,5	-4,0	
Fluxos geradores de dívida identificados	1,6	16,5	-13,2	-17,9	-9,5	-6,7	-5,2	-4,7	-4,2	-48,2	
Déficit primário	-1,3	1,8	2,7	-2,5	-2,1	-1,9	-1,6	-1,6	-1,7	-11,4	-2,5
Receita primária (excl. juros) e doações	41,4	18,6	15,8	18,2	18,1	17,6	17,2	17,0	16,7	104,8	
Despesa primária (excluindo juros)	40,2	20,4	18,5	15,7	16,0	15,7	15,6	15,3	15,0	93,3	
Dinâmica automática da dívida ^{5/}	-0,4	5,1	-16,2	-14,0	-6,7	-4,8	-3,6	-3,1	-2,5	-34,7	
Diferencial taxa de juro/crescimento ^{6/}	-2,0	-10,6	-16,2	-14,0	-6,7	-4,8	-3,6	-3,1	-2,5	-34,7	
D/q: taxa de juro real	-0,5	-11,0	-15,6	-13,0	-5,1	-2,6	-1,1	-0,4	0,2	-22,0	
D/q: crescimento do PIB real	-1,5	0,4	-0,6	-1,0	-1,5	-2,2	-2,5	-2,7	-2,7	-12,7	
Depreciação da taxa de câmbio ^{7/}	1,7	15,7	0,0	
Outros fluxos ger. de dívida identificados	3,2	9,6	0,4	-1,4	-0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	-2,1	
Uso de depósitos (negativo)	2,4	2,7	-5,3	-2,2	-0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	-2,9	
Passivos contingentes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Aquisição líquida de ativos financeiros	0,8	6,9	5,7	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	
Residual, incluindo variações de ativos ^{8/}	3,5	-1,3	-2,6	26,7	6,5	4,1	3,3	1,9	1,7	44,2	



Fonte: Corpo técnico do FMI.

1/ O setor público é definido como o governo central e as empresas públicas.

2/ Com base nos dados disponíveis.

3/ EMBIG.

4/ Definido como os pagamentos de juros divididos pelo stock da dívida (excluindo garantias) no final do ano anterior.

5/ Derivado como $[(r - \pi(1+g) - g + ae(1+r)] / (1+g + \pi + g\pi)$ multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, em que r = taxa de juro; π = taxa de cresc. do deflator do PIB; g = taxa de crescimento do PIB real; a = parcela da dívida expressa em ME; e e = depreciação da taxa de câmbio nominal (medida pelo aumento do valor do USD em MN).

6/ A contribuição da taxa de juro real é derivada do numerador da nota 5 como $r - \pi(1+g)$ e a contribuição do crescimento real como $-g$.

7/ A contribuição da taxa de câmbio é derivada do numerador na nota 5 como $ae(1+r)$.

8/ Inclui as variações de ativos e receitas de juros (se houver). Para as projeções, inclui as variações da taxa de câmbio durante o período projetado.

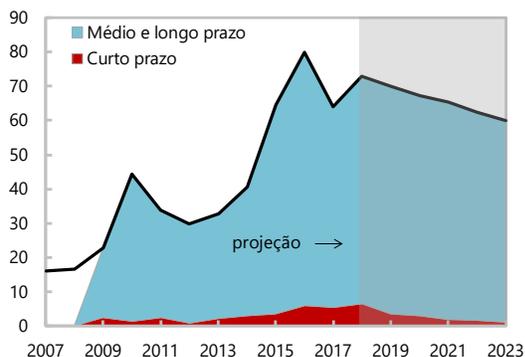
9/ Presume que as principais variáveis (cresc. do PIB real, taxa de juro real e outros fluxos geradores de dívida identificados) se mantêm no nível do último ano de projeção.

Figura 4. Angola: Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública — Composição da Dívida Pública e Cenários Alternativos

Composição da Dívida Pública

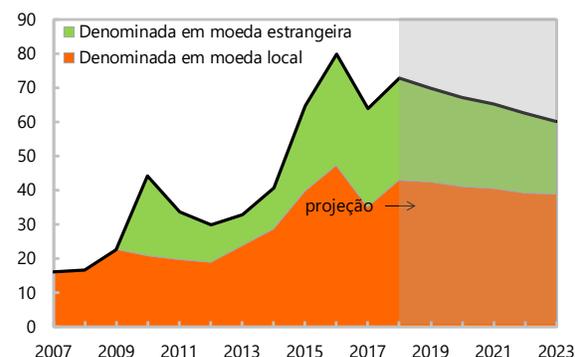
Por vencimento

(em % do PIB)



Por moeda

(em % do PIB)



Cenários Alternativos

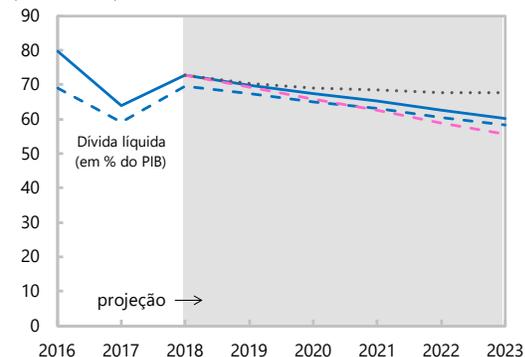
Base

..... Histórico

--- Saldo primário constante

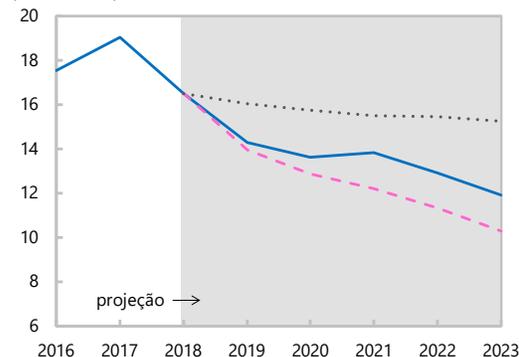
Dívida pública nominal bruta

(em % do PIB)



Necessidade bruta de financ. público

(em % do PIB)



Pressupostos Subjacentes

(Em percentagem)

Cenário Base	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Cresc. do PIB real	2,2	2,5	3,6	4,2	4,7	4,9
Inflação	37,8	15,3	11,1	9,0	7,7	6,7
Saldo primário	2,5	2,1	1,9	1,6	1,6	1,7
Taxa de juro efetiva	10,0	7,4	7,2	7,5	7,4	7,3
Cenário do saldo primário constante						
Cresc. do PIB real	2,2	2,5	3,6	4,2	4,7	4,9
Inflação	37,8	15,3	11,1	9,0	7,7	6,7
Saldo primário	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
Taxa de juro efetiva	10,0	7,4	7,2	7,5	7,3	7,2

Cenário histórico	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Cresc. do PIB real	2,2	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3
Inflação	37,8	15,3	11,1	9,0	7,7	6,7
Saldo primário	2,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Taxa de juro efetiva	10,0	7,4	7,6	8,1	8,2	8,3

Fonte: Corpo técnico do FMI.

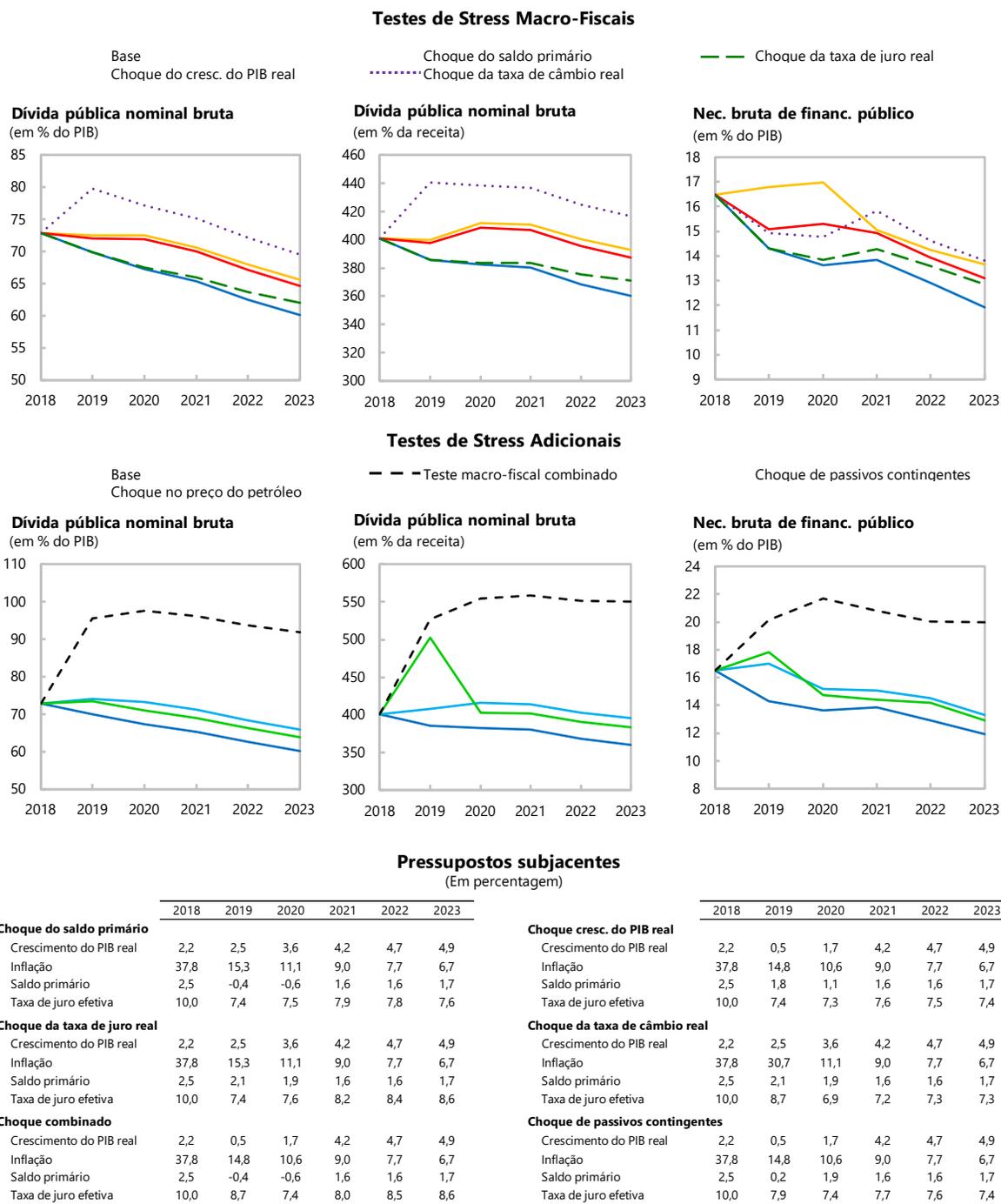
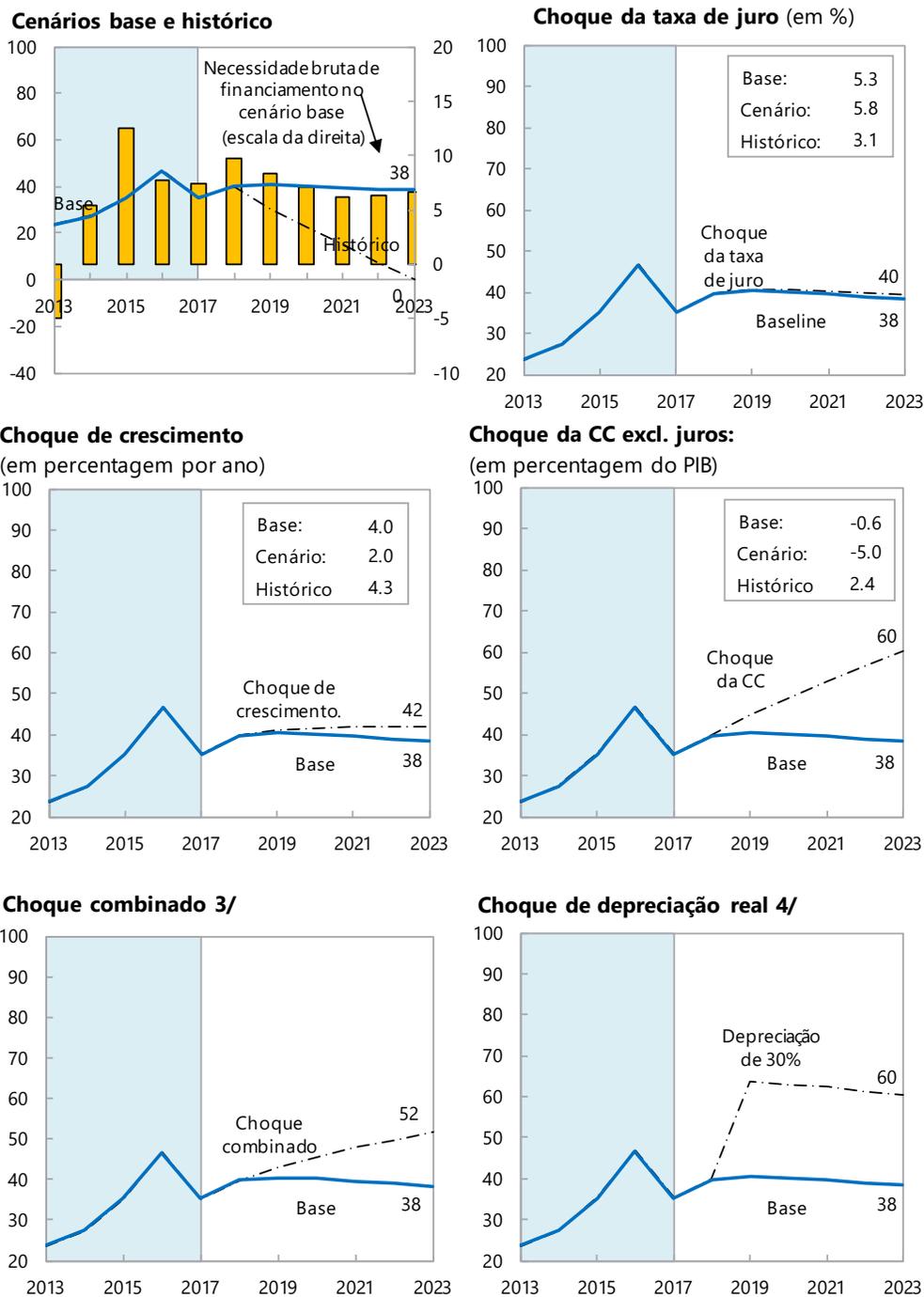
Figura 5. Angola: Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública — Testes de Stress


Figura 6. Angola: Sustentabilidade da Dívida Externa, Testes-limite^{1/2/}

(Dívida externa em percentagem do PIB)



Fontes: FMI, dados da equipa responsável pelo país e estimativas do corpo técnico.

1/ As áreas sombreadas representam os dados efetivos. Os choques individuais são choques permanentes de meio desvio-padrão. As figuras nas caixas representam projeções médias das respetivas variáveis no cenário base e no apresentado. Inclui-se também a média histórica de dez anos da variável.

2/ Para cenários históricos, as médias históricas são calculadas para um período de 10 anos e as informações são usadas para projetar a dinâmica da dívida para os próximos 5 anos.

3/ Choques permanentes de um quarto de desvio-padrão à taxa de juro real, taxa de crescimento e saldo da conta corrente.

4/ A depreciação real e pontual de 30% acontece em 2019.

Tabela 1. Angola: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, 2013–2023

(em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo					Projeções						CC excl. juros que estabiliza a dívida 6/ 1,7
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
1 Base: Dívida externa	23,6	27,4	35,3	46,7	35,2	39,8	40,5	40,1	39,6	38,9	38,4	
2 Variação da dívida externa	4,6	3,8	7,9	11,4	-11,4	4,6	0,7	-0,4	-0,5	-0,7	-0,4	
3 Fluxos externo geradores de dívida identificados (4+8+9)	-18,9	0,8	24,5	9,2	-5,2	4,2	3,4	2,5	2,6	3,5	3,5	
4 Saldo da conta corrente, excl. pagamentos de juros	-7,0	2,4	9,2	3,6	3,0	2,0	0,7	0,2	0,5	0,8	0,9	
5 Défice da balança de bens e serviços	-16,3	-5,8	3,4	-0,9	-1,5	-4,2	-4,6	-4,7	-4,0	-3,4	-3,1	
6 Exportações	55,7	48,0	33,6	29,7	27,1	34,5	32,1	29,7	27,5	25,9	24,5	
7 Importações	39,4	42,2	37,0	28,8	25,5	30,3	27,5	25,0	23,5	22,5	21,5	
8 Fluxos de capital líq. não geradores de dívida (negativo)	-10,5	-1,8	8,0	1,4	1,3	1,5	1,8	1,8	1,7	2,4	2,2	
9 Dinâmica automática da dívida 1/	-1,3	0,2	7,2	4,2	-9,5	0,7	0,9	0,6	0,4	0,3	0,3	
10 Contribuição da taxa de juros nominal	0,3	0,6	0,8	1,5	1,4	1,5	1,9	2,0	2,0	2,1	2,1	
11 Contribuição do crescimento do PIB real	-1,2	-1,1	-1,0	0,3	-0,4	-0,8	-1,0	-1,4	-1,6	-1,8	-1,8	
12 Contribuição das var. de preços e da taxa de câmbio 2/	-0,5	0,8	7,4	2,4	-10,6	
13 Residual, incl. variação em ativos externos brutos (2-3) 3/	23,5	3,0	-16,6	2,2	-6,3	0,3	-2,7	-2,9	-3,1	-4,3	-3,9	
Rácio dívida externa/exportações (em percentagem)	42,4	57,0	105,1	157,3	130,3	115,4	126,2	135,2	144,0	150,0	156,7	
Necessidade bruta de fin. ext. (em mil milhões de USD) 4/	-6,2	6,8	12,9	7,3	9,2	11,7	10,0	9,0	8,3	9,1	10,1	
em percentagem do PIB	-5,0	5,4	12,6	7,7	7,4	9,8	8,3	7,1	6,2	6,4	6,6	
Cenário com as principais variáveis às médias históricas 5/						39,8	30,7	22,5	15,0	6,9	-0,3	-1,9
Principais pressupostos macroeconómicos subjacentes ao cenário base												
Crescimento do PIB real (em percentagem)	6,8	4,7	3,0	-0,8	1,0	2,2	2,5	3,6	4,2	4,7	4,9	
Deflator do PIB em USD (variação percentual)	2,6	-3,1	-21,4	-6,3	29,3	-6,4	-0,8	0,8	1,5	1,9	2,3	
Taxa de juro nominal externa (em %)	1,9	2,5	2,3	3,8	4,0	4,0	4,7	5,1	5,3	5,5	5,7	
Crescimento das export. de bens e serviços (em USD, em %)	-3,2	-12,5	-43,4	-17,8	19,0	21,9	-5,5	-3,4	-1,9	0,5	1,5	
Crescimento das import. de bens e serviços (em USD, em %)	7,3	8,8	-29,1	-27,8	16,0	13,6	-8,0	-5,0	-0,5	2,3	2,2	
Saldo da conta corrente, excl. pagamentos de juros	7,0	-2,4	-9,2	-3,6	-3,0	-2,0	-0,7	-0,2	-0,5	-0,8	-0,9	
Fluxos de capital líquidos não geradores de dívida	10,5	1,8	-8,0	-1,4	-1,3	-1,5	-1,8	-1,8	-1,7	-2,4	-2,2	

1/ Derivado como $[r - g - r(1+g) + ea(1+r)] / (1+g+r+gr)$ multiplicado pelo stock da dívida do período anterior, em que r = taxa de juro efetiva nominal sobre a dívida externa; r = variação no deflator do PIB interno em USD, g = taxa de crescimento do PIB real, e = valorização nominal (aumento do valor em dólar da moeda nacional), e a = parcela da dívida externa total expressa em moeda estrangeira.

2/ A contribuição das var. cambiais e de preços é definida como $[-r(1+g) + ea(1+r)] / (1+g+r+gr)$ multiplicado pelo stock da dívida do período anterior. r aumenta com a valorização da moeda nacional ($e > 0$) e com o aumento da inflação (com base no deflator do PIB).

3/ Para a projeção, a rubrica incluiu o impacto das variações cambiais e de preços.

4/ Definido como o défice da conta corrente, mais a amortização da dívida de médio e longo prazos, mais a dívida de curto prazo no final do período anterior. Inclui o serviço da dívida estimado sobre a dívida existente da Sonangol.

5/ As principais variáveis são o crescimento do PIB real; a taxa de juro nominal; o crescimento do deflator em dólar; e a conta corrente excluindo juros e os fluxos de entrada não geradores de dívida em percentagem do PIB.

6/ Saldo constante a longo prazo que estabiliza o rácio da dívida, pressupondo que as principais variáveis (crescimento do PIB real, taxa de juro nominal, crescimento do deflator em dólar e fluxos de entrada não geradores de dívida em percentagem do PIB) se mantêm nos níveis do último ano da projeção.

**Declaração do Sr. Maxwell M. Mkwezalamba, Administrador para Angola,
Sr. Tivane, Assessor do Administrador para Angola,
e Sr. Essuvi, Assessor do Administrador para Angola**

18 de Maio de 2018

1. Introdução

Angola fez grandes avanços na última década na superação dos desafios ao desenvolvimento pós-conflito. Os esforços sustentados de reformas económicas impulsionaram o desenvolvimento socioeconómico, melhoraram as condições macroeconómicas e fortaleceram a capacidade institucional. Contudo, a economia continua a enfrentar riscos devido às incertezas dos preços do petróleo, insuficiências de infraestruturas básicas e desenvolvimento limitado do capital humano. Neste contexto, colher os benefícios do petróleo para suportar os investimentos públicos prioritários e necessários para acelerar a diversificação económica e, ao mesmo tempo, promover um modelo de crescimento liderado pelo sector privado, continua a ser o desafio mais premente para o país daqui para a frente.

Face a este desafio, as autoridades lançaram o Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM) e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2018-2022) em Janeiro e Abril de 2018, respectivamente. O objectivo do PEM é abordar desequilíbrios macroeconómicos, protegendo a posição fiscal da volatilidade das receitas do petróleo e acelerando o ajustamento externo através de uma maior flexibilidade cambial. Por outro lado, o PND procura restaurar a estabilidade macroeconómica, promover o crescimento inclusivo sustentável, impulsionar a competitividade no sector não petrolífero, estabilizar a dívida pública e melhorar a governação e as instituições. Assim sendo, as autoridades concordam em grande medida com a avaliação do equipa técnica e as recomendações de políticas e agradecem o empenho franco do FMI durante a Consulta de 2018 ao abrigo do Artigo IV.

2. Evolução Económica Recente e Perspectivas

A economia angolana continua a se ajustar gradualmente desde o início do choque dos preços do petróleo em meados de 2014. Recentemente, porém, o ritmo do ajustamento abrandou devido ao limitado espaço fiscal, que restringiu a realização de investimentos prioritários em infraestruturas e necessários para impulsionar o crescimento do PIB não petrolífero.

Houve uma recuperação moderada no crescimento do PIB real, de 0,1% em 2016 para 1,0% em 2017, devido a uma recuperação do sector não petrolífero, aumento da despesa pública, recuperação da confiança das empresas e a melhoria das condições do mercado cambial. O crescimento projetado para 2018 deverá alcançar 2,2%, suportado por uma recuperação mais rápida dos sectores petrolífero e não petrolífero e uma melhoria generalizada dos fundamentos macroeconómicos.

A inflação registou uma queda pronunciada, de uma média de 41,2% (homóloga) em 2016 para 26,3% em 2017, devido à redução dos preços dos alimentos, maior disponibilidade de divisas e uma política monetária mais restritiva. Prevê-se que a inflação média decline para 23% em 2018. Para conter as pressões inflacionárias, o Banco Nacional de Angola (BNA) elevou a sua taxa de juros em 200 pontos base, para 18%, no fim de Novembro 2017, o primeiro aumento desde meados de 2016. No início de 2018, o BNA abandonou a paridade fixa com o dólar americano e introduziu um regime cambial mais flexível.

O défice da conta corrente reduziu de 10,0% do PIB em 2015 para 4,5% do PIB em 2017, seguindo a recuperação das exportações de petróleo, e apoiada por melhores termos de troca. Devido à necessidade de atender as ordens acumuladas de compra de divisas, actualmente estimadas em USD 2,5 mil milhões, projecta-se uma queda das reservas internacionais brutas de 6 meses para 5,2 meses de importações no final de 2017.

A perspectiva de crescimento no médio prazo para Angola permanece positiva devido à estabilização dos preços do petróleo, melhoria das condições financeiras mundiais e confiança renovada das empresas. Contudo, a incerteza com relação ao preço do petróleo continua a ser a principal fonte de risco para as perspectivas de uma recuperação mais rápida da economia angolana.

3. Política Fiscal e Gestão da Dívida

Depois do considerável ajuste fiscal realizado em 2016, a postura fiscal foi expansionista em 2017, devido sobretudo a pressões de gastos por conta das eleições de Agosto de 2017. Consequentemente, o défice orçamental primário não petrolífero aumentou de 10,2% do PIB em 2016 para 10,8% em 2017. Outrossim, a dívida pública e com garantia pública alcançou 64% do PIB em 2017, refletindo, em parte, a acumulação de atrasados, actualmente estimado em 4% do PIB.

A estratégia fiscal de médio prazo das autoridades busca promover a consolidação orçamental, mas preservando o espaço fiscal para atender as necessidades de desenvolvimento e os gastos sociais. Para tal, o orçamento de 2018 aprovado pela Assembleia Nacional em Fevereiro de 2018 contempla um conjunto de medidas destinadas a aumentar a despesa pública, intensificar a mobilização de receitas não petrolíferas e aumentar a eficiência do gasto público. A aplicação destas medidas deverá gerar a redução esperada do défice orçamental primário não petrolífero, equivalente a 2 pontos percentuais do PIB em 2018, em linha com o objectivo do PEM de baixar o rácio dívida pública/PIB para cerca de 60% no médio prazo. Além disso, as autoridades estão comprometidas a usar as receitas extraordinárias do petróleo para liquidar os atrasados internos e reduzir a dívida pública.

Para criar espaço fiscal adicional e proteger a posição fiscal da volatilidade do preço do petróleo, as autoridades pretendem intensificar as reformas para diversificar as fontes de receitas não petrolíferas. Isto será conseguido via medidas que alarguem a base tributária e

melhorem o cumprimento tributário, sobretudo através da introdução de um imposto sobre o valor acrescentado (IVA) a partir de 1 de Janeiro de 2019; melhoria das inspeções fiscais; aplicação do imposto predial urbano; e criação de incentivos para aproveitamento do potencial tributário da economia informal. Em relação ao IVA, uma série de medidas preparatórias estão a ser implementadas com o apoio da assistência técnica do FMI, incluindo a elaboração dos projectos de lei, definição dos parâmetros do imposto, e implantação de sistemas e infraestruturas informáticas adequados.

Do lado da despesa, a prioridade continua a ser o reequilíbrio dos gastos, enfatizando os sectores de alta produtividade, bem como a racionalização dos gastos correntes, especialmente as despesas com salários e em bens e serviços. Adicionalmente, o orçamento de 2018 busca a eliminação de subsídios aos sectores de energia e de abastecimento de água. Outras prioridades de reformas incluem o reforço das capacidades para melhorar a eficiência do investimento público; a monitorização de riscos fiscais oriundos das empresas do Sector Empresarial Público; e a implementação plena de um quadro fiscal de médio prazo (QFMP) até 2019 para reduzir a pró-ciclicidade da despesa.

4. Políticas Monetária, Cambial e do Sector Financeiro

O BNA está firmemente empenhado em envidar esforços para manter a estabilidade de preços, reequilibrar o mercado cambial, melhor o quadro de política monetária e preservar a estabilidade do sector financeiro. Em Novembro de 2017 o BNA adoptou a base monetária como a nova âncora da política monetária para conter as pressões inflacionárias com maior eficácia. Esta medida foi complementada pela adopção de um regime cambial flexível em Janeiro de 2018, o que resultou em depreciações de 30% e 42% do kwanza face ao USD e ao Euro, respectivamente, e reduziu o diferencial entre as taxas de câmbio paralela e oficial de 150% em 2017 para quase 85% em Abril de 2018.

Olhando adiante, as prioridades de política têm como foco a melhoria do quadro de política monetária e o reforço da supervisão do sistema bancário. Mais especificamente, reequilibrar completamente o mercado cambial e aumentar o papel da taxa de câmbio como amortecedor de choques; reforçar a capacidade de previsão e gestão de liquidez, bem como a modelagem e previsão da inflação; e formular estratégias para eliminar restrições cambiais e práticas de taxas de câmbio múltiplas. Outras medidas prioritárias incluem a actualização dos regulamentos macroprudenciais; reforço do quadro de CBC/FT e da resiliência do sector financeiro para atenuar a perda de relações de correspondência bancária (RCB); e adopção de supervisão baseada no risco. Adicionalmente, as autoridades submeteram à Assembleia Nacional um projecto de lei sobre o repatriamento de capital ilegal e redobram esforços para resolver o elevado crédito malparado e restaurar os balanços dos bancos públicos.

As autoridades continuarão a melhorar a resiliência do sector financeiro, incluindo a aceleração do processo de recapitalização do Banco de Poupança e Crédito (BPC). A este respeito, o orçamento de 2018 prevê a injeção de uma terceira parcela dos fundos de

recapitalização, enquanto a Recredit continuará a adquirir créditos malparados do BPC e de outros bancos. Ademais, continuarão a intensificar os esforços para a atenuar a perda de RCB. Neste contexto, o BNA participou activamente em fóruns internacionais e manteve contactos com autoridades de jurisdições internacionais para melhor entender as expectativas e as melhorias exigidas no quadro da supervisão para diminuir o impacto da perda de RCB. As autoridades também pretendem manter um diálogo aberto com as instituições privadas locais sobre medidas em andamento para reforçar os regulamentos macroprudenciais e aprimorar o quadro de CBC/FT do país.

5. Reformas Estruturais

A solução dos persistentes desafios de competitividade continua a ser primordial para melhorar os resultados económicos, reduzir a incidência da pobreza e das desigualdades e incentivar o desenvolvimento do sector privado. Neste contexto, as autoridades estão a dar prioridade à mobilização das receitas não petrolíferas destinadas aos investimentos em infraestruturas necessários para acelerar a diversificação económica. Estão também a priorizar a criação de um conjunto adequado de incentivos e instituições para promover um ambiente de negócios favorável, melhorar a governação e combater a corrupção. A este respeito, a Assembleia Nacional aprovou uma Lei da Concorrência e uma nova Lei do Investimento Privado em Abril e Maio de 2018, respectivamente. Estas reformas legislativas deverão melhorar bastante a imagem do país como destino de investimentos. As autoridades também lançaram um programa para diversificar as exportações e substituir as importações (PRODESI). Este programa destina-se a melhorar o ambiente de negócios mediante a simplificação dos procedimentos de licenciamento de empresas, registo de imóveis e cumprimento e resolução de contratos. Além disso, serão melhorados os procedimentos de facilitação das exportações e a capacidade das agências de promoção do investimento.

Medidas adicionais para melhorar o clima de negócios incluem a agilização dos processos de concessão de vistos a cidadãos de 61 países e a isenção de vistos a outros cinco. Estas medidas também irão impulsionar o turismo e facilitar o investimento direto estrangeiro.

Adicionalmente, o novo governo está firmemente empenhado em fortalecer a governação e combater a corrupção. A este respeito, foram lançadas investigações sobre a possíveis casos de má gestão do erário público, acompanhadas de várias demissões de altos funcionários do Estado. Em Março de 2018 foi criada uma unidade anticorrupção especializada, com mandato global de combater a corrupção.

As autoridades atribuem grande importância ao reforço da capacidade institucional para a formulação, monitorização e implementação de políticas. Nesse contexto, estão a envidar esforços para melhorar a pontualidade e a qualidade dos dados, inclusivamente através da melhoria dos registos das estatísticas da dívida e da inclusão das sociedades não financeiras nas estatísticas monetárias.

6. Considerações Finais

As autoridades angolanas continuam empenhadas em avançar com reformas estruturais profundas para alcançar uma estabilidade macroeconómica duradoura, atacar os persistentes desafios estruturais ao crescimento e aperfeiçoar as instituições. O novo governo está determinado em atingir estes objetivos através da implementação sistemática das reformas formuladas no PEM e PND (2018-2022). O engajamento contínuo do FMI e o seu aconselhamento sobre políticas continuam a ser essenciais para apoiar a agenda de reformas das autoridades daqui para frente.